

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
Faculdade de Ciências e Letras  
*Campus de Araraquara*

**CONCORDÂNCIA VERBAL E VARIAÇÃO:  
UMA FOTOGRAFIA SOCIOLINGÜÍSTICA DA  
CIDADE DE SÃO CARLOS**



**ALEXANDRE MONTE**

Araraquara – SP  
2007

**ALEXANDRE MONTE**

**CONCORDÂNCIA VERBAL E VARIAÇÃO: UMA FOTOGRAFIA  
SOCIOLINGÜÍSTICA DA CIDADE DE SÃO CARLOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística e Língua Portuguesa da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, *Campus* de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

ARARAQUARA  
2007

Monte, Alexandre

Concordância verbal e variação: uma fotografia sociolingüística da cidade de São Carlos / Alexandre Monte – Araraquara: UNESP, 2007.

118 f. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, *Campus* de Araraquara, Universidade Estadual Paulista, 2007.

Orientadora: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck

1. Lingüística. 2. Língua Portuguesa.
3. Língua Portuguesa – Concordância. 4. Sociolingüística.
5. São Carlos (SP). I. Título.

**ALEXANDRE MONTE**

**CONCORDÂNCIA VERBAL E VARIAÇÃO: UMA FOTOGRAFIA  
SOCIOLINGÜÍSTICA DA CIDADE DE SÃO CARLOS**

BANCA EXAMINADORA

---

Orientadora: Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck  
UNESP – Araraquara

---

Profa. Dra. Maria Marta Pereira Scherre  
UnB – Brasília  
UFRJ – Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Marymarcia Guedes  
UNESP – Araraquara

Araraquara, 12 de abril de 2007

**Aos meus pais, Ana Maria e Antonio, pelo amor incondicional e por me ensinarem, sempre, a dar valor aos estudos. Esta é uma conquista nossa!**

**Aos meus sobrinhos, Juninho e Giovanna, com todo meu amor.**

**Aos meus avós, pelo exemplo de vida.**

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, amigo fiel em todos os momentos.

À minha grande família, em especial à minha mãe e ao meu pai, pelo apoio e incentivo constante, pela dedicação e pelas orações. Amo muito todos vocês.

À professora, pesquisadora e orientadora Rosane de Andrade Berlinck, de modo todo especial, por ter sido tão dedicada, atenciosa, paciente e, acima de tudo, competente. O seu envolvimento com os estudos lingüísticos, com paixão e seriedade, desperta, em todos que a conhecem, sentimentos de admiração e respeito. Obrigado por tudo. A você, devo esta conquista acadêmica.

À Profa. Dra. Marta Scherre, à Profa. Dra. Marymarcia Guedes e à Profa. Dra. Beatriz Nunes de Oliveira Longo, pela leitura atenta do trabalho e pelas valiosas sugestões.

Ao meu irmão Fabio e à minha cunhada Vanessa, por fazerem parte da minha história.

Ao meu irmão Rodrigo e à minha cunhada Antonise, por me presentarem com dois sobrinhos maravilhosos, o Juninho e a Giovanna.

Aos meus amigos – Osmair, Nalva e Rosemary (Rosinha) – que partilharam comigo as minhas angústias e sempre me apoiaram nos momentos difíceis. Obrigado pela amizade, pelo amor e pela dedicação. À Rosinha, a bibliotecária mais generosa deste universo, também pela disponibilidade em organizar comigo as referências.

Aos amigos que conheci na escola Deriggi, por todos os momentos de descontração.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação e a todos os integrantes do NEVAR da UNESP de Araraquara – *Núcleo de Estudos sobre Variação Lingüística* – coordenado pela Profa. Dra. Rosane de Andrade Berlinck, pela troca de conhecimentos e pelas discussões estimulantes.

À Zelma (Zelmita), pela generosidade e por sua alegria contagiante.

Aos funcionários da Seção de Pós-Graduação, principalmente à Diana e à Rita, pelo trabalho competente.

À Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, pelo incentivo. Em especial à Maria Tereza de Castro Pirágine Fiorelli (Terê), Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de Jaú, pela total compreensão. A você, minha eterna gratidão!

À Maude, à Regina Bauer e à Silvana Salmazo, funcionárias da Diretoria de Ensino de Jaú, e à Maria Eliza, Supervisora de Ensino, por todo o carinho e apoio.

À Débora Gonzalez Costa Blanco, Dirigente Regional de Ensino da Diretoria de São Carlos, e aos Supervisores de Ensino, por acreditarem no meu trabalho.

Aos meus informantes, que me receberam gentilmente e me deram a oportunidade de conhecer um pouco das suas vidas. Agradeço a disponibilidade, generosidade e por terem me ensinado tanto. Sem eles, esta pesquisa não existiria. São pessoas especiais que sonham em viver num mundo melhor, mais justo, sem preconceitos e discriminação. Estamos juntos nesta luta!

"Quando o viajante se sentou na areia da praia e disse: "Não há mais que ver", sabia que não era assim. O fim duma viagem é apenas o começo doutra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na Primavera o que se vira no Verão, ver de dia o que se viu de noite, com sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para os repetir, e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre."

*José Saramago*

MONTE, Alexandre. **Concordância verbal e variação**: uma fotografia sociolingüística da cidade de São Carlos. 2007. Dissertação (Mestrado em Lingüística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

## RESUMO

Pesquisas sobre concordância verbal de terceira pessoa do plural no português brasileiro têm mostrado que esse fenômeno constitui uma variável lingüística que abrange duas variantes: a presença ou a ausência de marca formal de plural no verbo. A presente pesquisa também analisa esse fenômeno variável partindo da relação sujeito / verbo, objetivando compreender os fatores lingüísticos e sociais que condicionam / determinam a variação lingüística no âmbito da concordância verbal. Dessa forma, adotamos os pressupostos teórico-metodológicos da "Teoria da Variação e Mudança Lingüística" ou "Sociolingüística Quantitativa". Os dados foram obtidos de uma amostra de língua falada de uma comunidade periférica da cidade de São Carlos, localizada no interior do Estado de São Paulo. A amostra utilizada é constituída de 20 entrevistas entre informante e documentador. Do total de 1.000 ocorrências de terceira pessoa do plural estudadas no nosso *corpus*, 753 (75%) não trazem a marca formal de plural nos verbos, sendo que apenas 247 (25%) apresentam a marca formal de plural. Apesar de predominar a não-concordância, os resultados evidenciam que estamos diante de um caso de variação. Dentre os fatores lingüísticos atuantes, destacamos a *saliência fônica verbal*, o *paralelismo formal* e a *presença/ausência do pronome 'que' relativo*. Já, dentre os fatores sociais, a *escolaridade* se mostrou a variável mais relevante.

**Palavras-chave:** Concordância verbal. Português brasileiro. Sociolingüística. Variação lingüística. Língua falada.

MONTE, Alexandre. **Subject/verb agreement and variation: a sociolinguistic picture of São Carlos city.** 2007. Thesis (Master degree in Linguistics and the Portuguese Language) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, São Paulo, Brazil.

### ABSTRACT

Research regarding subject/verb agreement in the third person plural in Brazilian Portuguese has shown that this phenomenon constitutes a linguistic variable that encompasses two variants: the presence or absence of the plural desinence in the verb. The present research also analyses this variable phenomenon from the relation subject/verb, aiming to understand the linguistic and social factors that condition / determine such subject/verb agreement linguistic variation. Thus, we have adopted the theoretical/methodological framework called "Linguistic Variation and Change Theory" or "Quantitative Sociolinguistics". The data was obtained from a sample of spoken language in a suburban community in the city of São Carlos, located in the interior of São Paulo State. The sample used contains 20 interviews between the "informer/interviewee" and the "interviewer/researcher". From a total of 1,000 occurrences of the third person plural studied in this *corpus*, 753 (75%) do not use the plural desinence in the verbs, with only 247 (25%) presenting it. Despite the predominant non-agreement, the results clearly show that this is a variation case. Among the prevailing linguistic factors, we can highlight the *phonetic salience of the verb*, the *formal parallelism* and the *presence/absence of the relative pronoun 'que' (that/who/which)*. Among the social factors, *schooling* was found to be the most relevant variable.

**Keywords:** Subject/verb agreement. Brazilian Portuguese. Sociolinguistics. Linguistic variation. Spoken language.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	11
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	15
2.1 Teoria da variação e mudança	15
2.2 Contribuições da Sociolinguística	21
<b>3 O UNIVERSO DESTE ESTUDO</b>	26
<b>3.1 O quadro social e geográfico do estudo</b>	26
3.1.1 Considerações sobre a cidade de São Carlos	27
3.1.2 Considerações sobre a comunidade estudada	29
3.1.3 Educação de Jovens e Adultos no Brasil (um pouco de história)	33
<b>3.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa</b>	36
3.2.1 O <i>corpus</i> sob análise	36
3.2.2 A coleta dos dados	38
3.2.3 A seleção dos dados	44
3.2.4 Critérios de exclusão	47
3.2.5 Grupos de fatores	52
3.2.5.1 Grupos de fatores lingüísticos	53
3.2.5.2 Grupos de fatores sociais	62
<b>4 ANÁLISE DOS DADOS: APRESENTANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS</b>	67
4.1 Notas introdutórias	67
4.2 Apresentação do resultado geral	68
4.2.1 Grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural	69
4.2.2 Paralelismo formal no nível oracional	73
4.2.3 Presença/ausência do sujeito pronominal	77
4.2.4 Presença/ausência do <i>que</i> relativo enquanto elemento interveniente entre o sujeito e o verbo	81
4.2.5 Posição e distância do sujeito em relação ao verbo	86

4.2.6 Distância entre o sujeito e o verbo em número de sílabas.....	92
4.2.7 Gênero.....	95
4.2.8 Escolaridade.....	96
4.2.9 Procedência.....	105
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>107</b>
<b>6 REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Sabendo que é na língua efetivamente utilizada por falantes brasileiros que podemos buscar os elementos identificadores das variedades do português do Brasil, estudaremos, nesta pesquisa, o fenômeno da concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular. Os exemplos (1-4) ilustram a realização variável da concordância, foco do presente estudo:

- (1) os menino *qué* coisa boa viu? (FNI)<sup>1</sup>
- (2) eles não *querem* respeitá o nossos direito... (FEP)
- (3) eles *foi* buscá a gente lá... (MNC)
- (4) aí:: ... eles *foru* a gente ficô né?... (MEA)

Escolhemos a concordância verbal por ser um fenômeno variável que atrai muito a atenção social e, conseqüentemente, é um dos tópicos gramaticais que os professores de Língua Portuguesa, de um modo geral, mais se empenham em corrigir nos seus alunos.

Do ponto de vista exclusivamente lingüístico, não há diferença de significado entre as formas singulares e plurais dos verbos ilustrados acima. Mas, de acordo com Faraco (2003), esse é um dos pontos mais complexos da nossa relação com as variedades da nossa língua. E isso porque essa diferença lingüística (muito mais do que geográfica) se transformou – num país socialmente tão desigual como o nosso – num pesado fator de discriminação.

Esse fenômeno começou a ser estudado no Brasil na década de setenta por Anthony Naro e Miriam Lemle e, desde então, vários trabalhos sobre a variação na concordância verbal já foram realizados em diversas regiões de nosso país.

Em todos os trabalhos analisados pudemos constatar que é possível correlacionar a aplicação variável de concordância entre

---

<sup>1</sup> A codificação que segue os exemplos indica as seguintes informações sobre o informante: a primeira letra refere-se ao sexo (**F** – feminino ou **M** – masculino); a segunda à escolaridade (**N** – não-alfabetizado ou **E** – EJA) e a última ao nome.

sujeito e verbo tanto a fatores internos (lingüísticos), como a fatores externos (sociais). Estamos seguros de que a concordância verbal é um fenômeno lingüístico que não pode ser analisado apenas em termos de suas relações internas na gramática, mas deve ser visto como parte de um contexto sociocultural mais amplo, no qual ele ocorre.

Considerando que a Sociolingüística é uma das sub-áreas da Lingüística que estuda a língua em uso no seio das comunidades de fala, correlacionando aspectos dos sistemas lingüísticos e aspectos dos sistemas sociais, podemos afirmar que nosso estudo sobre a concordância verbal constitui uma pesquisa que se inscreve de forma geral dentro da perspectiva teórica denominada “Teoria da Variação e Mudança Lingüística” ou “Sociolingüística Quantitativa” (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2001).

Sendo a fala corrente, do dia-a-dia, a melhor fonte para o estudo da variação, nosso *corpus* foi constituído a partir de uma amostra de 20 entrevistas entre informante e documentador numa comunidade periférica da cidade de São Carlos no interior do Estado de São Paulo. São cinco homens e cinco mulheres que estavam terminando o ensino fundamental na *Educação de Jovens e Adultos*<sup>2</sup> e cinco homens e cinco mulheres não alfabetizados. Todos adultos entre 20 e 40 anos. Um dos interesses deste trabalho é verificar em que medida ocorreram mudanças na linguagem oral de indivíduos que freqüentaram a escola até a última série do ensino fundamental, não se esquecendo que parte dessa escolaridade se deu no ensino supletivo.

Sabemos que interpretar e produzir textos, tanto na modalidade oral como na modalidade escrita, constituem os dois objetivos maiores do ensino de português. Apesar da relevância desses objetivos, caberia ao professor realizar uma outra tarefa: a de levar os alunos a adquirirem as regras que são próprias à variedade de prestígio. Pode-se dizer, no entanto, que o maior ou menor sucesso do professor de língua portuguesa em relação ao ensino-aprendizagem da variedade de prestígio encontra-se na dependência do desempenho lingüístico dos

---

<sup>2</sup> A denominação “Educação de Jovens e Adultos” substitui o termo ensino supletivo. Explicaremos melhor essa questão na segunda seção.

falantes. Nesse sentido, o trabalho do professor de português será maior quanto maior for a distância entre a modalidade oral e a modalidade escrita de seus alunos.

Sendo assim, além de compreender os fatores lingüísticos e sociais que condicionam / determinam a variação lingüística no âmbito da concordância verbal, temos como objetivo, também, fornecer suporte teórico e prático aos professores da EJA (*Educação de Jovens e Adultos*), principalmente os que trabalham nessa comunidade. Esses professores, muitas vezes carentes de informações sobre a realidade oral do português do Brasil, se vêem com dificuldades para a elaboração de material adequado aos seus alunos. Com isso, esperamos que esta pesquisa ultrapasse as paredes da instituição acadêmica e chegue até as mãos de professores e demais profissionais em exercício nas escolas.

Um dos fatos fundamentais a respeito das línguas vivas é que elas estão sempre mudando. Para uma língua viva, é absolutamente impossível evitar a mudança. É importante enfatizar que não estamos trabalhando com mudança lingüística, e sim com variação, mas por meio do estudo da concordância verbal, enquanto exemplo de *variável lingüística*, talvez seja possível captar alguns fatores que atuam no processo da mudança, além de revelar os caminhos pelos quais uma mudança se difunde.

O trabalho apresenta-se dividido em três seções. Na primeira, expomos a fundamentação teórica. Destacamos a grande contribuição que os estudos sociolingüísticos podem oferecer às questões pedagógicas.

Na segunda seção apresentamos o universo de nossa pesquisa: em que contexto social e geográfico foi estudado o fenômeno variável e quais foram os procedimentos metodológicos adotados para que a investigação fosse desenvolvida. É nessa seção que esclarecemos como foi a coleta e a seleção dos dados e apresentamos todos os grupos de fatores: lingüísticos e sociais.

Por fim, na última seção, realizamos a análise dos dados, apresentando e discutindo os resultados. Na seqüência, apresentamos as considerações finais a que se chega com esta investigação.

Não podemos deixar de ressaltar que se trata da primeira fotografia sociolingüística da cidade de São Carlos. Sabemos que não é uma grande fotografia, no máximo “10x15”, ou seja, abarca uma pequena parcela da cidade, de um de seus aspectos, pois, como veremos, não representa todo o município. Mas não se pode negar a importância de descrever os fenômenos comprovadamente variáveis do português do Brasil no maior número e diversidade de comunidades. Esperamos que a realização desta pesquisa contribua para uma melhor caracterização e compreensão do fenômeno de concordância verbal de terceira pessoa do plural no português do Brasil, juntamente com os demais trabalhos que já compõem um conjunto referencial sobre o tema.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

The existence of variation and heterogeneous structures in the speech communities investigated is certainly well-established in fact. It is the existence of any other type of speech community that may be placed in doubt. (LABOV, 1972, p. 203)<sup>3</sup>.

### 2.1 Teoria da variação e mudança

Dois dos principais modelos teóricos da Lingüística contemporânea, a Gramática Gerativa e a Sociolingüística, surgem no final da década de 50 e no início da década de 60, respectivamente, em contraposição ao modelo teórico então hegemônico na Lingüística até meados de 1950: o Estruturalismo.

Nosso estudo está sendo realizado com base nos princípios teóricos da “Teoria da Variação e Mudança Lingüística” (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 1968; LABOV, 1972, 1994, 2001). Para esse modelo, a natureza variável da língua é um pressuposto fundamental, que orienta e sustenta a observação, a descrição e a interpretação do comportamento lingüístico. A concepção de língua como um sistema heterogêneo constitui o ponto crucial da ruptura epistemológica que a Teoria da Variação e Mudança Lingüística opera em relação ao modelo estruturalista, como vem expresso em seu texto fundador:

Muito antes de se poder esboçar teorias preditivas da mudança lingüística, será necessário aprender a ver a língua – seja de um ponto de vista diacrônico *ou* sincrônico – como um objeto constituído de heterogeneidade ordenada. Os fatos da heterogeneidade, até agora, não se harmonizaram bem com a abordagem estrutural da língua. (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p.35).

Segundo Paiva e Duarte (2006), o ponto de ruptura estabelecido por Weinreich, Labov e Herzog, em relação aos modelos dialetológicos

---

<sup>3</sup> “A existência de variação e estruturas heterogêneas nas comunidades lingüísticas investigadas é uma realidade bem estabelecida. É a existência de outro tipo de comunidade lingüística que pode ser colocada em dúvida.” (LABOV, 1972, p. 203, tradução nossa).

anteriores e aos modelos estruturalistas vigentes na época, está na concepção de língua como um sistema heterogêneo ordenado, condição *sine qua non* para o estudo da mudança lingüística. A análise da variação é pertinente, na medida em que esta é interpretada como uma condição indispensável para entender a mudança lingüística.

Weinreich, Labov e Herzog, no final do texto *Empirical Foundations for a Theory of Language Change*, de 1968, explicitam algumas coordenadas teóricas sobre a natureza da mudança lingüística que podem ser tomadas como centrais para sua proposta:

1.A mudança lingüística não deve ser identificada com deriva aleatória procedente da variação inerente na fala. A mudança lingüística começa quando a generalização de uma alternância particular num dado subgrupo da comunidade de fala toma uma direção e assume o caráter de uma diferenciação ordenada.

2.A associação entre estrutura e homogeneidade é uma ilusão. A estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos através de regras que governam a variação na comunidade de fala; o domínio do falante nativo sobre a língua inclui o controle destas estruturas heterogêneas.

3.Nem toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura lingüística implica mudança; mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade.

4.A generalização da mudança lingüística através da estrutura lingüística não é uniforme nem instantânea; ela envolve a covariação de mudanças associadas durante substanciais períodos de tempo, e está refletida na difusão de isoglossas por áreas do espaço geográfico.

5.As gramáticas em que ocorre a mudança lingüística são gramáticas da comunidade de fala. Como as estruturas variáveis contidas na língua são determinadas por funções sociais, os idioletos não oferecem a base para gramáticas autônomas ou internamente consistentes.

6.A mudança lingüística é transmitida dentro da comunidade como um todo; não está confinada a etapas discretas dentro da família. Quaisquer discontinuidades encontradas na mudança lingüística são os produtos de discontinuidades específicas dentro da comunidade, mais do que os produtos inevitáveis do lapso geracional entre pais e filhos.

7.Fatores lingüísticos e sociais estão intimamente inter-relacionados no desenvolvimento da mudança lingüística. Explicações confinadas a um ou outro

aspecto, não importa quão bem construídas, falharão em explicar o rico volume de regularidades que pode ser observado nos estudos empíricos do comportamento lingüístico. (WEINREICH, LABOV e HERZOG, 2006, p. 125-126).

Para Lucchesi (2004), os princípios empíricos do texto permitem-nos resolver a oposição paradoxal entre estrutura e mudança. A mudança lingüística não é vista como exterior ao sistema, mas parte integrante do seu caráter normalmente heterogêneo.

Como se pode observar, a variação é sistemática, não-aleatória e constitui uma característica intrínseca da língua e fonte da mudança. Os estudos realizados por Labov têm como principal característica a análise de discursos concretos, objetivando descrever a gramática efetiva de uma determinada comunidade lingüística, bem como apreender as relações entre padrões lingüísticos e sociais. Para Labov (1972), o termo “sociolingüística” é redundante, uma vez que não se pode conceber uma lingüística que não seja social:

This type of research has sometimes been labelled as “sociolinguistics”, although it is a somewhat misleading use of an oddly redundant term. Language is a form of social behavior... (p. 183)<sup>4</sup>.

A Sociolingüística atua nas fronteiras entre língua e sociedade, focalizando os empregos concretos da língua. Os fenômenos de variação lingüística são condicionados, não só por fatores internos à estrutura lingüística, mas também por fatores extralingüísticos, de natureza social, ligados ao próprio falante e à situação em que a comunicação se processa.

Em qualquer comunidade de fala, independentemente de seu tamanho, há uma variação considerável entre os indivíduos: as mulheres não falam como os homens, os avós falam de modo diferente dos filhos e dos netos, e assim por diante. Além disso, mesmo os indivíduos considerados em sua singularidade não estão limitados a uma única variedade da língua. Sabemos que a rede social de um

---

<sup>4</sup> “Este tipo de pesquisa tem sido às vezes rotulado como “sociolingüística”, embora se trate de um uso de algum modo equivocado de um termo estranhamente redundante. A linguagem é uma forma de comportamento social...” (LABOV, 1972, p. 183, tradução nossa).

indivíduo, constituída pelas pessoas com quem esse indivíduo interage nos diversos domínios sociais, também é um fator determinante das características de seu repertório sociolingüístico. Assim, os falantes adquirem as variedades lingüísticas próprias à sua região, à sua classe social, etc.

De uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades lingüísticas a partir de dois parâmetros extralingüísticos básicos: a variação geográfica (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática). A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças lingüísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade lingüística.

Dos possíveis fatores externos (extralingüísticos) pertinentes ao estudo da variação, os que mais têm sido discutidos são o estilo de fala, o gênero, a idade, a escolaridade, a profissão, a classe social, a região ou zona de residência e a origem do falante.

Incorporando a variação na descrição e na teoria lingüísticas, Labov (1972) introduz alguns conceitos teórico-metodológicos de extrema importância para nossa pesquisa. Segundo o autor, todo sistema lingüístico é dotado de um conjunto de regras que não podem ser violadas, sob pena de dificultar ou mesmo inviabilizar a compreensão dos enunciados. A esse conjunto de leis internas se costuma dar o nome de *regras categóricas* (i.e. regras lingüísticas que sempre se aplicam). Mas, além das *regras categóricas*, existem em abundância as *regras variáveis* – conceito que é utilizado para substituir a noção de regra opcional do Estruturalismo, na medida em que não pressupõe variação livre, mas, sim, sistemática.

Segundo Monteiro (2000), as primeiras intenções de se delimitar o campo da sociolingüística foram infrutíferas, pois nem mesmo Bright (1966) e Fishman (1972), que foram os pioneiros, conseguiram defini-la com precisão. Mas, a respeito da variação livre, Fischer e Bright compartilham as mesmas concepções de Labov:

“Variação livre” é naturalmente uma denominação e não uma explanação, pois não nos mostra a origem das variantes e nem porque os falantes as usam em proporções divergentes. A variação livre é, antes, um meio de se excluir tais questões da esfera da pesquisa imediata. (FISCHER, 1974).

... os sociolingüistas rompem incisivamente com uma tendência lingüística: a de tratar as línguas como sendo completamente uniformes, homogêneas ou monolíticas em sua estrutura; sob este ponto de vista, que vem sendo reconhecido atualmente como pernicioso, as diferenças encontradas nos hábitos de fala de uma comunidade eram encobertas como “variação livre”. Uma das maiores tarefas da sociolingüística é demonstrar que na verdade tal variação ou diversidade não é “livre”, mas correlacionada a diferenças sociais sistemáticas. (BRIGHT, 1974).

As formas lingüísticas em variação em uma determinada comunidade de fala são denominadas *variantes lingüísticas*. Estas são definidas como formas alternativas de se dizer a mesma coisa, em um mesmo contexto. Embora sejam idênticas em seu valor referencial, as variantes podem opor-se quanto ao seu significado social e/ou estilístico. Ao conjunto de variantes dá-se o nome de *variável lingüística*. Assim, a concordância verbal no português do Brasil constitui precisamente uma *regra variável*, ou uma *variável lingüística* que abrange duas *variantes*: a presença ou a ausência de concordância.

Como podemos perceber, a sociolingüística não aceita a visão da variabilidade como um fato aleatório e insiste na necessidade de um controle sistemático e empírico dos fatores estruturais (internos) e sociais que motivam o uso de uma ou outra variante.

De acordo com Neves (2001), um dos dois grandes marcos de alteração da história da consideração da **gramática** (e, por extensão, da **norma**), no Ocidente, ligado ao desenvolvimento da ciência lingüística, foi o aparecimento dos estudos variacionistas (sociolingüística), que passaram a vincular **padrões a usos, usos a registros, registros a eficácia**, com isso obtendo reverter a avaliação, no campo da atuação lingüística, de **diferença**, como possível

**deficiência**, para **diferença**, como garantia de **eficiência** de comunicação.

Tal como não se pode falar de “inferioridade” ou “superioridade” entre línguas, mas apenas de *diferenças*, não se pode falar de inferioridade ou superioridade entre as variedades geográficas ou sociais. Como ocorre em relação às línguas, cada variedade é adequada às necessidades e características do grupo a que pertence o falante, ou à situação em que a fala ocorre: todas elas são, pois, igualmente válidas como instrumentos de comunicação; também não há nenhuma evidência lingüística que permita afirmar que uma variedade é mais “lógica” que qualquer outra. São sistemas lingüísticos igualmente complexos, lógicos, estruturados.

A homogeneidade lingüística é um mito, que pode ter conseqüências graves na vida social. Pensar que a diferença lingüística é um mal a ser erradicado justifica a prática da exclusão. É importante enfatizar que, do ponto de vista da qualidade lingüística, todas as variedades se equivalem: lingüisticamente não há uma variedade melhor, mais bonita, mais correta do que a outra. No entanto, algumas vezes acontece que a diferença se transforma em discriminação e as pessoas que não falam de acordo com a variedade padrão passam a ser alvo de pesados preconceitos sociais.

É claro que os primeiros lingüistas perceberam essa variação, mas eles se inclinaram a desqualificá-la, por entender que se tratava de um fato marginal e sem conseqüências, ou mesmo como um estorvo atravessado no caminho das boas descrições. Hoje, de acordo com Trask (2006), “reconhecemos que a variação é uma parte integrante e essencial da língua, e que a ausência de variação é quase patológica”.

## 2.2 Contribuições da Sociolingüística

Evidentemente, o reconhecimento do PB como heterogêneo, uma conjunção de falares social e geograficamente diferenciados, antecede e em muito estudos baseados nos postulados de WLH. A inovação possibilitada pelos autores está exatamente no termo “ordenada”, que permite atribuir à variação um caráter sistemático e controlado que até então lhe fora negado. Cabe ao lingüista entender, descrever e explicar essa sistematicidade, depreender os padrões que a governam. (PAIVA e DUARTE, 2006, p.133)<sup>5</sup>.

No Brasil, vivemos em uma área total de 8.511.965 Km<sup>2</sup> e somos uma população de aproximadamente 180 milhões de habitantes, o que torna a diversidade lingüística inevitável. Aliás, num território bem menor seria inevitável, pois o princípio da heterogeneidade pode ser constatado em todos os níveis lingüísticos em todas as línguas naturais.

Sendo assim, cabe perguntar qual é o papel da Sociolingüística em nosso país, tendo em vista sua especificidade, que é estudar as relações existentes entre sociedade e língua, bem como as influências que aquela exerce sobre esta.

De acordo com Ilari e Basso (2006), a variação existe, quer gostemos disso, quer não. Mas há muita gente para quem esse fato é um problema: essas pessoas se sensibilizam com a variação diastrática e tendem a achar que falar uma variedade diferente da variedade padrão é um problema sério para a sociedade e para quem o faz. Sempre que isso acontece, a língua torna-se um veículo de preconceitos e exclusões, uma função na qual, infelizmente, pode ser extremamente eficaz. Os estudos sociolingüísticos têm mostrado que a variação não é de maneira alguma aleatória. Ao contrário, é altamente estruturada. A abordagem quantitativa revolucionou o estudo da língua, demonstrando que o comportamento lingüístico é ainda mais fortemente estruturado do que se havia suspeitado anteriormente.

---

<sup>5</sup> A sigla PB se refere ao Português do Brasil e WLH são as iniciais dos pesquisadores Weinreich, Labov e Herzog.

Dessa forma, esses estudos podem contribuir no combate ao preconceito lingüístico tão arraigado na nossa sociedade.

No ensino tradicional de Língua Portuguesa, elegem-se o correto e o incorreto como critério único no tratamento da variação, o que, longe de ter qualquer respaldo em fenômenos intrinsecamente lingüísticos, encontra justificativa em determinações de natureza social.

Como, em geral, a variedade padrão é imposta como referencial exclusivo para todas as circunstâncias de interação, negligenciam-se as experiências culturais vivenciadas especialmente pelo aluno provindo de camadas marginalizadas. De um ângulo estritamente lingüístico, cria-se uma espécie de conflito entre a língua de fato ensinada na escola, como referencial exclusivo, a variedade padrão, e a variedade que o aprendiz domina, de acordo com sua origem sociocultural.

De acordo com Mattos e Silva (2004), se o professor tiver uma formação sociolingüística adequada, o que acontecerá com uma minoria, terá de trabalhar, por exemplo, com a variação da sintaxe nas suas aulas e saber, na maioria das vezes de maneira intuitiva e tentativa, já que não há materiais prontos para isso, definir o que será o uso lingüístico socialmente aceitável para que seus alunos não fracassem no curso de sua futura vida profissional em nossa sociedade. Assim, entre as variantes sintáticas em convívio nas falas brasileiras, o professor terá de distinguir, pelo menos, as estruturalmente mais salientes e socialmente mais estigmatizadas, para, sem desprestigiar as segundas, selecionar ambas, a fim de treinar o uso formal falado e os usos escritos de seus alunos.

Nessa perspectiva, o ensino da variedade padrão continua a ser um dever da escola e um direito do aluno, mas não precisa ser necessariamente substitutivo e, por isso, não implica a erradicação das variedades não-padrão, como afirma Camacho:

As formas alternativas de expressão podem conviver harmoniosamente na sala de aula; cabe ao professor o bom senso de discriminá-las adequadamente, fornecendo ao aluno as chaves para ele perceber as diferenças de valor social entre as variedades que lhe permitam depois selecionar a mais adequada, conforme as exigências das circunstâncias da interação. O sistema escolar tem um papel político relevante a desempenhar que é o de estender às camadas marginalizadas o acesso a todos os bens simbólicos, dentre os quais se inclui indubitavelmente o acesso à variedade padrão. (CAMACHO, 2004, p. 59).

Aí está a grande contribuição que os estudos sociolingüísticos sobre o português brasileiro poderão dar para uma efetiva “virada” no ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

Labov, no artigo “*Stages in the Acquisition of Standard English*” de 1965, comenta algumas diretrizes para a pesquisa sobre os problemas da escola e conclui que, em muitos dos problemas, os esforços conjuntos de lingüistas, cientistas sociais e educadores se farão necessários. Para o autor, o método tradicional tem sido registrar os “erros” que os alunos fazem na sala de aula e, evidentemente, isto é importante e deve ser feito. De acordo com suas idéias, os professores em toda e qualquer parte do sistema escolar podem ajudar o lingüista, fornecendo-lhe uma tabela quantitativa dos “erros” gramaticais e lexicais que os alunos fazem no trabalho escrito ou oral. Para interpretar tais “erros”, certamente é necessário realizar uma descrição exata da forma da língua padrão, e também mostrar que os desvios não são considerados erros, e sim tolerados como variação aceitável.

Em outro estudo, “*Language in the Inner City*”, de 1972 (*apud* SOARES, 2004), Labov mostra que o fracasso escolar de pessoas desfavorecidas economicamente não resultava de deficiência lingüística trazida de seu grupo social, como se acreditava, e sim por dificuldades da própria instituição escolar em lidar com as diferenças lingüísticas, priorizando apenas as formas consideradas padrão, dominadas pelas crianças de classes favorecidas. Labov rejeita completamente o conceito de “deficiência lingüística”, que considera um “mito” sem nenhuma base na realidade social. Segundo o autor, a

afirmação de que as crianças dos guetos vivem num contexto de “privação lingüística”, onde recebem pouca estimulação verbal, ouvem uma linguagem mal-estruturada e, por isso, tornam-se lingüisticamente deficientes, é inteiramente falsa.

Soares (2005) discute a decisiva contribuição de Labov na desmistificação da deficiência lingüística mostrando que:

É ao sociolingüista norte-americano William Labov que se deve a mais poderosa e fundamentada contestação da teoria da deficiência lingüística e a mais decisiva comprovação de que *diferença não é deficiência*. (SOARES, 2005, p. 43).

Além da contribuição para o ensino, outras tarefas cabem à Sociolingüística. No estudo intitulado “Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico”, Oliveira (2002) afirma que, no nosso caso, produziu-se o conhecimento de que no Brasil se fala o português, e o desconhecimento de que muitas outras línguas foram e são igualmente faladas. Para compreendermos a questão, é preciso citar alguns dados: no Brasil de hoje, além do Português, são falados por volta de 200 idiomas. As nações indígenas do país falam cerca de 170 línguas, e as comunidades de descendentes de imigrantes outras 30 línguas. Somos, portanto, como a maioria dos países do mundo – em 94% dos países do mundo é falada mais de uma língua – um país de muitas línguas, plurilíngüe.

Hamel (2003, *apud* OLIVEIRA, 2003) afirma que um enfoque amplo e interdisciplinar da política da linguagem poderia se enriquecer com um conjunto de estudos provenientes da **Sociolingüística**, da Análise do Discurso, da Antropologia e da Sociologia, para compreender melhor como a política funciona em relação a questões da linguagem e para identificar o exercício dos direitos lingüísticos. (grifo nosso).

Como se vê, a língua se apresenta como uma entidade heterogênea; ou seja, ela é composta por um conjunto de variedades. Tomando por base a língua portuguesa, podemos falar em variedades baiana, rural, paulista, etc. Essa variação está intrinsecamente ligada a

fatores de ordem social e cultural. Além disso, no território brasileiro, co-existem muitas línguas diferentes. Assim, do nosso ponto de vista, cabe à Sociolingüística (e creditamos tal tarefa também à dialetologia), em nosso país, descrever e analisar, de forma sistemática, a variação aqui existente, demonstrando de que forma os fatores sociais influem sobre ela. Deve ainda verificar o *status* social a que são submetidas as variantes (positivo ou negativo), bem como determinar se as variantes em competição se encontram ou não em processo de mudança.

### 3 O UNIVERSO DESTE ESTUDO

Nesta Seção apresentamos o universo de nossa pesquisa: em que contexto social e geográfico foi estudado o fenômeno variável e quais foram os procedimentos metodológicos adotados para que a investigação fosse desenvolvida. Dessa forma, organizamos a presente Seção em duas partes, cada uma contemplando um dos aspectos referidos acima.

#### 3.1 O quadro social e geográfico do estudo

Nenhuma ação educativa pode prescindir de uma reflexão sobre o homem e de uma análise sobre suas condições culturais. Não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados. O homem é um ser de raízes espaço-temporais. De forma que ele é, na expressão feliz de Marcel, um ser “situado e temporalizado”.

Paulo Freire

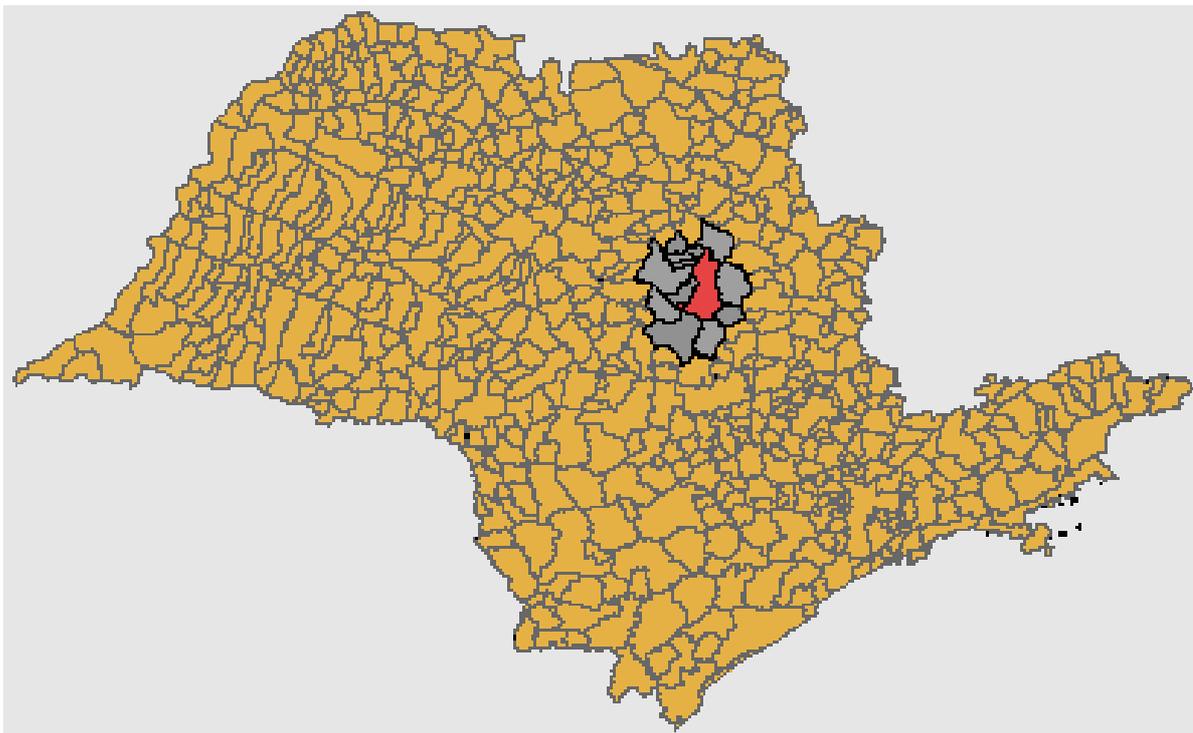
A pesquisa foi realizada com a língua falada de uma comunidade periférica da cidade de São Carlos, localizada no interior do Estado de São Paulo. É importante ressaltar que os informantes escolarizados eram concluintes do ensino fundamental (8ª série) na EJA (*Educação de Jovens e Adultos*)<sup>6</sup>.

As informações relativas à cidade, à comunidade estudada e à EJA constituem o “background” para a definição do nosso *corpus* de análise e de várias das nossas hipóteses. É o que veremos a seguir.

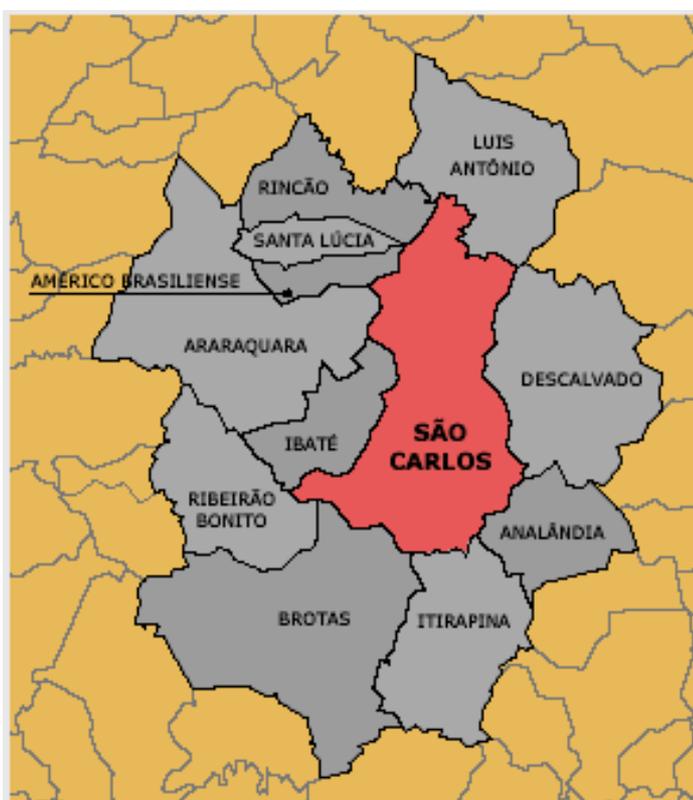
---

<sup>6</sup> “Por educação de jovens e adultos, entende-se a modalidade integrante da educação básica destinada ao atendimento de alunos que não tiveram, na idade própria, acesso ou continuidade de estudo no ensino fundamental e médio. A denominação “educação de jovens e adultos” substitui o termo ensino supletivo da Lei n.º 5.692/71 e atualmente, no Brasil, compreende o processo de alfabetização, cursos ou exames supletivos nas etapas fundamental e média. Nos documentos legais pertinentes, a EJA é considerada mais do que um direito: é a chave para o século XXI, por ser consequência do exercício da cidadania e condição para a participação plena na sociedade. Argumenta-se que o programa pode auxiliar na eliminação das discriminações e na busca de uma sociedade mais justa e menos desigual, a qual resultaria da inclusão do conjunto de brasileiros vítimas da história excludente de nosso país. A EJA é tratada como representação de uma dívida social a ser reparada, assumindo a tarefa de estender a todos o acesso e domínio da escrita e da leitura como bens sociais.” (CHILANTE e NOMA, 2004).

### 3.1.1 Considerações sobre a cidade de São Carlos<sup>7</sup>



**Mapa 1 - Localização do Município de São Carlos no Estado de São Paulo**  
Fonte: São Carlos (2005)



**Mapa 2 - São Carlos e municípios vizinhos**  
Fonte: São Carlos (2005)

<sup>7</sup> Dados obtidos do *site* [www.saocarlos.sp.gov.br](http://www.saocarlos.sp.gov.br) e do CD-ROM do Plano Diretor do Município de São Carlos (SÃO CARLOS, 2005).

Localizada no centro geográfico do Estado de São Paulo, a cidade de São Carlos possui características especiais que a tornam um local de destaque sob vários aspectos. Segundo os dados do *Censo IBGE 2000*, São Carlos conta com uma população de 192.998 habitantes, sendo 9.565 na área rural e 183.433 na área urbana. Uma pesquisa mais recente, realizada pela *Fundação SEADE*, mostra que a população de São Carlos em 2005 é de 213.314 habitantes.

A cidade surge no contexto da expansão da lavoura cafeeira, que é marcante nas últimas décadas do século XIX e nas duas primeiras do século XX. A chegada da ferrovia em 1884 propiciou um sistema eficiente para escoar a produção para o porto de Santos e deu um grande impulso ao desenvolvimento da economia da região. A ferrovia também contribuiu para que a área central da cidade se firmasse como local de destaque político e econômico.

Nas últimas décadas do século XIX ocorreu o fenômeno social que mais influência deixou na região central do Estado de São Paulo: a imigração. São Carlos recebeu imigrantes alemães trazidos pelo Conde do Pinhal em 1876 e, de 1880 a 1904, o município foi um dos principais pólos atrativos de imigrantes do Estado de São Paulo. A grande maioria deles era originária das regiões setentrionais da Itália. Os imigrantes vinham para trabalhar nas lavouras de café e, graças às suas habilidades, atuavam também na manufatura e no comércio.

O setor industrial desenvolveu-se também a partir de oficinas que serviam às plantações de café. A fabricação de máquinas de beneficiamento, sapatos, adubos, ferragens, móveis, macarrão e charutos, assim como as alfaiatarias, cervejarias, fundições, serrarias, tecelagem, uma indústria de lápis e olarias marcam a economia de São Carlos nos anos 30. Nas décadas de 50 e 60 a indústria solidifica-se com a instalação de fábricas de geladeiras, compressores, tratores e uma grande quantidade de empresas pequenas e médias, fornecedoras de produtos e serviços.

Na segunda metade do século XX, a cidade recebe um grande impulso para o seu desenvolvimento tecnológico e educacional com a implantação, em abril de 1953, da Escola de Engenharia de São Carlos,

vinculada à Universidade de São Paulo (USP), e, na década de 70, com a criação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

O vigor acadêmico, tecnológico e industrial conferiu à cidade o título de Capital da Tecnologia. Suas universidades e centros de pesquisa são reconhecidos pela excelência e diversidade. A Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) oferecem ensino gratuito e de qualidade e já incorporaram à história de São Carlos suas contribuições à ciência e à capacitação profissional de milhares de alunos.

Diante da concentração de universidades e centros de pesquisas, São Carlos apresenta grande concentração de cientistas e pesquisadores: um pesquisador doutor para cada 230 habitantes e um pesquisador para cada 42 habitantes.

Se nas últimas décadas do século XIX houve a imigração, nas últimas décadas atuais ocorreu um outro fenômeno social: a migração. Muitas pessoas vieram de outras regiões do Brasil em busca de melhores condições de vida. A grande maioria dessas pessoas vive hoje na periferia de São Carlos, cuja população é, geralmente, constituída de trabalhadores rurais, que não deixam de representar uma face do desenvolvimento rural no meio urbano. Foi numa comunidade periférica com essas características que a presente pesquisa foi realizada.

### **3.1.2 Considerações sobre a comunidade estudada**

Imagens importadas de uma realidade alheia, que vão tomando forma, encobrando antigas e originais que, apesar de tudo, ainda se revelam. Ao jeito característico do povo do interior, seus costumes, sua vocação para o trato com a terra, aos poucos, vai se mesclando uma nova identidade, moldada pelas demandas e apelos do dito desenvolvimento urbano.

Cidade Aracy, um bairro relativamente novo na história de São Carlos, situado no limite do núcleo urbano com a área rural da cidade, que representa bem esta realidade.

Com o processo de mecanização da produção agropecuária característica da região, a conseqüente

dispensa de mão de obra e o crescimento industrial registrado nos últimos anos, os bairros mais periféricos da cidade registraram um grande crescimento, devido mesmo a esta população, que migrou do campo para a cidade em busca de emprego. Na Cidade Aracy, hortas nos quintais, galinheiros, bois e vacas pastando denunciam tanto a proximidade com “a roça”, quanto à origem de sua população.

Como na maioria dos bairros pobres nas grandes cidades – os chamados bairros de periferia – a paisagem na Cidade Aracy reflete uma ocupação desordenada que ocorreu, e continua ocorrendo, em ritmo acelerado, sem que ao passo se dê a infraestrutura adequada.

Casas simples, muitas inacabadas. O tipo de construção reflete o baixo poder aquisitivo da população. São escassas alternativas de serviços de saúde, educação e lazer. Mercados, quitandas, açougues, padarias, farmácias e bares, muitos bares. O comércio atende hoje, principalmente, a produtos de primeira necessidade, mas começa a se diversificar.

Mas, como nas grandes cidades, a periferia aqui também transborda intimidade nas relações, solidariedade. Aos fins de semana as ruas fervilham, ocupam-se todos os campos improvisados de futebol e mesas de sinuca nos bares. Há crianças correndo, soltando pipas, brincando em montes de areia. Mulheres nas calçadas, conversando e fazendo crochê. O bairro crescendo, homens nas construções. Hora de convocar os vizinhos para encher a laje, hora das crianças ajudarem a guardar tijolos. Hora do culto em uma das inúmeras igrejas evangélicas que proliferam no bairro, hora da missa na igreja católica. Hora de reunião, os moradores se organizam em uma associação de bairro que discute e encaminha ao poder público os problemas e reivindicações que julgam prioritárias. [...] <sup>8</sup>

Em relação à população que reside na comunidade, tomamos aqui como base as vinte entrevistas realizadas por nós e, também, o relatório de abril de 2006 de uma pesquisa censitária. Essa pesquisa censitária foi solicitada pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Carlos/SP, com o objetivo de identificar demandas em educação e construir indicadores sociais mínimos para subsidiar o planejamento de políticas públicas para a região. A comunidade

---

<sup>8</sup> Texto de autoria coletiva disponibilizado pela Fundação Pró-Memória da Prefeitura Municipal de São Carlos (Projeto Etnofotográfico “Imagens dos Bairros de São Carlos” de 2003).

estudada compreende os bairros Cidade Aracy 1, Cidade Aracy 2, Antenor Garcia e Presidente Collor. Foram realizadas 4.006 entrevistas e o número total de moradores indicados foi de 15.604, distribuídos pelas 4 regiões.

Mais de 42% das famílias vieram de outras regiões do Estado de São Paulo ou de outros Estados. É possível verificar que questões relacionadas à moradia, ao emprego, enfim, à condição de vida, são os principais fatores que impulsionaram grupos familiares a deixarem seu local de origem. As dificuldades neste processo de migração não se encerram quando os retirantes “encontram” um lugar para se fixarem. A maior parte das famílias sofre as conseqüências da economia excludente, sobrevivendo do emprego informal e de ajudas de entidades assistenciais ou de voluntários.

A População Economicamente Ativa (entre 16 e 60 anos de idade) – PEA – foi mensurada em 9.432 moradores, sendo que 2.683 estão desempregados, sugerindo um índice médio de desemprego de 28,4%. Ou seja, a cada 100 pessoas aptas a trabalhar, quase 30 estão desempregadas. Os dados apontam, também, um índice alto de desemprego estrutural, pois mais de 42% dos desempregados estão nessa condição há mais de 3 anos.

Um aspecto importante a destacar é acerca do papel de chefe de família que muitas mulheres chegam a exercer. Tal dado acompanha uma tendência nacional. Segundo os dados da UNICEF (2000 *apud* MARINI, 2003), referentes à estrutura da família brasileira, durante as décadas de 80 e 90, pode-se notar um crescimento relativo nas famílias formadas por mulher sem cônjuge morando com os filhos (19,0%), que é explicado por fatores como a participação feminina no mercado de trabalho, a transformação de valores tradicionais que apontavam o casamento como o modelo de vida mais adequado à mulher, etc. Na comunidade estudada, muitas mulheres trabalham fora de casa, principalmente na prestação de serviço, como domésticas e faxineiras. Também não descartam a colheita e o plantio na zona rural e o trabalho em granja. Mesmo inserida no mercado de trabalho, a mãe

ainda se apresenta como referência central da casa e do cuidado das crianças.

Geralmente, sendo compostas por várias pessoas, as famílias se reúnem numa mesma casa. São poucos os cômodos que abrigam pai, mãe e filhos, e ainda outros membros ligados a um ou outro progenitor. Pode-se dizer que o tamanho médio das famílias está associado à sua situação socioeconômica. As famílias de menor poder aquisitivo são, normalmente, mais numerosas do que aquelas que possuem melhor padrão socioeconômico.

Para ilustrar a condição de fragilidade socioeconômica da população da comunidade, a pesquisa censitária realizada traz um dado bastante significativo: há 120 domicílios sem geladeira e 240 sem televisão.

O nível de escolaridade dos adultos da comunidade é extremamente baixo, sendo que há os que nunca freqüentaram a escola. Para muitos profissionais da educação, tal fato gera uma desvalorização da escola por parte da criança, mas, por outro lado, há uma supervalorização da escola por parte dos pais, que a vêem como possibilidade de melhora de vida de seus filhos.

O índice geral de analfabetismo apontado na comunidade foi de 9%, quase 60% maior do que o índice de analfabetismo do município (5,64% - IBGE/2000). Mas é preciso enfatizar que é o analfabetismo da população com mais de 60 anos que puxa esse índice para cima. Hoje, muitos jovens e adultos que não tiveram acesso à escola regular cursam, à noite, o ensino supletivo, denominado EJA (*Educação de Jovens e Adultos*).

Para Marini (2003), torna-se relevante dizer que a perpetuidade social da crença na desorganização de famílias de periferias urbanas não deve ser creditada apenas às leituras e interpretações “errôneas”, a que sempre está sujeita a escola, mas às próprias condições que essas famílias apresentam enquanto grupo social:

A migração, a baixa escolaridade, a baixa renda, são alguns dos fenômenos sociais que explicam suas trajetórias. Porém, antes de denominá-la desorganizada pela sua modalidade de organização, é preciso descobrir em que consiste essa divergência, de que maneira se organiza e o que a tipifica. (MARINI, 2003, p.76).

Assim como nas favelas do Carombé, zona norte de São Paulo, comunidades estudadas por Rodrigues (1987), pudemos perceber, também na comunidade focalizada neste estudo, que as pessoas acabam tendo uma forma de vida mais ou menos padronizada, correspondente a trabalho no decorrer da semana e pouco ou nulo lazer nos finais de semana. Muitas dessas pessoas vão constituir um extenso grupo de usuários de uma variedade popular ou não-padrão, estigmatizada, que se torna, ela mesma, um indicador da classe socioeconômica a que pertencem.

### **3.1.3 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL (um pouco de história)<sup>9</sup>**

A história da EJA no Brasil mostra que o analfabetismo, concebido como causa e não como consequência da situação socioeconômica, política e cultural do país, legitimou a visão do analfabeto como marginal e incapaz, como um adulto-criança, irresponsável, incapaz de tomar decisões elementares e, portanto, incapaz de contribuir na resolução dos problemas nacionais (PAIVA, 1983).

O período de 1959 a 1964 é considerado como um “período de luzes” para a Educação de Adultos, por confrontar velhas idéias e preconceitos com a busca da renovação dos métodos e processos educativos. Incorporando o pensamento de Paulo Freire, discutia-se a necessidade de se entender que a educação da população adulta deveria prepará-la para participar ativamente da vida política do país.

---

<sup>9</sup> A maioria das informações aqui apresentada se encontra em: MUSSALIM, S. Educação de Jovens e Adultos no Brasil. In: Ceforp. Iperp. Foreja. **Educadores de EJA em ação**. Ribeirão Preto, 2005.

Dessa forma, a Educação de Adultos passou a ser reconhecida como um poderoso instrumento de ação política que tinha, também, o papel de resgatar e valorizar a cultura popular.

O golpe militar de 1964, como não poderia deixar de ser, rompeu com os movimentos de educação e resgate da cultura popular existentes, reprimindo ações de natureza política e programas de educação de adultos que contrariavam os interesses impostos pelo regime militar. Como alternativa aos baixos níveis de escolaridade existentes no país, sem contudo ignorar os interesses hegemônicos do modelo socioeconômico implantado, foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Foi nessa época que os pesquisadores Miriam Lemle e Anthony J. Naro desenvolveram um estudo da língua falada pelos alunos do MOBRAL do Rio de Janeiro, com vistas à verificação de pontos de discrepância ou de diferenciação entre a variedade de língua portuguesa utilizada por esse grupo social e a variedade de língua escrita de nível jornalístico e da literatura contemporânea mais acessível.

Porque na fala do grupo social a que pertenciam os alunos do MOBRAL a concordância do verbo com o sujeito era um fenômeno variável, Lemle e Naro puderam utilizar o aparato teórico-metodológico da Teoria da Variação e Mudança Lingüística que introduziu o conceito de regra variável. Ao fazer isso, mostraram a importância de estabelecerem, para uma regra variável, os fatores lingüísticos e extralingüísticos que favorecem ou refreiam a escolha por uma ou outra variante.

Vale lembrar que os autores concluíram que o estudo da regra de concordância verbal prova a necessidade de se introduzir, no modelo de funcionamento sincrônico da gramática, o conceito de saliência: uma regra gramatical será mais ou menos aplicada, dependendo da saliência dos efeitos provocados. Quase trinta anos se passaram e ainda não vemos a grande contribuição desses lingüistas nas nossas gramáticas e, muito menos, nos nossos livros didáticos. Isso nos remete à afirmação de Gameiro (2005) quando observa o sucesso de

professores de português que ditam regras na TV e nos jornais e a baixa popularidade dos lingüistas, cuja missão de registrar as formas em variação não é compreendida por muitos intelectuais.

A ruptura simbólica com a política de EJA do período militar deu-se com a extinção do MOBRAL que, estigmatizado como modelo de educação domesticadora e de baixa qualidade, já não encontrava condições políticas de acionar com eficácia os mecanismos que utilizara anteriormente, motivo pelo qual foi substituído, em 1985, pela Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos – Educar.

Em março de 1990, como parte de um “pacote” de medidas que visavam a “enxugar” a máquina administrativa e a retirar subsídios estatais, o governo de Collor extinguiu a Fundação Educar. Esta medida representou um marco no processo de descentralização da escolarização básica de jovens e adultos, transferindo diretamente a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização de jovens e adultos da União para os municípios.

Dessa forma, no âmbito das políticas públicas educacionais, após a extinção da Fundação Educar, o governo federal, que sempre foi o principal articulador das iniciativas de Educação de Jovens e Adultos, ausentou-se, criando um enorme vazio em termos de política para o setor. Para suprir este vácuo, alguns estados e municípios, ou mesmo organizações da sociedade civil, têm assumido a responsabilidade de oferecer programas na área de EJA, mas a oferta está longe de atender à demanda existente.

Muitas dessas experiências ganharam consistência e enriqueceram o modelo de alfabetização conscientizadora dos anos 60, incorporando a visão de alfabetização como um processo que exige continuidade e sedimentação. Elas impulsionaram a realização de vários estudos e, ainda hoje, servem de referência para a realização de novas pesquisas na área da EJA.

## 3.2 Procedimentos metodológicos da pesquisa

In any academic course that deals with research in the speech community, there is always a great deal of interest in the first steps to be taken: “What do you say to people?” This is not a trivial question. (LABOV, 1972, p. 207)<sup>10</sup>.

Nesta segunda parte da Seção, mais técnica, apresentamos o *corpus*, a maneira como foi a coleta e a seleção dos dados, bem como os grupos de fatores lingüísticos e sociais.

### 3.2.1 O *corpus* sob análise

A amostra utilizada é constituída de 20 entrevistas entre informante e documentador (DID)<sup>11</sup>. Estamos trabalhando com quatro células, sendo cada célula formada de 5 informantes, de modo a garantir a representatividade da amostra. São cinco homens e cinco mulheres que estavam terminando o ensino fundamental na EJA e cinco homens e cinco mulheres não alfabetizados.

Abaixo temos a distribuição dos informantes segundo escolaridade e gênero:

---

<sup>10</sup> “Em qualquer curso acadêmico que se ocupa com pesquisa na comunidade lingüística, sempre existe um grande interesse sobre as primeiras etapas a serem realizadas: “O que você diz às pessoas?”. Essa não é uma pergunta trivial.” (LABOV, 1972, p. 207, tradução nossa).

<sup>11</sup> A nomenclatura vem do *corpus* do Projeto de Estudo da Norma Urbana Lingüística Culta (NURC). Esse *corpus* compõe-se de entrevistas gravadas durante as décadas de 1960/70 nas cinco cidades brasileiras que tinham então mais de um milhão de habitantes: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Para documentar essa variedade, foi entrevistado um total de 2356 pessoas, em 1570 horas de gravação. As entrevistas, todas com pessoas de formação universitária, seguem três formatos diferentes: elocuções formais – geralmente aulas universitárias –, diálogos entre o informante e o documentador e diálogos entre dois informantes, com a participação marginal de um documentador.

<b>escolaridade</b> \ <b>gênero</b>	<b>gênero</b>		<b>Total</b>
	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>	
não alfabetizados	5	5	10
8 <sup>a</sup> série - EJA	5	5	10
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>

Devido ao tempo limitado para desenvolver a pesquisa (2 anos), não pudemos incluir no nosso trabalho diferentes faixas etárias, pois teríamos que aumentar muito a nossa amostra. Apenas para termos uma idéia, vejamos como ficaria se fôssemos trabalhar com dois grupos de faixa etária diferente:

	<b>Gênero</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Idade</b>
1.	Masculino	não alfabetizado	15 a 29 anos
2.	Masculino	não alfabetizado	30 a 45 anos
3.	Masculino	8 <sup>a</sup> série - EJA	15 a 29 anos
4.	Masculino	8 <sup>a</sup> série - EJA	30 a 45 anos
5.	Feminino	não alfabetizada	15 a 29 anos
6.	Feminino	não alfabetizada	30 a 45 anos
7.	Feminino	8 <sup>a</sup> série - EJA	15 a 29 anos
8.	Feminino	8 <sup>a</sup> série - EJA	30 a 45 anos

Para cada uma das oito células, teríamos de ter um mínimo de 5 informantes, ou seja, uma amostra com 40 informantes, o dobro da nossa. Portanto, no que concerne à faixa etária, estabelecemos um recorte: de 20 a 40 anos.

Mas não podemos deixar de destacar a importância dessa variável nos estudos sociolinguísticos. É possível realizar um estudo da mudança mediante a observação do comportamento linguístico de falantes em diversas faixas etárias. É a perspectiva que se convencionou denominar de *tempo aparente*.

No caso de você prever um caso de variação que já projete uma mudança dentro do sistema, o fator faixa etária é de extrema importância. Na impossibilidade de fazer um estudo longitudinal (um acompanhamento dos falantes desde a adolescência até a idade madura) sobre a variável, a amostragem da comunidade em grupos etários diferentes lhe dará a dimensão procurada. (TARALLO, 2002, p. 47).

Segundo Paiva e Duarte (2006), Weinreich, Labov e Herzog (1968) rompem com as fronteiras entre sincronia e diacronia. O entrelace dos dois eixos permite, então, um passo teórico importante: as evidências da variação sincrônica passam a constituir um excelente laboratório para a compreensão de mudanças já completadas, ocorridas no passado.

### 3.2.2 A coleta dos dados

The elementary steps of locating and contacting informants, and getting them to talk freely in a recorded interview, are formidable problems for students. It is an error for anyone to pass over these questions, for in the practices and techniques that have been worked out are embodied many important principles of linguistic and social behavior. (LABOV, 1972, p. 207)<sup>12</sup>.

As entrevistas com os informantes foram realizadas por nós de modo que se aproximassem da língua falada do dia-a-dia. De acordo com Rodrigues (1987), o problema que se coloca ao pesquisador que pretende recolher amostras do vernáculo de qualquer comunidade a que ele não pertence é exatamente o da dificuldade de se transformar num “igual lingüístico” com relação ao seu informante. Essa dificuldade foi expressa por Labov, por meio do que ele denominou “paradoxo do observador”:

---

<sup>12</sup> “As etapas elementares que consistem em localizar e contactar os informantes, e depois conseguir levá-los a falar com liberdade em uma entrevista gravada, não são problemas pequenos para os estudantes. Seria um erro passar por alto nestas questões, pois nos procedimentos e nas técnicas que se elaboraram estão inseridos princípios muito importantes de comportamento lingüístico e social.” (LABOV, 1972, p. 209, tradução nossa).

... the aim of linguistic research in the community must be to find out how people talk when they are not being systematically observed; yet we can only obtain these data by systematic observation. (LABOV, 1972, p. 209)<sup>13</sup>.

Se o objetivo da pesquisa no seio da comunidade é descobrir como as pessoas falam quando não são observadas sistematicamente, a mera presença do entrevistador com o seu gravador pode afetar o *estilo de fala* do informante. Assim, o pesquisador terá de agir com cautela, para reduzir ao máximo os efeitos do chamado *paradoxo do observador*.

Para Labov (1972), os **contextos** variam quanto ao nível de formalidade: *informal* e *formal*. Já os **estilos** podem ser de três tipos, dependendo do contexto: se o contexto for informal, o estilo de fala será *casual*, se o contexto for formal, o estilo de fala poderá ser *cuidado* ou *espontâneo*.

Context:	Informal	Formal
Style:	Casual	Careful/Spontaneous

Segundo Labov, o *corpus* ideal para o estudo lingüístico é a fala utilizada em situações cotidianas: “*language as it is used in everyday life by members of the social order, that vehicle of communication in which they argue with their wives, joke with their friends, and deceive their enemies*” (1972)<sup>14</sup>. Este constitui o que Labov denomina *estilo casual*, ou seja, a fala do dia-a-dia das pessoas, usada em situações informais, em que a atenção não está voltada para a linguagem.

No entanto, toda observação sistemática de um falante, como é a situação de uma entrevista, condiciona um contexto formal, em que o

<sup>13</sup> “... o objetivo da investigação lingüística na comunidade deve ser descobrir como as pessoas falam quando não estão sendo sistematicamente observadas; contudo nós somente podemos obter esses dados mediante a observação sistemática.” (LABOV, 1972, p. 209, tradução nossa).

<sup>14</sup> “a língua como é usada na vida cotidiana por membros de uma sociedade organizada; esse veículo de comunicação em que discutem com suas esposas, fazem piadas com seus amigos e enganam a seus inimigos.” (LABOV, 1972, tradução nossa).

grau de atenção voltado ao discurso é maior. Por isso, diversas técnicas foram utilizadas com o objetivo de suscitar o *estilo casual* na situação de entrevista.

Resumimos, assim, os nossos dois desafios: minimizar ao máximo os efeitos do chamado *paradoxo do observador* e, dessa forma, conseguir um *estilo casual* na situação de entrevista. Para isso, no decorrer das nossas leituras, recolhemos um bom número de conselhos a respeito de como agir frente à comunidade.

Adotamos vários procedimentos, sendo que muitos deles foram explicitados por Rodrigues (1987), Berlinck (1988) e pelos pesquisadores do Projeto Filologia Bandeirante (1998 *apud* Pereira, 2004). Todos se basearam em Labov (1972):

- a) não dissemos ao informante que se tratava de uma pesquisa sobre língua, mas sim de uma pesquisa sobre aspectos sociais e culturais da comunidade;
- b) as entrevistas aconteceram na própria comunidade: nas residências ou na escola ali existente;
- c) não seguimos um roteiro fixo de perguntas, mas partimos das informações já colhidas na fase do preenchimento da ficha social. Dessa forma, orientamos o diálogo para temas de interesse do informante, ligados à sua rotina de vida, obtendo assim um conjunto significativo de narrativas pessoais.
- d) buscamos nos acomodar à linguagem do informante, minimizando as diferenças de sua fala com relação à do seu interlocutor.

O sucesso na obtenção da informalidade nas conversas é evidenciado nas longas histórias contadas pelos informantes. Como muitos são migrantes e já trabalharam na roça, os assuntos foram diversos: narrativas sobre sua experiência de vida, religião, filhos, família, pobreza, desigualdade social, políticos, transporte, luz elétrica, água encanada, acesso a serviços médicos e à escola, etc.

Segundo Tarallo (2002), a narrativa de experiência pessoal é a “mina de ouro” que o pesquisador-sociolinguísta procura. Ao narrar

suas experiências pessoais mais envolventes, ao colocá-las no gênero narrativa, o informante desvencilha-se praticamente de qualquer preocupação com a forma.

Antes de iniciarmos a gravação da entrevista, como já mencionamos, preenchíamos uma ficha com as características sociais do informante. Esses primeiros momentos foram de extrema importância, pois procurávamos deixar o informante mais à vontade, num clima bem descontraído e de confiança. Sempre dizíamos que, dentre muitos, ele(a) tinha sido o(a) escolhido(a), pois sabíamos que se comunicava bem e era uma pessoa que tinha muitas informações a respeito da comunidade. Essa estratégia foi muito válida, porque a maioria se sentiu importante e privilegiado em conceder a entrevista.

Da mesma forma que muitas estratégias dão certo, outras, em determinadas entrevistas, não funcionam. Labov (1972) orienta o pesquisador a tocar em assuntos que deixem o informante emocionado:

We can also involve the subject in questions and topics which recreate strong emotions he has felt in the past, or involve him in other contexts. (LABOV, 1972, p. 209)<sup>15</sup>.

Tivemos um caso em que a informante começou a chorar por demais e precisamos interromper a gravação. Quando retomamos, foi difícil de se recompor e o clima já não era o mesmo. É claro que o inverso ocorre com mais frequência: uma informante, por exemplo, se emocionou muito lembrando da morte da sua mãe, trágica por sinal, e isso a levou a um alto grau de descontração.

Uma outra sugestão dada por Labov (1972) é em relação ao tema “perigo de morte”: “*Have you ever been in a situation where you were in serious danger of being killed?*”<sup>16</sup>. Segundo Tarallo (2002), Labov provou esta ser uma questão eficaz durante a coleta de narrativas de

---

<sup>15</sup> “Podemos também envolver o informante em questões e temas que possam reproduzir emoções intensas que ele viveu no passado, ou envolvê-lo em outros contextos.” (LABOV, 1972, p. 209, tradução nossa).

<sup>16</sup> “Você já esteve alguma vez em uma situação em que estivesse correndo sério perigo de morte?” (LABOV, 1972, p. 209-210, tradução nossa).

adolescentes negros do Harlem, gueto de Nova Iorque. No nosso caso, houve um informante que vivenciou uma situação muito triste, a traição de um “amigo” que tentou matá-lo, e durante um bom tempo da entrevista ele narrou essa situação. Vejamos um pequeno trecho da narrativa:

*Inf.* óia... sim... (aconteceu) um negócio muito/ muito triste que aconteceu na minha vida foi o que aconteceu comigo ali no motel onde eu trabalhava né?... não só pra mim como pro meus amigo... (aliás) pra minha família... em primeiro lugar né?... depois pros amigo... o cara acha de me matá eu dormindo e... entendeu?... aquilo ali... vamo dizê... acabô comigo memo assim... quase não morri porque... né... nós que samo... temo uma religião... nós sabe que existe Deus... então Deus quando Deus não qué não tem jeito né?... mais o que o cara me pegô pra me matá ali não foi brincadera...  
então... pegô foi lá no quartinho... ( ) ele entra lá catá o machado lá... ele pegô o machado... bateu até/ até tirá/ até rancá o machado do cabo ficô só co cabo... aí pegô o facão/ facaozão lá da/ do/ do/ do jardineiro cortá ( ) de grama assim né... pegô... ficô amolando... (ninguém) sabia pra quê... amolando aquele facaozão lá... ( ) (ninguém sabia pra quê... sabe?)... o pessoal começando a trabalhá... a (minha) muié que arrumava quarto lá... tal pá... e ele a::/ (arrumando)... (amolando) aquele facão lá tal... entrô... com certeza as primera que ele me deu foi na cabeça que da onde eu tava desmaiado dormindo... é uma imagem que nunca sai da minha cabeça porque fala que nós... todos nós temo nosso anjo da guarda... como de fato nós tem... eu tava como se eu tô... eu/ eu lembro como se/ como se eu tô em pé aqui eu vendo tudo... vê(ndo) tudo acontecê... vamo supor... eu tô/ eu tô em pé... EU tô em pé aqui... eu tô vendo EU deitado (na)/ ali na/ na minha caminha lá de soltero deitado lá... tô vendo ele... ele é bem alto... mais altão do que eu assim... tô vendo ele lá... PÁ... me/ me espancando com pau sabe? PÁ PÁ... ((onomatopéia)) (eu se sentindo nada) mas eu vendo aquilo né... aí tal...( ) depois dele me deu tanta paulada assim na cabeça nas... onde pegô... nas costela... no maxilar... aqui foi quebrado em dois lugar aqui no maxilar... esse olho aqui... éh... foi quebrado em dois lugar... foi/ tem uma cirurgia ( ) quebrado em dois lugar... esse olho aqui quase foi estorado (fui) procurá o doutor Paulo aqui... éh... no centro de especialidade... éh::... costela quebrada... me arregaçô intero... fiquei todo... entendeu? arregaçado ( ) ainda eu tive traumatismo craniano... derrame cerebral... entendeu? então depois de tudo aquilo d/ daquelas paulada... aí ele pensô em me/ me pinicá no facão né... isso aí foi triste pra mim porque daí ele... ele pegô o facão pra me pinicá então ele teve de me dá um golpe... mais ou menos porque... não sei se dá pá::... tenho aqui um... entendeu... por aqui assim... ((mostrando a cicatriz )) (MEV)

Como podemos perceber, a estratégia que Labov (1972) nos ensina, usando a questão sobre “perigo de morte”, foi muito eficaz

nessa entrevista, uma vez que levou o informante a se envolver completamente. Confessamos que não só o informante, o documentador também. Mas, quando ouvimos a gravação, percebemos que, em nenhum momento, o fenômeno variável que desejávamos ocorreu. Isso fez com que pensássemos em outras estratégias para suscitar a variável lingüística desejada.

Chegamos à seguinte conclusão: quando o pesquisador-sociolingüista já definiu o fenômeno variável que deseja estudar, ele tem de propiciar assuntos em que apareça tal fenômeno. Não basta apenas fazer com que o informante fale à vontade, é preciso ter dados suficientes da variável que se deseja estudar. Na medida em que já havíamos definido como objeto de estudo a concordância verbal de 3ª pessoa do plural, foi preciso perceber se o fenômeno estava sendo recorrente e adaptar as estratégias à nossa situação.

Foram muitas as dificuldades. Houve entrevista em que a conversa foi excelente, com um grande número de dados relativos à variável desejada, mas a qualidade acústica da gravação ficou péssima, sendo necessário voltar à comunidade e repetir novamente todo o processo. Como bem lembra Oliveira e Silva (2004), “o trabalho de regravar outra entrevista é menor do que o de transcrever uma fita quase inaudível”.

Enfim, fazemos das palavras de Tarallo (2002) as nossas:

Os módulos cobrem uma série de tópicos para fins de conversação: dados pessoais do informante (sua história), jogos e brincadeiras de infância, brigas, namoro e encontros amorosos, casamento, perigo de morte, medo, família, religião, amigos, turmas, serviços públicos, o crime nas ruas, escola e trabalho, interação com outros membros da comunidade, esportes etc. **O sucesso da aplicação dos módulos poderá variar para cada comunidade de fala, para cada grupo de falantes ou mesmo para cada indivíduo. Cabe, portanto, ao investigador adaptá-los a cada grupo estudado!** (TARALLO, 2002, p. 22, grifo nosso).

Não podemos deixar de concordar com Tarallo (2002) quando afirma que “quanto mais tempo você passar no campo, coletando

dados, mais criativo você se tornará em relação às possíveis maneiras de minimizar o efeito negativo causado por sua participação direta na interação”.

O quadro que apresentamos a seguir resume as características dos nossos informantes.

<b>Informante</b>	<b>Gênero</b>	<b>Idade</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Procedência</b>
M	F	30	não alfabetizada	São Carlos / SP
N	F	35	não alfabetizada	Monte Alto / SP
I	F	34	não alfabetizada	São José de Piranha / PB
E	F	27	não alfabetizada	Arapiraca / AL
L	F	25	não alfabetizada	São Carlos / SP
S	M	31	não alfabetizado	São Benedito do Sul / PE
J	M	31	não alfabetizado	Bernardo Vieira / PE
G	M	29	não alfabetizado	Tamboril / CE
D	M	35	não alfabetizado	Rinópolis / SP
C	M	35	não alfabetizado	União dos Palmares / AL
H	F	27	8 <sup>a</sup> série – EJA	Morro do Chapéu / BA
Z	F	23	8 <sup>a</sup> série – EJA	Manhuaçu / MG
P	F	38	8 <sup>a</sup> série – EJA	Alto Piquiri / PR
W	F	22	8 <sup>a</sup> série – EJA	Catende / PE
R	F	34	8 <sup>a</sup> série – EJA	Tanabi / SP
A	M	22	8 <sup>a</sup> série – EJA	Ortigueira / PR
T	M	38	8 <sup>a</sup> série – EJA	Rubelita / MG
B	M	27	8 <sup>a</sup> série – EJA	Faxinal / PR
V	M	30	8 <sup>a</sup> série – EJA	Canindé / CE
O	M	35	8 <sup>a</sup> série – EJA	Sarutaiá / SP

### 3.2.3 A seleção dos dados

Não consideramos todas as ocorrências encontradas no *corpus*, a fim de obtermos um número mais ou menos equivalente para todos os informantes. São 1.000 ocorrências assim distribuídas:

		Informante	Ocorrências	TOTAL
MULHERES	não-escolarizadas	E	54	250
		I	51	
		M	54	
		N	52	
		L	39	
	escolarizadas	P	56	250
		R	44	
		Z	54	
		H	54	
		W	42	
HOMENS	não-escolarizados	G	52	250
		J	41	
		S	52	
		D	54	
		C	51	
	escolarizados	V	40	250
		T	60	
		O	55	
		A	60	
		B	35	
			<b>TOTAL</b>	1.000

A presente pesquisa contempla o estudo com sujeitos simples (de um só núcleo) de estrutura simples de 3ª pessoa do plural representados por:

a) Nome substantivo no singular com um ou mais determinantes no plural.

- (1) tem muitas mãe que *fala* (FNM)<sup>17</sup>
- (2) das pessoa que *trabalha* lá (MNC)

<sup>17</sup> A codificação que segue os exemplos indica as seguintes informações sobre o informante: a primeira letra refere-se ao sexo (F – feminino ou M – masculino); a segunda à escolaridade (N – não-alfabetizado ou E – EJA) e a última ao nome.

- (3) aí no início *saiu* esses terreno aqui da Cidade Aracy né?...  
(MND)
- (4) meus irmão que *tiveru*... (MEA)
- (5) os gavião *vai* na porta de casa (FER)

**b) Nome substantivo no plural.**

- (6) as pessoas *confia* né?... (FEZ)
- (7) as mulheres *são* muito discriminada (FER)
- (8) tem os ônibus que *leva* pra catá frango... (MEO)
- (9) tá certo que tem pessoas que *bate* muito em criança né?...  
(MET)

**c) Pronomes pessoais *eles / elas* (explícito ou oculto) com referência determinada.**

- (10) **as menina** *fica* a vontade... elas *brinca* até a noite... então elas *vão* dormi (FNN)
- (11) tenho **minha irmã e outro irmão** que não é... eles *conhece* tudo mai num... num *chegô* a segui (MND)
- (12) **as criança** *vai* crescendo aí a gente *vai* ensinando as coisa certa... parece que eles só *qué* aprendê as coisa rui... (FEH)

**d) Pronome pessoal *eles* com referência indeterminada.**

- (13) ali eles *tão* fazendo um:: um recapeamento na pista... eles *fizeru* uma mão dupra e do lado da/da... assim... a calçada pos pedestre andá né?... (MND)
- (14) eles *tão* fazendo aí na creche (FEW)

**e) Outros pronomes.**

- (15) os outro *tão* novinho (MNC)
- (16) tem algumas que num *dexa*... (MNG)

(17) otros não *ganha* nada (FEZ)

### 3.2.4 Critérios de exclusão

A elucidação que Pereira (2004) traz, tanto para os critérios de inclusão como para os de exclusão, contribuiu muito para o presente trabalho. Em muitos casos seguimos a mesma orientação. Os critérios aqui adotados são os seguintes:

a) Formas verbais que no singular e no plural não se distinguem na pronúncia por serem homófonas: *tem/têm*, *vem/vêm*.

(18) Alexandre... eles *vêm/vem* por causa do... (MET)

(19) os cara *vêm/vem* jogando em cima do cê (MEB)

(20) que eles *têm/tem* que *tê* amor em si próprio... que eles *têm/tem* que se amá... (FEP)

b) Respostas em que se repete a forma verbal da pergunta feita pelo documentador.

(21) Doc. os cursos *são* divulgados?

Inf. *são* divulgado... (MEO)

(22) Doc. certo... eles *estão* com um filme agora

Inf. *tão*... (FEW)

(23) Doc. como que elas *estão*?

Inf. ah... *tão* bem... *tão* tudo bem (FNN)

c) Frases truncadas e frases com a presença de pausa e/ou hesitações na relação sujeito/verbo.

(24) as pessoas *parel/ vive* assim... *parece*... (MEO)

(25) eles... *abriu* essas clínica aí (FNE)

(26) esses bandido aí... que *mata* (FNN)

- (27) só pos adulto... que já *tá* entendendo o que é sê evangélico (FEH)
- (28) os cara já... já *tava* sabendo (MNS)
- (29) então eles num/ num *respeita* a sinalização (MEB)

**d)** Verbo no plural com *casa vazia* do sujeito indeterminado (sem referente *eles* no trecho do discurso) – contexto em que a marca de plural do verbo seria condicionada não pelo critério sintático (concordância com o sujeito), mas pelo critério semântico (noção de indeterminação do sujeito).

- (30) inclusive me *colocar*u pa regê (FEH)
- (31) é... mai agora *desmanchar*u né?... (MNG)
- (32) faz tempinho que *fechar*u já... (MNG)
- (33) por causa dessa muié *quiser*u me matá né?(MNJ)
- (34) aí *for*u lá (MNS)
- (35) foi isso que me *falar*u... que eu não vô pagá... (FNE)
- (36) *liberar*u ele... ele pegô foi embora (MEA)

**e)** Verbo *ser* em estruturas clivadas.

- (37) não sei se é eles que não *qué* investi (MEO)
- (38) não são os cara que *cantam* não (MEO)
- (39) acho que não é todos que *pensa* assim não (FNM)

**f)** Verbo *ser* em orações com valor existencial.

- (40) não tinha força... *era* aquelas lamparina (FEW)
- (41) ah *era* poquíssimas pessoa aqui (FER)

**g)** Orações com o verbo *ser*, nas designações de tempo, distância, quantidade, valor – casos em que as gramáticas prescrevem a concordância com o predicativo no plural. Segundo Rocha Lima (1998),

quando é usado impessoalmente, a concordância dá-se com o predicativo.

(42) quando tá ruim é cinco caixa (FEW)

(43) era cinco horas da manhã (FEZ)

(44) é trinta... é trinta e o passe (FEZ)

**h)** Orações com verbo *ter* com valor existencial. Segundo as lições da gramática tradicional, o verbo **ter** não deve ser usado no sentido de “haver” (existencial). Entretanto, a construção é usual, especialmente na linguagem menos formal.

(45) antigamente *tinha* uns tiroteio (FEW)

(46) era... só terra... *tinha* algumas casinha (FEW)

(47) não *tinha* essas coisa não (FEH)

**i)** Sujeito representado pelo pronome indefinido *tudo* remetendo a um SN de 3ª pessoa do plural.

(48) graças a Deus já *tão tudo* aposentado (FNI)

(49) aí que eles *sai tudo* correndo (FEH)

(50) e *foru tudo* contra mim... *tudo* contra mim (FEW)

(51) e os'otro *mora tudo* em Santos... *tudo* casado (FNL)

(52) eles *fica tudo* num cantinho lá... (MEO)

**j)** Sujeito representado por substantivo coletivo no singular que pode desencadear a chamada concordância semântica.

(53) o pessoal lá *são/ acho que são* muito alegre... o pessoal da Bahia... (FEH)

(54) o pessoal *vai* pra se diverti memo (MEV)

(55) o pessoal *vive* lá naquela redondeza (MEV)

(56) o povo bobo *vai* lá... bobo não coitado... *são* manipulados né?... (MEO)

- (57) as criançada me *xingava* (FNM)  
 (58) tem muitos pessoal que *volta* ca criança (FNM)

**k)** Sujeito constituído por expressão partitiva. Segundo a tradição gramatical, quando o sujeito é constituído por expressão partitiva e um substantivo ou pronome plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural. A cada uma destas possibilidades corresponde um novo matiz da expressão. Deixamos o verbo no singular quando queremos destacar o conjunto como uma unidade. Levamos o verbo ao plural para evidenciarmos os vários elementos que compõem o todo (CUNHA e CINTRA, 2001).

- (59) a maioria dos cara lá é trabalhado (MNS)  
 (60) a maioria das molecada *qué* fazê arte (MNG)  
 (61) a maioria *são* gente boa que trabalha... (MEA)

**l)** Sujeito representado pelo pronome de tratamento *vocês*. Como não consideramos todas as ocorrências, foi possível eliminar esses casos. Mas ressaltamos que não há problema incluí-los nos estudos de concordância verbal, pois, segundo a gramática normativa, o pronome *vocês* exige verbos com marca formal de 3ª pessoa do plural.

- (62) cêis *tão* no caminho certo (FEP)  
 (63) vocêis *fica* enganando a gente (FNI)

Além dos casos enumerados acima, não foram incluídos alguns outros casos, a saber: sujeito simples de estrutura complexa, sujeito numeral no plural e sujeito composto. A princípio, nós estávamos considerando todos os casos mencionados, mas como na nossa amostra aparecem poucas ocorrências deles, não sendo um número significativo quantitativamente, achamos melhor excluí-los.

**m)** Estruturas de sujeito simples de estrutura complexa, cuja configuração sintagmática se apresenta na forma de um núcleo, seguido de sintagma preposicional ou, até mesmo, de uma oração relativa.

- (64) aqueles pedaço de pau que *tinha* uns gancho (FNI)
- (65) as brincadera dos filho hoje em dia não é que nem naquela época não (FNI)
- (66) os peito dela *endurece*... que ela libera o leite (MNJ)
- (67) tem muitos deles que *ajuda* (MNG)
- (68) tem uns par deles que *mora* (MND)
- (69) e todas que a gente passa em frente *tá* cheia (FEH)
- (70) as pessoa muito boa que eu trabalhei me *ajudaru* muito (MET)
- (71) todas as pessoa que morava ali perto de mim *ia* pa escola e eu não fui (FNE)

**n)** Numeral no plural. Eliminamos da amostra todos os sujeitos que apresentam numeral, independentemente se está anteposto ou posposto.

- (72) os dois *estuda* (FNE)
- (73) agora *vai* pa Deriggi os dois (FNE)
- (74) *foi* treis padrinho né?... (MNC)
- (75) *vai* quarenta e cinco pessoa (FEW)
- (76) eu tenho a minha irmã que mora no Cruzeiro do Sul e treis que *mora* em Santos (FNL)

**o)** Sujeito composto.

- (77) meu pai minha mãe me *ensinô* ( FEZ)
- (78) minha cunhada e meu cunhado *são* católico (MNC)
- (79) quando minha mãe e meu pai *saia* de charrete pa cidade (FNN)
- (80) ele e o irmão dele *tão* trabalhando junto (FER)

### 3.2.5 Grupos de fatores

Nossa variável dependente é binária, ou seja, se constitui de duas variantes: ocorrência de concordância verbal e ausência de concordância verbal.

Tendo em vista o pressuposto teórico de que a variação lingüística não é aleatória, é fundamental identificar conjuntos de circunstâncias lingüísticas e sociais que tendem a favorecer ou desfavorecer o uso de uma ou outra variante. Esses conjuntos de circunstâncias lingüísticas e sociais são denominados *grupos de fatores*.

Muitos estudos analisados foram fundamentais para a definição dos grupos de fatores lingüísticos e sociais, como também para várias das nossas hipóteses ( cf. NARO e LEMLE, 1977; MOTTA, 1979; NARO, 1981; BORTONI-RICARDO, 1981; RODRIGUES, 1987; 1989, 2000; NARO e SCHERRE, 1991, 1999a, 1999b, 2000, 2003a, 2003b; SCHERRE e NARO, 1993, 1998a, 1998b, 2000, 2005; MONGUILHOTT e COELHO, 2002; PEREIRA, 2004; PEREIRA e RODRIGUES, 2004; CARVALHO, 2005; GAMEIRO, 2005). Abaixo segue a descrição dos grupos de fatores lingüísticos e sociais estabelecidos para a análise da variação da concordância verbal da terceira pessoa do plural.

### 3.2.5.1 Grupos de fatores lingüísticos

<b>Grupos de Fatores</b>	<b>Fatores</b>
1) Grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural	<b>R</b> – <i>fala/falam</i> <b>V</b> – <i>quer/querem</i> <b>L</b> – <i>vai/vão</i> <b>E</b> – <i>falou/falaram</i> <b>F</b> – <i>teve/tiveram</i> <b>W</b> – <i>é/são</i>
2) Paralelismo formal no nível oracional	<b>C</b> – forma de plural explícita no último (ou único) elemento <b>A</b> – forma zero de plural no último elemento
3) Presença/ausência do sujeito pronominal ( <i>eles, elas</i> )	<b>P</b> – sujeito pronominal explícito <b>N</b> – sujeito não-pronominal <b>O</b> – sujeito pronominal nulo
4) Posição e distância do sujeito em relação ao verbo	<b>A</b> – anteposto imediatamente ao verbo <b>D</b> – anteposto distante <b>P</b> – posposto
5) Distância entre sujeito/verbo em termos do número de sílabas	<b>0</b> – zero sílaba <b>1</b> – uma sílaba <b>2</b> – duas sílabas <b>3</b> – três ou mais sílabas
6) Presença/ausência do pronome <i>que</i> relativo	<b>Q</b> – presença do <i>que</i> relativo <b>S</b> – ausência do <i>que</i> relativo

#### ► GRAU DE SALIÊNCIA FÔNICA DA OPOSIÇÃO ENTRE AS FORMAS VERBAIS DO SINGULAR E DO PLURAL

A escala de saliência fônica utilizada na análise, proposta por Naro e Lemle (1977) e adotada também por Motta (1979), Rodrigues (1987) e Pereira (2004), compreende dois níveis (conforme a intensidade dos segmentos fonéticos que realizam a oposição), e seis classes (conforme a crescente diferença material entre as formas verbais do singular e do plural):

**1º NÍVEL** (menos saliente): contém os pares cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados (não marcados) em ambos os membros. Estão em sílaba átona.

**CLASSE R:** verbos regulares. A diferença entre singular e plural reside na nasalidade (envolve só nasalização ou nasalização e mudança na qualidade da vogal na forma plural). Exs.: *fala/falam; come/comem; era/eram; sai/saem*.

**CLASSE V:** a diferença entre o singular e o plural reside numa vogal final átona, possivelmente nasalada<sup>18</sup> (nasalização e acréscimo de segmento na forma plural). Exs.: *faz/fazem; quer/querem; diz/dizem; traz/trazem*.

**2º NÍVEL** (mais saliente): contém os pares cujos segmentos fonéticos com valor mórfico são acentuados (são marcados) em pelo menos um membro da oposição.

**CLASSE L:** elemento vocálico tônico oral no singular, em contraste com ditongo tônico nasal no plural. Envolve ditongação e/ou mudança na qualidade da vogal na forma plural. Exs.: *está/estão; dá/dão; vai/vão*.

**CLASSE E:** Pretéritos Perfeitos regulares, independentemente da conjugação; o acento recai na vogal temática. Exs.: *falou/falaram; vendeu/venderam; partiu/partiram*.

**CLASSE F:** Pretéritos Perfeitos irregulares, com variação no grau de abertura da vogal tônica, em ambas as formas do singular e do plural. Exs.: *trouxel/trouxeram; fez/fizeram; teve/tiveram; veio/vieram; deu/deram*.

**CLASSE W:** forma completamente distinta para o singular e o plural. Ex.: *é/são*.

A expectativa do efeito da saliência fônica foi estabelecida por Naro e Lemle (1977) e, assim como os pesquisadores, acreditamos que quanto maior for a diferença entre as formas verbais do singular e do

---

<sup>18</sup> Consideramos plural, também, a forma verbal que apresenta uma vogal final átona, mas sem a nasalização. Ex.: eles nunca FAZE (FEZ) / eu acho que eles QUERE passá na frente dos católico (FNE)

plural, maior será a probabilidade de realização da concordância e, por outro lado, quanto menor essa diferença, menor a chance de realização da concordância.

### ► PARALELISMO FORMAL NO NÍVEL ORACIONAL

Esse grupo de fatores se baseia no estudo de Scherre e Naro (1993). Os pesquisadores analisaram o paralelismo formal no nível oracional (marcas no sujeito) e no nível discursivo (marcas no verbo). Em nossa pesquisa, estamos analisando apenas o paralelismo formal no nível oracional, que abrange duas categorias, ilustradas a seguir:

#### a) presença da forma de plural explícita no último (ou único) elemento do SN sujeito:

- (81) tem umas que *bate* (MNG)
- (82) eles num *gosta* dos pobre (FNL)
- (83) nas pessoas que *tão* dormindo debaixo da ponte... (FEP)
- (84) meus pais *obrigô* eu trabaiá (MNJ)
- (85) os professores num *sabe* dá aula (MEO)

#### b) presença da forma zero de plural no último elemento do SN sujeito:

- (86) as criança\_ *vai* querê fazê também né?... (FNM)
- (87) mais já os menino\_ *é* mais espertos do que ela (FEH)
- (88) os cara\_ *fei* de qualquê jeito (MNG)
- (89) e os médico\_ *não achava* o pobrema... (MET)

Estamos postulando a mesma hipótese de Scherre e Naro (1993), ou seja, “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros”. Esperamos mais concordância verbal quando os sujeitos apresentarem marcas de plural explícitas no último (ou único) elemento.

## ► PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SUJEITO PRONOMINAL

A proposta do grupo de fatores *presença/ausência do sujeito pronominal* (eles, elas) se baseia nos estudos de Rodrigues (1987) e Pereira (2004) e compreende três categorias:

a) **sujeito pronominal explícito** – representado pelos pronomes pessoais eles, elas:

(90) eles *tão* ali na missa (MEB)

(91) eu sei que elas *visita* as casa (MND)

b) **sujeito não-pronominal**<sup>19</sup> – representado por um nome lexical ou outros pronomes, como ilustram os exemplos:

(92) as criança *não sabe* o que que é brincá hoje em dia (FEZ)

(93) então... *chegava* os moleque... (MEV)

(94) tinha alguns que *caia* (MNG)

(95) otos *inda mora* lá no norte né? (FNI)

c) **sujeito pronominal nulo** – sujeito não-explícito, sujeito zero, em que a referência é recuperada no contexto anterior. Exemplos:

(96) e as criança *chegô* e tão aí até hoje (FEZ)

(97) só vi eles falando que/ que eles *são* muito bom... trata as criança super bem... e assim vai indo... (FNL)

(98) e já começaru *falá* papai mamãe né?... (MNC)

A hipótese estabelecida é a de que o sujeito pronominal nulo favorece a concordância, pois se o sujeito não se encontra explícito na

---

<sup>19</sup> Talvez o nome “não-pronominal” não seja o mais adequado, já que incluímos outros pronomes nessa categoria. No entanto, o objetivo foi permitir isolar os pronomes pessoais *eles/elas* das demais ocorrências de sujeito lexicalizado.

frase, a flexão não é redundante e tende a ser utilizada. Já o sujeito explícito levaria ao uso de formas verbais não-marcadas, pois a perda da informação causada pelo apagamento da desinência número-pessoal dos verbos é compensada pelo uso do pronome lexical.

### ► POSIÇÃO E DISTÂNCIA DO SUJEITO EM RELAÇÃO AO VERBO

Levamos em conta a posição e distância do sujeito em relação ao verbo dentro de uma única frase. Foram consideradas as seguintes categorias:

<b>A</b>	sujeito anteposto imediatamente ao verbo
<b>D</b>	sujeito anteposto distante
<b>P</b>	sujeito posposto

Nesse grupo de fatores, não estamos adotando o critério número de sílabas que separam o sujeito de seu verbo, mas sim o jogo de intensidade silábica que se estabelece entre o verbo e os vocábulos que o precedem. Esse critério foi estabelecido por Rodrigues (1987):

Consideramos que o sujeito determinante antecede imediatamente o verbo determinado quando apenas advérbios como *já*, *não* separam materialmente estes constituintes da oração, pois normalmente eles precedem o verbo em português, com ele formando um vocábulo fonológico sem pausa. Esses advérbios funcionam como verdadeiros clíticos verbais, palavras inacentuadas com comportamento clítico no português, dotados de mínima mobilidade na frase. (p. 161).

Adotando os critérios de Rodrigues (1987), também consideramos como casos de sujeito imediatamente anteposto ao verbo aqueles em que advérbios, como *já*, *não*, ou pronomes clíticos, como *me*, *se*, *nos*, os separam. Assim, são exemplos desse tipo de configuração:

(99) as muié *leva* memo... (FEW)

(100) os cara *já* *tava* longe (MNS)

(101) as menina *não* *faiz* isso (FNN)

(102) hoje eles me admira até demais (MEO)

(103) eles se esconde... (MEA)

O sujeito foi classificado como distante do verbo quando dele separado por uma oração inteira, no caso das relativas, exemplificado em (104); ou por palavras com carga semântica decisiva para o sentido da frase, por isso palavras acentuadas, com entonação enfática, dotadas de maior mobilidade na frase, caso de (105).

(104) meus irmão que era mais velho né? (MEA)

(105) porque as muié também vai junto (MNC)

Nos casos em que apareceram juntos um advérbio, como *já*, *não*, e um pronome clítico, como *me*, *se*, *nos*, o sujeito também foi classificado como distante do verbo:

(106) não... eles não nos ajuda... tá?... (FEP)

(107) mais as criança não se batiza não... (FEH)

(108) eles não se abateru não (MNC)

Nossa hipótese é que o sujeito imediatamente anteposto ao verbo tende a favorecer a concordância, e o sujeito antecedendo o verbo, mas dele separado por elementos intervenientes, a desfavorece. O sujeito posposto corresponde à categoria menos saliente, portanto acreditamos no baixo índice de concordância para essa configuração.

## ► DISTÂNCIA ENTRE SUJEITO/VERBO EM TERMOS DO NÚMERO DE SÍLABAS

O presente grupo de fatores segue um critério diferente do grupo anterior para a aferição da distância entre sujeito e verbo. Nosso objetivo ao incluí-lo é permitir melhor avaliar o poder explicativo dessa propriedade, pela comparação de duas possibilidades de análise.

Naro e Scherre (1999a) decidiram medir a distância sujeito-verbo em termos de sílabas, ao invés de palavras ou outra unidade hierarquicamente superior, porque cada sílaba ocupa aproximadamente a mesma quantidade de tempo, enquanto outras unidades têm dimensões diversas e diferenciadas.

Seguindo esses autores, o grupo de fatores focaliza o número de sílabas que separa os sujeitos antepostos de seus respectivos verbos. Vejamos as categorias:

**a) ausência de material fonético existente entre sujeito e verbo (zero sílaba):**

(109) as mulher *trabalha* de doméstica (FNE)

(110) eles *vão* ali... (FEW)

(111) numa dá pa sabê se os otro *são* bom também... (MET)

**b) presença de uma sílaba entre sujeito e verbo:**

(112) meus filho **me dá** muita alegria (FNM)

(113) sempre tem umas pessoa **que qué** demais (MNC)

(114) e eles **não atende** não (FER)

(115) marcá os carro **que entra** lá (MEV)

**c) presença de duas sílabas entre sujeito e verbo:**

(116) as pessoa **aqui é** carinhosa (FNE)

(117) e as **que não pode** me pagá (FNI)

(118) porque as muié **também vai** junto (MNC)

**d) presença de três ou mais sílabas entre sujeito e verbo:**

(119) muitos amigo **que hoje casaro** também né? (FNE)

(120) tinha muitos **por aí que ia** buscá ( MNG)

(121) tem homossexuais **que às vezes procura** um centro (FEP)

De acordo com Naro (1981) e Naro e Scherre (1999a), nossa hipótese é a de que quanto mais óbvia ou mais saliente for a relação sujeito/verbo, mais marca explícita de plural no verbo será encontrada. Ou seja, quanto mais perto estiver o sujeito do seu respectivo verbo, esperamos encontrar mais concordância verbal.

Apareceram nove ocorrências (122-130) no nosso *corpus* em que o SN sujeito traz um adjetivo (modificador) no último elemento. Nesses casos, não estamos considerando o núcleo do sujeito simples para, a partir dele, contarmos o número de sílabas que o separa do seu respectivo verbo. Levamos em consideração todo o SN sujeito. Sendo assim, nas ocorrências exemplificadas em (122-127) temos ausência de material fonético entre sujeito e verbo.

(122) minhas ovelha rainha dá dinheiro ((risos)) (MEA)

(123) todas as igreja evangélica fala que um dia Jesus vai vim...  
(FEH)

(124) todas as igreja evangélica faiz isso... (FEH)

(125) as pessoas boa vão logo né? (MNC)

(126) aqueles caminhão pipa levava água pra eles (FNL)

(127) meus irmão gêmeos foi éh/ criado no edicandário (FNN)

(128) só recebia as menina nova **que** ia lá... (FEH)

(129) tem peessoas idoso **aí** que *trabalha* até hoje (MET)

(130) aquelas criança rebelde **que num** *escuta* ninguém (FNE)

O mesmo critério foi usado para o grupo de fatores *paralelismo formal*; ou seja, consideramos o último elemento do SN sujeito (*rainha, evangélica, boa, pipa, gêmeos, nova, idoso, rebelde*) e analisamos se esse elemento traz ou não a marca explícita de plural.

► **PRESENÇA/AUSÊNCIA DO PRONOME RELATIVO QUE**

Nesse grupo de fatores estamos separando o *que* relativo dos demais elementos intervenientes. O grupo compreende duas categorias:

**a) ausência do *que* relativo**

(131) as polícia *desce* aí (FEW)

(132) tá escrito *que* os aviciado não *entra* no reino do céu (MNJ)

(133) eles me *atende* rápido (FNN)

(134) eles também *bebe* (MNJ)

**b) presença do *que* relativo**

(135) mai tem muitos que não *sai* muito po lado de cá... (FEH)

(136) e esses home que *mata*... (FNN)

(137) tem professores que *são* bons (MEO)

(138) tem uns home que *vai* imprensando lá (MNS)

Separamos o *que* relativo, pois, seguindo Naro e Scherre (2003a), a nossa hipótese é de que esse elemento se diferencia dos demais elementos intervenientes que possam ocorrer entre sujeito e verbo. Acreditamos que a presença do pronome relativo *que* inibe as chances de o verbo apresentar marca explícita de plural.

### 3.2.5.2 Grupos de fatores sociais

Grupos de Fatores	Fatores
1) Gênero	<b>M</b> – masculino <b>F</b> – feminino
2) Procedência	<b>1</b> – Nordeste <b>2</b> – Sul/Sudeste
3) Escolaridade	<b>N</b> – não-alfabetizados <b>E</b> – escolarizados (cursando 8ª série da EJA)

#### ► GÊNERO

Estudos sociolinguísticos normalmente verificam que a mulher tende a se aproximar mais da variedade padrão do que os homens. Segundo Monteiro (2000), as diferenças linguísticas devidas ao fator gênero surgem porque a língua como fenômeno social está intimamente relacionada a atitudes sociais. Os indivíduos são socialmente diversificados em função dos vários papéis sociais que a sociedade lhes impõe e das expectativas de padrões de comportamento que são criadas para cada um deles.

De acordo com Preti (1982), a oposição linguagem do *homem* / linguagem da *mulher* pode determinar diferenças sensíveis, em especial no campo do vocabulário, devido a certos tabus morais (que geram os tabus linguísticos). Para o autor:

Essa oposição, no entanto, vem perdendo, gradativamente, sua significação, em especial nas grandes cidades, onde os meios de comunicação de massa e a transformação dos costumes e padrões morais (atividades exercidas pela mulher fora do lar; novas profissões; condições culturais mais recentes como, por exemplo, os colégios mistos, os movimentos feministas etc.) têm exercido um papel nivelador importante. (PRETI, 1982, p.22).

No *corpus* estudado por Rodrigues (1987), o gênero não constitui fator social relevante no condicionamento da concordância verbal de 3ª pessoa do plural. Nossa hipótese é a de que o gênero não é uma variável relevante para o fenômeno em questão, também na

comunidade por nós estudada. Mesmo assim, consideramos importante averiguar essa tendência para nos posicionarmos melhor diante da hipótese formulada.

## ► **PROCEDÊNCIA**

Um dado lingüístico interessante a respeito do Brasil é que em várias regiões do país convivem, num mesmo espaço geográfico, diferentes variedades regionais. Esse fenômeno é decorrência dos movimentos migratórios de grandes contingentes populacionais que ocorreram durante o século XX: a migração de nordestinos para o centro-sul, a migração de sulistas para o centro-oeste e norte e o grande êxodo rural que, em pouco mais de 50 anos, inverteu a distribuição da população entre cidade e campo, tornando o nosso país um dos mais urbanizados do mundo e trazendo para o espaço urbano os falares rurais brasileiros.

Em sua pesquisa, Rodrigues (1987) decidiu levar em conta a real composição populacional da capital paulistana, que abriga, principalmente na periferia, extenso contingente de migrantes, adultos de baixa ou nula escolaridade, procedentes da zona rural, não só do interior do estado de São Paulo, mas, fundamentalmente, de outras regiões do Brasil.

A observação acima é de extrema importância, pois, no caso da presente pesquisa, adotamos a mesma postura de Rodrigues. Na comunidade com a qual estamos trabalhando, temos também um extenso contingente de migrantes. É uma comunidade periférica e a maioria das famílias que nela vivem tem uma vida economicamente difícil, pois a renda é pouca, entre outras dificuldades de ordem social. A grande maioria dos adultos tem pouca escolaridade, e também são provenientes da zona rural de outras regiões do nosso país. É importante ressaltar que todos têm acesso a uma variedade de língua diferente do seu vernáculo, principalmente por meio dos meios de comunicação de massa.

Antes de iniciarmos este trabalho com a comunidade, pretendíamos colher amostra da língua falada exclusivamente dos são-carlenses, ou moradores da cidade desde os 5 anos de idade, com vistas a desenvolver um trabalho de análise de uma comunidade homogênea quanto à procedência. Mas, como já dissemos, a realidade mostrou-se bastante diferente: das 20 entrevistas que realizamos, 9 pessoas são da região Nordeste e 11 das regiões Sul e Sudeste. Dessas 11, 5 não são do estado de São Paulo e apenas 2 são da cidade de São Carlos. Sendo assim, consideramos relevante verificar se a procedência dos informantes se mostra importante no uso da concordância verbal.

Na pesquisa de Rodrigues (1987), encontramos, dentre os fatores sociais, o fator procedência dos informantes. A sua hipótese foi de que os falantes paulistanos tenderiam a “errar” menos que falantes provenientes de outras regiões do Brasil. No entanto, a diferença entre os índices correspondentes à procedência dos informantes não foi tão notável, o que tornou possível afirmar que os brasileiros analfabetos ou de baixa escolaridade tendem, em geral, a não fazer concordância do verbo com o sujeito da 3ª pessoa do plural.

Mesmo o fator procedência não sendo significativo, a análise dos dados obtidos por Rodrigues confirmou que só se consegue uma explicação mais concreta e abrangente de fenômenos de variação lingüística quando se consideram, ao mesmo tempo, os fatores internos e externos à língua que, potencialmente, condicionam a realização da *variável lingüística* sob análise.

## ► ESCOLARIDADE

Oliveira e Silva & Paiva (1996), apresentando os condicionamentos extralingüísticos segundo resultados de diversos estudos, concluem:

De tudo o que vimos, as evidências apontam, por conseguinte, para um papel não trivial da escola pública na compleição lingüística dos indivíduos. Com efeito, seja direta seja indiretamente, a participação da escola acaba sendo decisiva na modificação do comportamento lingüístico. Portanto, em vez de minimizar o efeito da escolarização no uso da língua, cabe analisar criticamente a interferência decisiva da escola na configuração lingüística da comunidade. (OLIVEIRA e SILVA & PAIVA, 1996, p. 350).

Parece comumente aceito entre os lingüistas a idéia de que o grau de escolaridade é um bom indicador para ajudar a esclarecer as diferenças entre o português “culto” e o português “popular”<sup>20</sup>. Segundo Preti (1982), seria possível pensar em subdivisões desses dois extremos propostos. Mas, conforme o próprio autor, essas subdivisões nada mais fariam que sobrecarregar o já complexo problema da diversidade sociocultural da linguagem, pela dificuldade em se estabelecerem limites entre as variedades.

Essa preocupação está presente entre alguns pesquisadores. Vejamos o que afirma a pesquisadora Bortoni-Ricardo (1981, p.82):

Observa-se, entretanto, que muitos dos fenômenos da redução flexional que podem ter originado do contato de vernáculos no Brasil-Colônia são implementados por fatores articulatórios e acústicos. Por isso não operam somente nos limites dos dialetos regional-rurais ou nos socioletos de classes mais baixas, mas estão seguindo um processo evolutivo que atinge a linguagem coloquial culta. Em outras palavras: muitos dos traços que caracterizam as variedades não-padrão do português brasileiro definem uma estratificação gradual (“gradient”) e não uma estratificação descontínua (“sharp”).

Para entendermos melhor a variação no português brasileiro e para não ficarmos com a falsa impressão de que existem fronteiras rígidas entre essas entidades, Bortoni-Ricardo (2004) propõe três

---

<sup>20</sup> É importante esclarecer que o qualificativo “culto” aparece entre aspas porque, assim como Faraco (2003), pensamos que é um qualificativo que mal disfarça o preconceito, já que não há grupo humano sem cultura. Na tentativa de resolvermos melhor esse problema, adotamos o termo **padrão**. Já “popular” aparece entre aspas devido à complexidade de se definir o que é realmente essa fala “popular”.

contínuos: *contínuo de urbanização; contínuo de oralidade-letramento; contínuo de monitoração estilística*. Segundo a autora, não existem fronteiras bem marcadas entre os eventos. As fronteiras são fluidas e há muitas sobreposições.

Downe (1984, *apud* RODRIGUES, 1987) também sugere a dificuldade em definir limites ou fronteiras entre as variedades, na medida em que elas constituem parte de um *continuum* no tempo e no espaço social.

Para Rodrigues (1987), o baixo nível de escolaridade é decisivo para a identificação dos usuários de uma variedade popular de língua falada. Mas a pesquisadora salienta que, ao postular a existência de um segmento populacional urbano caracterizado por um baixo nível de escolaridade, não está omitindo outros atributos sociais que caracterizam esse grupo sociolingüístico popular:

Assim, rotulamos de popular a língua usada por um extenso contingente populacional, formado por adultos de baixa renda, analfabetos ou semi-alfabetizados, na sua maioria provenientes da zona rural, e que ocupam a periferia dos grandes centros urbanos industrializados. (RODRIGUES, 1987, p. 241).

A mesma idéia também permeia o trabalho de Bortoni-Ricardo (1981) quando afirma ter usado, como indicador de classe social, o nível escolar, pois ele reflete outras variáveis de ordem social e econômica. De acordo com Bortoni-Ricardo, temos falta de estudos sociológicos que apresentem uma estratificação da população da cidade – problema, aliás, com que se defrontam sempre as pesquisas sociolingüísticas no Brasil.

A nossa hipótese é de que quanto maior for o grau de escolaridade, maiores são as chances de o falante estar no grupo dos que falam o português padrão, mesmo a escolaridade sendo supletiva, como é no nosso caso. Não se pode deixar de salientar que os informantes escolarizados da nossa amostra estavam terminando a 8ª série na EJA.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS: APRESENTANDO E DISCUTINDO OS RESULTADOS

### 4.1 Notas introdutórias

Feitas todas as transcrições das entrevistas, os dados foram levantados e, após a codificação conforme os fatores lingüísticos e sociais estabelecidos, submetidos ao conjunto de programas computacionais VARBRUL e ao programa GOLDVARB 2001 (*Varbrul* para ambiente *Windows*). De acordo com Scherre e Naro (2004), o GOLDVARB 2001 executa, de forma mais amigável para quem não conhece o sistema *DOS*, as mesmas tarefas dos programas do pacote *Varbrul* 1988/1992.

Os programas, que também efetuam a seleção das variáveis independentes estatisticamente significativas, selecionaram, na ordem de importância, os seguintes grupos de fatores:

- 1) grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural;
- 2) paralelismo formal no nível oracional;
- 3) presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo;
- 4) escolaridade;
- 5) gênero.

Os grupos de fatores descartados pelos programas foram:

- 1) posição e distância do sujeito em relação ao verbo;
- 2) presença ou ausência do sujeito pronominal (*eles/elas*);
- 3) procedência do informante;
- 4) distância em termos de sílabas entre o sujeito e o verbo.

A ênfase da nossa análise recairá nos fatores selecionados, mas não deixaremos de discutir os não-selecionados, principalmente os lingüísticos, pois os cruzamentos desses fatores com os considerados

estatisticamente mais relevantes nos revelam dados importantes. Seguimos, assim, a orientação ilustrada pelas considerações de Rodrigues (1987):

Embora saibamos que freqüências puras não constituem medida segura para generalizações, pois, não só representam apenas o desempenho específico do grupo de falantes em estudo, mas também não consideram as interrelações entre os fatores que influenciam, **elas não deixam de constituir uma pista para identificação de certas tendências de fala.** (RODRIGUES, 1987, p. 176, grifo nosso).

#### 4.2 Apresentação do resultado geral

O gráfico abaixo apresenta a porcentagem geral das ocorrências de concordância e não-concordância verbal da presente pesquisa.

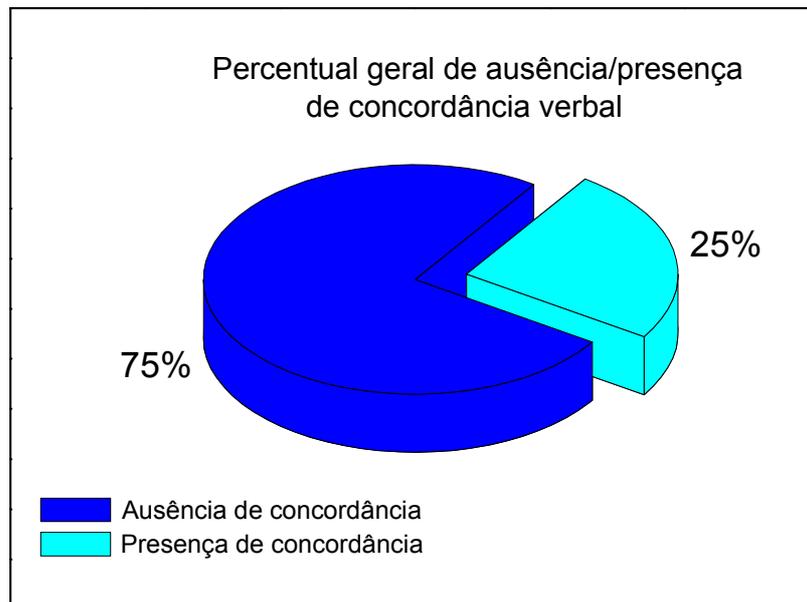


Gráfico 1

A não-concordância verbal tende a fazer parte do português popular. Do total de 1.000 ocorrências de terceira pessoa do plural estudadas no nosso *corpus*, 753 (75%) não trazem a marca formal de plural nos verbos, sendo que apenas 247 (25%) apresentam a marca

formal de plural. Apesar de predominar a não-concordância, os resultados evidenciam que estamos diante de um caso de variação. A fim de melhor caracterizar essa situação, apresentamos, a seguir, os resultados da correlação desse fenômeno com os grupos de fatores definidos anteriormente.

Antes de iniciarmos, julgamos ser importante comentar que a categoria de sujeito posposto (20 ocorrências no nosso *corpus*), da variável *posição e distância do sujeito em relação ao verbo*, apresentou 100% de não-concordância.

- (1) *tá certo eles* (MEO)
- (2) *cabô as arma...* (FEZ)
- (3) *aí *vai* acabando as fazenda* (MNG)
- (4) *e *fica* otos né?* (FNI)

Como os programas que geram o cálculo do peso relativo<sup>21</sup> não trabalham com fatores sem variação, quando temos *knockout*, foi necessário “eliminar” essas ocorrências. Portanto, todas as tabelas e gráficos apresentados, exceto quando discutimos a posposição do sujeito, apresentam 980 dados.

#### **4.2.1 GRAU DE SALIÊNCIA FÔNICA DA OPOSIÇÃO ENTRE AS FORMAS VERBAIS DO SINGULAR E DO PLURAL**

O grupo de fatores *saliência fônica* foi o que se mostrou mais relevante na análise estatística realizada, sendo o primeiro a ser selecionado pelos programas Varbrul e Goldvarb 2001. Os resultados confirmam que o crescente índice de concordância está correlacionado com a crescente saliência oposicional.

---

<sup>21</sup> Como já informamos, o cálculo do peso relativo foi realizado por meio do Varbrul e, também, do Goldvarb 2001.

Tabela 1: freqüência e peso relativo de concordância verbal conforme o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>PR</b>
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	12/529 = 2%	0,13
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	10/71 = 14%	0,49
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	90/169 = 53%	0,90
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	73/128 = 57%	0,93
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	22/30 = 73%	0,97
<b>W</b> – <i>é/são</i>	40/53 = 75%	0,98
<b>Total</b>	247/980 = 25%	

Os resultados expostos na tabela 1 confirmam a hipótese formulada e vêm corroborar os de outros estudos (cf. NARO e LEMLE, 1977; MOTTA, 1979; NARO, 1981; RODRIGUES, 1987; NARO e SCHERRE, 1999a; MONGUILHOTT e COELHO, 2002; PEREIRA, 2004; GAMEIRO, 2005) que também controlaram este grupo de fatores em suas pesquisas. Os verbos das classes **R** e **V**, do 1° nível, inibem a concordância verbal. Já os verbos das classes mais salientes **L**, **E**, **F** e **W**, do 2° nível, favorecem o uso da concordância.

Essa divisão, bastante evidente em se considerando os percentuais de freqüência, torna-se ainda mais marcada quando observamos os pesos relativos associados aos fatores. O contraste entre os índices é muito acentuado e revela que os verbos das classes do 2° nível comportam-se de maneira homogênea, como um bloco, que favorece fortemente a presença de marcas de concordância.

Conforme observa Rodrigues (1987), ao passar de **V** (*quer/querem*) para **L** (*vai/vão*), há um salto bastante grande; ou seja, o maior salto no índice de concordância ocorre entre os níveis 1 e 2 da hierarquia oposicional. Em Rodrigues (1987), esse salto chega a cerca de 30 pontos percentuais em termos de freqüência e 0,42 em termos de peso relativo. Aqui, esse salto é de 39 pontos percentuais em termos de freqüência e 0,41 em termos de peso relativo, confirmando, e quase igualando, os índices de Rodrigues.

Como já salientamos na seção 3, adotamos, assim como Motta (1979), Rodrigues (1987) e Pereira (2004), a escala baseada nas primeiras idéias de Naro e Lemle (1977). Mas nem sempre os

pesquisadores (cf. NARO, 1981; NARO e SCHERRE, 1999a; MONGUILHOTT e COELHO, 2002; GAMEIRO, 2005) trabalharam com a mesma escala.

Naro (1981) apresenta uma escala um pouco diferente daquela adotada em Naro e Lemle (1977):

► **Nível 1** – oposição não marcada:

- a. não envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (conhece/conhecem, vive/vivem, sabe/sabem);
- b. envolve mudança na qualidade da vogal na forma plural (ganha/ganham, era/eram, gosta/gostam)
- c. envolve acréscimo de segmentos na forma plural (diz/dizem, quer/querem, traz/trazem)

► **Nível 2** – oposição marcada:

- a. envolve apenas mudança na qualidade da vogal na forma plural (tá/tão, vai/vão)
- b. envolve acréscimo de segmentos sem mudanças vocálicas na forma plural (viu/viram, foi/foram, bateu/bateram)
- c. envolve acréscimos de segmentos e mudanças diversas na forma plural: mudanças vocálicas na desinência, mudanças na raiz, e até mudanças completas (veio/vieram, disse/disseram, é/são)

Como podemos observar, os dois critérios se mantêm: (1) presença ou ausência de acento na desinência e (2) quantidade de material fônico que diferencia a forma singular da forma plural. A diferença está nas categorias dentro dos dois níveis.

Já Gameiro (2005) classificou todas as ocorrências do nível 1 em uma única categoria e o nível 2 ficou estruturado em cinco categorias:

Nível 1	Sílaba átona final: fala/falam, fale/falem, come/comem (desinência átona)
	Sílaba átona final: faz/fazem, fazer/fazerem (diferença entre singular e plural reside numa vogal nasal final átona) (sem acento)
Nível 2	Sílaba tônica: dá/dão, falará/falarão (acento na terminação)
	Caso único: vai/vão (monossílaboônico; sobreposição de raiz e desinência, com acento)
	Pretéritos perfeitos regulares de 2ª e 3ª conjugação
	Pretéritos perfeitos regulares de 1ª conjugação
	Pretéritos perfeitos irregulares
	Caso único: é / são

(GAMEIRO, 2005, p. 88)

Mesmo com as diferenças na organização da escala, em todos os trabalhos se verifica que formas salientes tendem a apresentar mais marcas de concordância do que as menos salientes. As oposições mais salientes, sendo mais perceptíveis, aumentam as chances de ocorrência da variante explícita de plural.

A título de comparação, vejamos os resultados obtidos por Rodrigues (1987)<sup>22</sup>, confrontados aos nossos:

Tabela 2: freqüência de ausência de concordância verbal conforme o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural, no *corpus* sob análise e no *corpus* de Rodrigues (1987, p. 167).

Fatores	Ausência de concordância verbal	
	Nossos resultados	Rodrigues (1987)
	Freqüência	Freqüência
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	517/529 = 98%	637/679 = 94%
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	61/71 = 86%	70/86 = 81%
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	79/169 = 47%	91/182 = 50%
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	55/128 = 43%	107/254 = 42%
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	8/30 = 27%	22/72 = 31%
<b>W</b> – <i>é/são</i>	13/53 = 25%	31/83 = 37%

Como podemos observar na tabela 2, os resultados das duas pesquisas são muito semelhantes: os níveis mais baixos da hierarquia

<sup>22</sup> Quando compararmos nossos resultados com os resultados de Rodrigues (1987), usaremos os valores de ausência de concordância verbal, já que a pesquisadora adotou esse critério em seu trabalho.

da saliência favorecem mais a ausência de concordância do que os níveis mais altos.

Entre as classes de verbos com maior grau de saliência, identificamos, assim como a pesquisadora, semelhança de comportamento entre as classes **L** e **E**, de um lado, e **F** e **W**, de outro. É importante lembrar que Rodrigues (1987) trabalhou com uma comunidade muito semelhante àquela com a qual nós estamos trabalhando. A sua pesquisa envolveu 40 informantes adultos, moradores de favelas da periferia de São Paulo, de ambos os sexos, de procedência geográfica diversificada, dos quais 18 eram analfabetos, 11 com primário incompleto e 11 com primário completo.

Naro e Scherre (1999a) também destacam a regularidade absoluta que se verifica no efeito da saliência fônica na sua primeira dimensão: oposição não marcada (1° nível), desfavorecendo a concordância, vs. oposição marcada (2° nível), favorecendo a concordância, independentemente dos anos de escolarização do falante. Retomaremos essa discussão quando da análise dos resultados referentes à *escolaridade*.

#### 4.2.2 PARALELISMO FORMAL NO NÍVEL ORACIONAL

O grupo de fatores *paralelismo formal* também se mostrou muito relevante na análise estatística realizada, sendo o segundo a ser selecionado pelos programas Varbrul e Goldvarb 2001. Os resultados gerais obtidos para este grupo vêm expostos na tabela 3:

Tabela 3: freqüência e peso relativo de concordância verbal segundo o paralelismo formal no nível oracional.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>PR</b>
– forma de plural explícita no último (ou único) elemento	148/520 = 28%	0,62
– forma de plural zero no último elemento	20/183 = 11%	0,19
<b>Total</b>	<b>168/703 = 24%</b>	

Os valores mostram que a hipótese foi confirmada: há realmente maior frequência de realização de concordância verbal quando a marca formal de plural está presente no último ou único elemento do SN (28%). A frequência cai para 11% quando temos ausência da marca formal de plural no último elemento. Essa tendência fica mais evidente, ao analisarmos os pesos relativos: 0,62 quando o último ou único elemento do SN apresenta marca explícita de plural e 0,19 quando o último elemento apresenta zero.

Lembramos que nossa hipótese era justamente essa: marcas levam a marcas e zeros levam a zeros; ou, em termos mais gerais, tem se verificado uma tendência de formas gramaticais semelhantes ocorrerem juntas (SCHERRE e NARO, 1993).

Quando Gameiro (2005) analisa o cruzamento entre o *paralelismo formal* e a *saliência fônica*, chega à conclusão de que o princípio do *paralelismo* é fortemente atuante no uso da regra de concordância verbal e que pode influenciar até mesmo a força da *saliência fônica verbal*, como vimos, fator determinante na realização da concordância. Analisemos o cruzamento com os nossos dados.

Tabela 4: frequência de concordância verbal segundo o paralelismo formal no nível oracional e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

Fatores	Frequência de concordância	
	– forma de plural explícita no último (ou único) elemento	– forma de plural zero no último elemento
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	8/290 = 3%	0/102 = 0%
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	10/46 = 22%	0/11 = 0%
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	65/91 = 71%	6/28 = 21%
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	34/54 = 63%	4/22 = 18%
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	9/11 = 82%	2/5 = 40%
<b>W</b> – <i>é/são</i>	22/28 = 79%	8/15 = 53%

A mútua interferência entre os grupos de fatores “salta aos olhos”. Quando temos ausência de marca de plural no último elemento, o índice de frequência de concordância diminui sensivelmente em todas as classes, chegando a 0% nas classes **R** e **V** do 1° nível. Podemos até

pensar, num primeiro momento, que são poucas as ocorrências nessas classes, mas na verdade temos 102 ocorrências com verbos da classe **R** e nenhuma concordância. O que temos, então, são os dois fatores atuando juntos: a diferença entre singular e plural na classe **R** é bem menos perceptível, inibindo o uso da concordância, juntamente com sujeitos sem a marca de plural no último elemento, que também desfavorece o uso da concordância. Assim, a não-concordância é categórica na nossa amostra.

É interessante observar que, com os verbos das classes **F** e **W**, cuja diferença entre singular e plural é mais perceptível, temos índices bastante altos de frequência de concordância quando há marca de plural no último ou único elemento: 82% na classe **F** e 79% na classe **W**. É muito significativo que, quando há ausência de marca de plural no último elemento do sujeito, a frequência de concordância, nessas mesmas classes, diminui consideravelmente: a classe **F** fica com 40% e a classe **W** com 53%. Mesmo diminuindo, deve-se considerar que se trata, ainda, de uma alta frequência de concordância, comparando-a com as outras classes da saliência fônica em relação à presença da forma de plural zero no último elemento.

Assim, os nossos dados também revelam que o *paralelismo formal* é fortemente atuante, mas não chega a neutralizar a força da *saliência fônica verbal*: novamente os valores de frequência de concordância encontrados nas classes **R** e **V** do 1º nível são sempre mais baixos do que os das classes **L**, **E**, **F** e **W** do 2º nível. Ou seja, um princípio não elimina o outro, mas acabam se conjugando na determinação da variação.

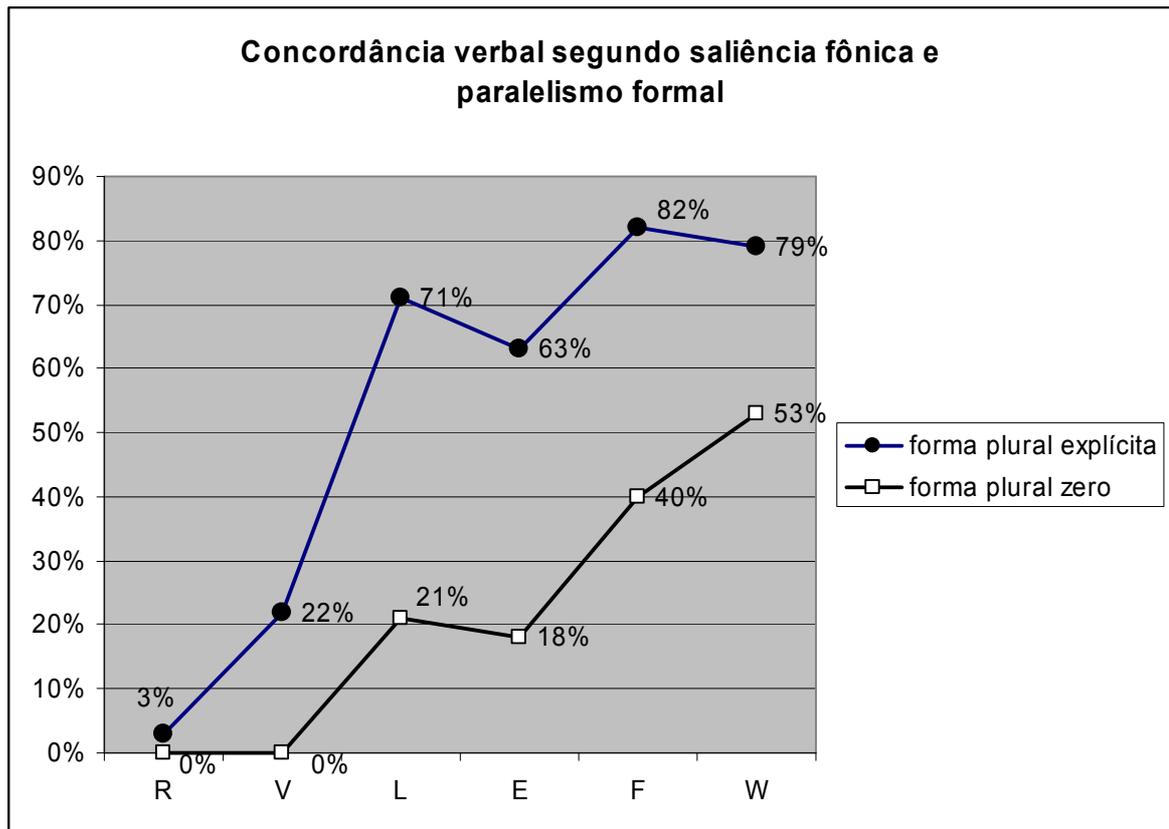


Gráfico 2

Ainda em relação ao paralelismo formal, achamos relevante tecer alguns comentários com base nos dois exemplos abaixo:

- (5) o Deus deles SÃO diferente (FNM)
- (6) o perfume delas SÃO gostoso (FNL)

Esses dois casos únicos de nossa amostra são de informantes não escolarizadas e não se encontram nas 1.000 ocorrências analisadas desta pesquisa por não apresentarem sujeitos de 3ª pessoa do plural. Além disso, trata-se de estruturas complexas, casos que não foram incluídos no presente estudo. Temos, em ambas, sujeito simples (um só núcleo) seguido de sintagma preposicional (SPrep). De acordo com Naro e Scherre (2003a), esse tipo de construção, com um verbo marcado formalmente para plural, concordando com o complemento plural de um sintagma nominal preposicionado com núcleo singular, é muito raro para justificar um estudo estatístico. Mas, não podemos

deixar de mencionar o princípio do *paralelismo formal* que pode estar atuando nessas cláusulas. Acreditamos que os estudos sobre concordância devem controlar também a presença da forma de plural explícita (-S) ou presença da forma zero no último elemento inserido em um sintagma preposicional separadamente (cf. SCHERRE e NARO, 1993).

Passemos, agora, para a análise da concordância conforme o *paralelismo formal* e a *presença/ausência do sujeito pronominal*. Antes do cruzamento, faremos algumas observações a respeito dessa variável. Esse grupo de fatores não foi selecionado como relevante no nosso *corpus*, mas julgamos importante verificar como a concordância verbal ocorre nas três categorias estipuladas.

#### 4.2.3 PRESENÇA/AUSÊNCIA DO SUJEITO PRONOMINAL

Tabela 5: freqüência de concordância verbal de acordo com a presença/ausência do sujeito pronominal (*eles/elas*).

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência de concordância</b>
- sujeito pronominal explícito	120/416 = 29%
- sujeito não-pronominal	48/287 = 17%
- sujeito pronominal nulo	79/277 = 29%
Total	247/980 = 25%

Nossa hipótese inicial era de que o sujeito nulo favoreceria o uso de formas verbais marcadas (ou a presença de concordância), pois é nas estruturas com o sujeito nulo que o uso da forma verbal marcada em número e pessoa serviria de único índice formal e semântico do sujeito da oração. Essa hipótese vai ao encontro do que foi postulado por Rodrigues (1989): “é lícito pensarmos num hipotético comprometimento do conteúdo informacional da frase já que, isoladamente, a forma verbal não-marcada não indica formal e semanticamente o sujeito da oração” (p. 550 e 551).

Diferentemente do que pensávamos, os resultados da tabela 5 mostram que não há diferença entre o sujeito pronominal explícito e o nulo em termos de freqüência. Como afirmamos acima, esperávamos

uma freqüência maior de concordância com sujeito pronominal nulo. Isso nos fez retornar aos dados.

Analisemos, pois, os casos de sujeito pronominal nulo do nosso *corpus*, que estão exemplificados abaixo:

- (7) aquelas que não são não fala né?... e as que não *fala*... quando vê acha bunito e quê recebê também... (FEH)
- (8) ... eles *foru* lá... olharu... e falô: não... cêis tão no caminho certo... meus parabéns... (FEP)
- (9) Doc. eles dormem cedo?  
Inf. dorme... quando é nove horas... nove e meia já tão dormindo (MFN)

Todas as formas verbais de singular em (7 - 9) podem ser associadas a sujeitos no plural em três contextos: seqüências de orações coordenadas, períodos compostos por subordinação e contexto conversacional mais amplo (sujeito mencionado na fala do documentador). A esse respeito já afirma Rodrigues (1989):

... ainda que a probabilidade de uso do pronome sujeito seja mais alta com formas verbais que requerem desambigüização, a ausência física do pronome não compromete a informação desde que o contexto seja suficientemente esclarecedor... (RODRIGUES, 1989, p. 553).

Assim como a autora, também notamos que, em todas as ocorrências, a ausência simultânea de sujeito pronominal e marcas de pluralidade no verbo não constitui obstáculo para a apreensão do seu sujeito, já que ele está fisicamente presente em orações que antecedem imediatamente as formas verbais em questão. Isso explica por que na presente pesquisa não encontramos, como esperávamos, uma freqüência maior de concordância verbal com sujeito pronominal nulo.

Um outro fato que nos chama a atenção nos índices apresentados na tabela 5 é a baixa frequência (17%) de concordância com sujeito não-pronominal (nome lexical ou outros pronomes)<sup>23</sup>, comparada às frequências de concordância com sujeito pronominal explícito e sujeito pronominal nulo (29%). A discrepância nos faz supor que não se trata de um fenômeno isolado, mas relacionado com outros fatores. Consideremos a correlação entre o tipo de sujeito e o *paralelismo formal*:

Tabela 6: frequência de concordância verbal conforme o paralelismo formal no nível oracional e a presença/ausência do sujeito pronominal (*e/es/elas*).

Fatores	Frequência de concordância	
	– forma de plural explícita no último (ou único) elemento	– forma de plural zero no último elemento
– sujeito pronominal	120/416 = 29%	-
– sujeito não-pronominal	28/104 = 27%	20/183 = 11%

Vemos que nos casos de sujeito não-pronominal, o paralelismo formal no nível oracional é atuante, pois há um maior índice de concordância quando o último elemento do SN sujeito apresenta marca de plural (27%) do que quando tal marca está ausente no último elemento do SN sujeito (11%).

É evidente que não encontraríamos ocorrências com sujeito pronominal explícito (*e/es, e/elas*) na categoria em que temos a presença da forma de plural zero no último elemento. Mas, a tabela 6 nos permitiu separar os casos de sujeito não-pronominal que levam a marca no último elemento dos que não levam tal marca. Analisando a tabela na vertical, constata-se praticamente os mesmos índices de frequência de concordância (29% e 27%) com sujeito pronominal e não-pronominal que leva a marca. Lembramos que, antes do cruzamento (cf. tabela 5), visualizávamos 29% de frequência de concordância para sujeito pronominal explícito e 17% para sujeito não-pronominal.

<sup>23</sup> Nosso estudo, diferentemente do de Rodrigues (1987) e do de Pereira (2004), não inclui na análise sujeito composto. Caso tivesse, seria considerado sujeito não-pronominal, assim como fizeram as pesquisadoras em seus trabalhos.

Concluímos, assim, que é a marca de plural explícita no último elemento do SN sujeito que está influenciando a marcação de plural no verbo. O fator de maior influência, portanto, é o *paralelismo* e não a *presença/ausência do sujeito pronominal*.

No trabalho de Rodrigues (1987), a variável *presença/ausência de sujeito pronominal* não constitui fator decisivo para o uso de formas verbais marcadas. A pesquisadora conclui que a presença ou a ausência do pronome sujeito *eles/elas* interfere de maneira discreta na realização da concordância verbal.

Embora não seja objetivo do nosso trabalho, podemos observar que temos um elevado índice de pronome sujeito de terceira pessoa do plural preenchido. Os resultados de Carvalho (2005) constituem fortes evidências do processo de mudança do português brasileiro, de língua de sujeito nulo para língua de sujeito preenchido.

Os pronomes que menos aparecem preenchidos são os de 3ª pessoas (singular e plural), respectivamente, 33% e 38% de sujeitos nulos. A resistência das 3ª pessoas à aplicação da regra: “preenchimento do sujeito” já fora descrita em outras variedades do português brasileiro. Embora tenhamos as 3ª pessoas como aquelas que mais exibem sujeitos nulos, não as caracterizamos como “inviabilizadoras” do processo de mudança; pois parafraseando Duarte “a terceira pessoa, mesmo tendo maiores índices de sujeitos nulos, também vai cedendo espaço para o pronome lexical”. (CARVALHO, G.A. 2005, p. 134).

Segundo a autora, a constante explicitação do sujeito pronominal no português brasileiro já não nos permite caracterizá-lo como língua *pro-drop* (língua de sujeito nulo). Há um sistema em variação: por um lado a explicitação do sujeito pronominal alija o conceito tradicional (língua *pro-drop*); por outro, o apagamento do sujeito, ainda possível, não nos autoriza a falar em mudança concluída.

#### 4.2.4 PRESENÇA OU AUSÊNCIA DO *QUE* RELATIVO ENQUANTO ELEMENTO INTERVENIENTE ENTRE O SUJEITO E O VERBO

No artigo “A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo”, Naro e Scherre (2003a), valendo-se da oração *Tem lugares que já esgotou*, lançam a seguinte pergunta: “será que o pronome relativo *que* funciona no sentido de lembrar ao falante qual é o sujeito da oração, aumentando a saliência da relação sujeito/verbo, e aumentando por isso as chances de marcação plural explícita do verbo em relação a outros casos em que há o mesmo número de sílabas entre sujeito e verbo? Ou, ao contrário, será que o pronome relativo *que* tem o efeito de mascarar a relação sujeito/verbo, provocando menos marcas explícitas de plural do que outras partículas de uma única sílaba?”

A fim de responder essa questão com base nos dados de nosso *corpus*, resolvemos, da mesma maneira, controlar a presença/ausência do *que* relativo. Na ordem de relevância, esse grupo de fatores foi o terceiro selecionado.

Tabela 7: frequência e peso relativo de concordância verbal em função da presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>PR</b>
– presença do <i>que</i> relativo	18/108 = 17%	0,20
– ausência do <i>que</i> relativo	150/595 = 25%	0,56
Total	168/703 = 24%	

Os resultados da tabela 7 mostram que a presença do *que* relativo inibe, realmente, a marca explícita de plural nos verbos. A diferença entre as duas categorias chega a 0,36 em termos de peso relativo, o que nos leva a afirmar que constitui fator importante nos estudos de concordância verbal de terceira pessoa do plural.

Na tabela 8, a seguir, apresentamos os resultados obtidos com base nos dados de nossa amostra, comparando-os aos resultados obtidos por Naro e Scherre (2003a).

Tabela 8: freqüência de concordância verbal em função da presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo, no *corpus* sob análise e no *corpus* de Naro e Scherre (2003a).

Fatores	Freqüência de concordância			
	Nossos resultados		Naro e Scherre (2003)	
	Freqüência	PR	Freqüência	PR
– presença do <i>que</i> relativo	18/108 = 17%	0,20	256/402 = 64%	0,41
– ausência do <i>que</i> relativo	150/595 = 25%	0,56	2113/2614 = 81%	0,51

Os resultados de Naro e Scherre (2003a) para a variável em questão foram obtidos na fala informal de 64 falantes do Rio de Janeiro, da amostra da década de 80 do Programa de Estudos sobre o Uso da Língua (PEUL). Esta amostra foi estratificada em função do sexo (feminino/masculino), faixa etária (7/14; 15/25; 26/49 e 50 anos em diante) e anos de escolarização (1 a 4; 5 a 8; 9 a 11 anos), excluindo-se os falantes analfabetos e os universitários, pelo fato de haver outros corpora que abarcam tais dados. Já o nosso *corpus* é constituído de 20 informantes, todos entre 20 e 40 anos, sendo cinco homens e cinco mulheres não alfabetizados e cinco homens e cinco mulheres concluintes do ensino fundamental (8ª série) no ensino supletivo.

Os nossos resultados se referem a dados de pessoas não alfabetizadas e de pessoas com poucos anos de escolarização. Os resultados de Naro e Scherre (2003a) envolvem dados de falantes com 1 a 11 anos de escolarização, o que faz com que estes resultados sejam notáveis, pois os percentuais altos de concordância se devem à escolaridade mais alta dos informantes cariocas.

Mas o fato que se mostra relevante é a atuação do *que* relativo interferindo na concordância verbal, independentemente do nível de escolarização dos falantes. Mesmo assim, seria importante, num trabalho futuro, controlar e analisar o comportamento do *que* relativo em níveis diferentes de escolarização, da mesma forma que Naro e Scherre (1999a) fizeram com a variável saliência fônica.

Gameiro (2005) não controla o *que* relativo da mesma forma como nós controlamos. A pesquisadora o controla na variável *constituição*

*morfossintática do sujeito* e, para detalhar estatisticamente a influência dessa variável, faz o cruzamento com a escolaridade de seus informantes, concluindo que o pronome relativo é um fator influente até mesmo para com os informantes com escolaridade de 12 a mais anos. Segundo Gameiro (2005), com o pronome relativo, a variante estigmatizada (ausência de concordância) é mais recorrente do que a prestigiada de uma maneira geral em todos os níveis de escolaridade.

Assim como Naro e Scherre (2003a), também decidimos testar diversos cruzamentos envolvendo a presença do *que*. Na tabela seguinte, apresentamos os resultados obtidos do cruzamento com o *paralelismo formal*.

Tabela 9: frequência de concordância verbal em função da presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo e o paralelismo formal no nível oracional.

Fatores	Frequência	
	– presença do <i>que</i> relativo	– ausência do <i>que</i> relativo
– forma de plural explícita no último (ou único) elemento	15/62 = 24%	133/458 = 29%
– forma de plural zero no último elemento	3/46 = 7%	17/137 = 12%

Os resultados da tabela 9 revelam que o *que* relativo diminui a realização da concordância verbal com sujeitos que trazem a marca explícita de plural no último (ou único) elemento e com sujeitos que têm marca zero de plural em seu último elemento. Aqui temos o efeito das duas variáveis atuando no fenômeno variável da concordância verbal. Tanto na vertical como na horizontal, os princípios atuam.

Discordamos, assim, da observação feita por Gameiro (2005) quando afirma que, no caso do pronome relativo, não cabe correlacioná-lo ao princípio do *paralelismo*, uma vez que ele mesmo não traz marcas de plural, mas sim seu antecedente. Para a autora, isto comprovaria que o relativo realmente influencia a ausência de concordância e não o *paralelismo formal*.

Os resultados aqui apresentados corroboram a conclusão de Naro e Scherre (2003a): é legítimo tratar a presença/ausência do *que* relativo como uma variável separada.

Outra comparação interessante é a *presença/ausência do 'que' relativo com a saliência fônica verbal*.

Tabela 10: freqüência de concordância verbal em função da presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

Fatores	Freqüência de concordância	
	- presença do <i>que</i> relativo	- ausência do <i>que</i> relativo
<b>R</b> - <i>fala/falam</i>	4/62 = 6%	4/330 = 1%
<b>V</b> - <i>quer/querem</i>	0/4 = 0%	10/53 = 19%
<b>L</b> - <i>vai/vão</i>	2/12 = 17%	69/107 = 64%
<b>E</b> - <i>falou/falaram</i>	3/11 = 27%	35/65 = 54%
<b>F</b> - <i>teve/tiveram</i>	1/4 = 25%	10/12 = 83%
<b>W</b> - <i>é/são</i>	8/15 = 53%	22/28 = 79%

Com exceção da classe **R**, para todas as demais classes, a presença do *que* relativo corresponde a uma diminuição acentuada dos índices de freqüência de concordância. O pronome relativo *que*, realmente, inibe a marca de plural nos verbos. No geral, as marcas formais de concordância aumentam com o aumento da saliência verbal, mas aumentam ainda mais se o *que* relativo não estiver presente.

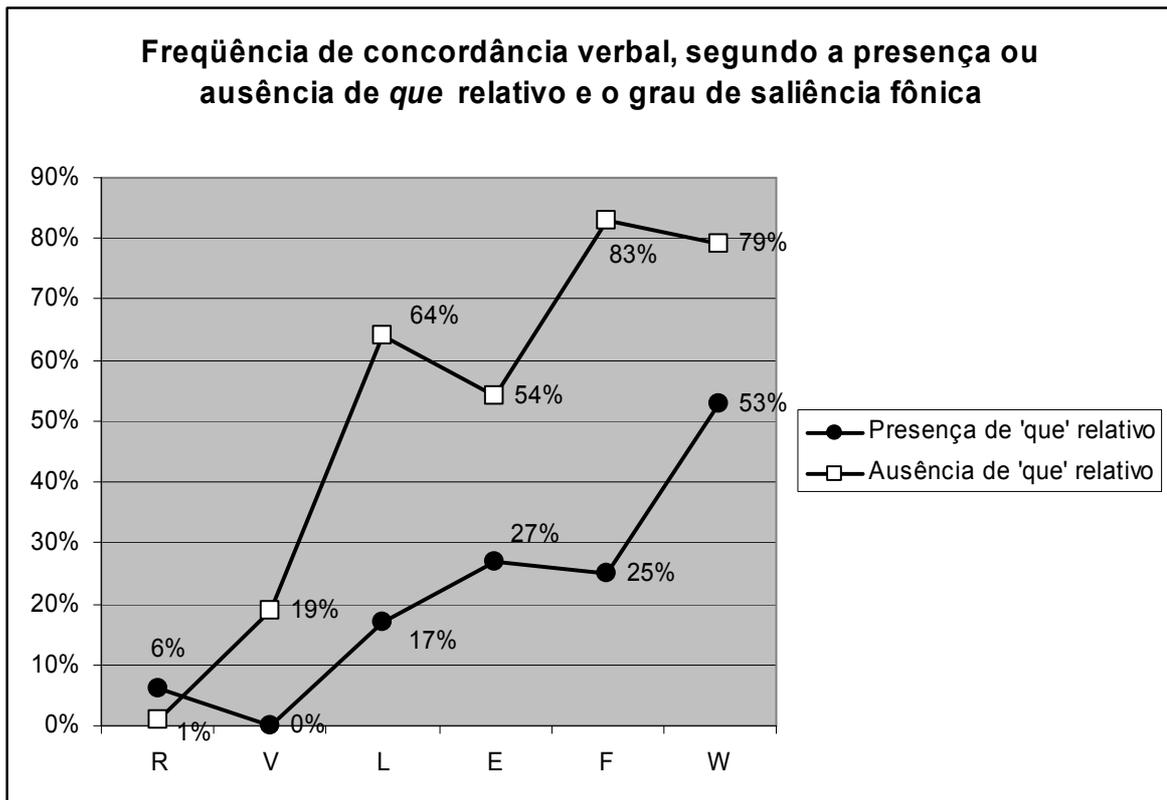


Gráfico 3

Nosso interesse, também, foi verificar como a presença do *que*, enquanto uma variável separada, se comporta com outras duas variáveis presentes na nossa pesquisa, que podem ou não ter como elemento interveniente entre o sujeito e o verbo o *que* relativo. Antes, porém, faz-se necessário apresentar os resultados de freqüência dessas duas variáveis que não foram selecionadas como relevantes: *posição e distância do sujeito em relação ao verbo e distância em termos de sílabas entre o sujeito e o verbo*.

Elas não foram selecionadas como relevantes quando “entrou na jogada” a variável que controla separadamente o *que* relativo. Essa é uma informação que julgamos ser importante. Quando deixamos de lado o fator *presença ou ausência do 'que' relativo*, os programas que fornecem a seleção dos grupos de fatores em função de sua relevância estatística selecionaram como relevantes justamente os dois grupos de fatores que haviam descartado (*posição e distância do sujeito e distância em termos de sílabas*). Esse fato “evidencia que o *que* relativo tem efeito inibidor superior ao efeito dos outros elementos

intervenientes” (NARO e SCHERRE, 2003a). Na verdade, o que pesa mais entre os outros elementos intervenientes é, justamente, o pronome *que* relativo.

#### 4.2.5 POSIÇÃO E DISTÂNCIA DO SUJEITO EM RELAÇÃO AO VERBO

Tabela 11: freqüência de concordância verbal conforme a posição e distância do sujeito em relação ao verbo.

Fatores	Freqüência
- anteposto imediatamente	145/576 = 25%
- anteposto distante	23/127 = 18%
- posposto	0/20 = 0%
Total	168/723 = 23%

Os dados, em termos de freqüência, confirmam a hipótese formulada: a categoria mais saliente, a do sujeito anteposto imediatamente ao verbo, favorece a concordância verbal. As chances de concordância diminuem, nos nossos dados, quando temos o sujeito anteposto distante. Já o sujeito posposto aparece em vinte ocorrências do nosso *corpus* e em nenhuma delas o verbo traz a marca de plural explícita.

No trabalho de Rodrigues (1987), a não concordância do sujeito posposto imediatamente ao verbo foi quase categórica: 97% (72/74) em termos de freqüência e 0,88 de peso relativo. Além de Rodrigues (1987), outros estudos pesquisados (cf. Berlinck, 1988; Monguilhott e Coelho, 2002; Pereira, 2004; Gameiro, 2005) também revelam que a não concordância com sujeito posposto é muito alta.

Lê-se em Berlinck (1988, p. 97-98):

... a quase categoricidade com que a ausência de concordância se associa à V SN e a manutenção desse resultado em relação aos demais fatores confirmam sua relevância e justificam a seleção do fator como explanatoriamente forte. Essa associação tem servido de argumento favorável à tese do caráter “menos subjetivo” do sujeito (ou SN) que ocorre em V SN, uma vez que a concordância verbal sempre foi considerada uma das propriedades formais definidoras da função-sujeito.

Monguilhott e Coelho (2002) e Gameiro (2005) concluem que o sujeito posposto ao verbo passa a ser encarado como objeto pelo falante, que não realiza a concordância, já que não o considera sujeito da sentença.

Os estudos mencionados acima comprovaram, por meio de pesquisas empíricas sistemáticas, aquilo que Decat (1983) e Pontes (1986) já haviam proposto. Segundo Decat (1983, p. 17):

De fato, poderíamos dizer que aqueles SNs, ao serem pospostos aos verbos das sentenças, perdem, entre outras, a propriedade sintática de sujeito, qual seja, a posição de início de sentença. Ainda que ocorram casos de o verbo concordar com o SN que está depois dele, isso não constitui evidência de que esse SN é sujeito...

Mas a autora deixa claro que a questão de se saber se o SN posposto continua, ou não, sujeito estava fora dos propósitos do seu trabalho.

Para Pontes (1986):

A conclusão, a respeito do chamado sujeito posposto, é que ele não tem as características que tipificam o sujeito em português, a não ser a concordância verbal, no registro escrito, formal, que é imposta pela gramática e o ensino escolar. Verificamos que o sujeito típico e o “sujeito posposto” são dois conjuntos disjuntivos. O único traço em comum é o da CV, traço por si muito frágil, porque ensinado nas escolas é praticamente inexistente na maioria dos registros.

Deve-se continuar considerando esse SN como sujeito? Minha conclusão é que ele não é sentido pelos falantes como sujeito. Por isso, eles não fazem a concordância.

Se o SN posposto não é sujeito, o que é? Se examinarmos os objetos diretos em português, veremos que o SN posposto tem mais traços de objeto do que de sujeito. Em primeiro lugar, a posição pós-verbal. Além disso, semanticamente, está mais para paciente do que para agente: tipicamente inanimado, indefinido. (PONTES, 1986, p. 172-173).

Alguns trabalhos (cf. PEREIRA, 2004) analisam o papel semântico do sujeito (sujeito agente, sujeito beneficiário, sujeito causativo, sujeito experimentador, sujeito inativo, sujeito paciente e sujeito factivo) e

buscam outras explicações para o fato. A grande maioria das ocorrências de sujeitos pospostos encontradas no *corpus* de Pereira (2004) apresenta o papel semântico de Paciente (45%) ou Inativo (35%), sendo poucos os casos de sujeito Agente (20%). Os casos encontrados em nosso *corpus*<sup>24</sup> parecem seguir essa mesma tendência, como ilustram os exemplos:

- (10) aí *ficô os otro* (MNS)
- (11) acho que *tá certo eles* mesmo... (MEO)
- (12) onde *fica os velhinho* lá (MEV)
- (13) mais deu esse horário... meio dia uma hora ... *acabô as consulta* (FEZ)
- (14) então... *chegava os moleque*... (MEV)

Como podemos perceber, a posposição do sujeito merece uma atenção especial. No entanto, essa discussão foge, no momento, ao escopo do presente estudo, ficando a questão aberta para um trabalho futuro.

Cruzando *posição do sujeito* com a *saliência fônica*, podemos concluir, juntamente com Rodrigues (1987) e Pereira (2004), que o princípio da *saliência posicional* predomina sobre o da *saliência fônica* somente nos casos de sujeito posposto.

... ainda que a *saliência fônica* seja a variável que mais pese no sentido de favorecer ou desfavorecer a concordância verbal, a *posição do sujeito* impõe-se como força capaz de neutralizar o aspecto fônico, quando o sujeito se pospõe ao verbo. (RODRIGUES, 1987, p. 175).

Encontramos, no nosso *corpus*, 16 ocorrências em que os verbos pertencem às classes **L**, **E** e **F** do 2º nível e, mesmo assim, a não-concordância é categórica.

---

<sup>24</sup> O conjunto de dados parece se caracterizar por verbos que podem ser analisados como inacusativos ou por construções apresentativas (cf. MATEUS et al, 2003), mas esse aspecto, devido às limitações do presente estudo, será aprofundado em uma investigação posterior.

- (15) *vai só eles* (MEO)  
 (16) do dia vinte três po dia vinte quatro *vai* começar as festas lá... (MEV)  
 (17) e... depois *passô uns dia* (MEO)  
 (18) e pra onde *foi essas arma?*... pra quem foi?... (FEZ)  
 (19) *teve muitos acidente* por aí já (MNG)

O mesmo não ocorre quando temos o sujeito anteposto, seja imediatamente ou distante. Nesses casos, a influência da escala da saliência fônica sobre a concordância verbal é inquestionável.

Tabela 12: frequência de concordância verbal segundo a posição e distância do sujeito em relação ao verbo e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

Fatores	Frequência	
	Anteposto imediatamente	Anteposto distante
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	3/317 = 1%	5/75 = 7%
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	8/51 = 16%	2/6 = 33%
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	69/106 = 65%	2/13 = 15%
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	34/64 = 53%	4/12 = 33%
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	10/12 = 83%	1/4 = 25%
<b>W</b> – <i>é/são</i>	21/26 = 81%	9/17 = 53%

Independentemente da distância do sujeito, verificamos que as classes **R** e **V** do 1° nível, menos salientes de um ponto de vista fonológico, são as que apresentam as menores frequências de concordância.

Observando as classes **L**, **E**, **F** e **W** do 2° nível, constatamos que as frequências de concordância são maiores quando o verbo vem anteposto imediatamente, comparando com as frequências das mesmas classes em que o verbo está anteposto distante. O mesmo não ocorre com as duas classes (**R** e **V**) de oposição menos saliente. Isso nos fez analisar as 7 ocorrências em que há marca explícita de plural nos verbos das classes **R** e **V** quando o sujeito está anteposto distante:

- (20) eu me assustei muito com as pessoas que MORAM nesse bairro... (MEO)
- (21) hoje tem muitos aproveitadores aí que num CANTAM na::da...(MEO)
- (22) as/ as senhoras assim CANTAM... (FEH)
- (23) as pessoas que já LIDAM com a arma... (FEP)
- (24) e outra coisa que me deixa irritado também é aquelas pessoas que FALAM... (MEO)
- (25) eles nunca FAZE (FEZ)
- (26) eles também não FAZEM por conta (MEO)

Uma possível explicação está no fato de todos os informantes estarem no grupo dos escolarizados da nossa amostra. Além disso, analisando todos os sujeitos das ocorrências citadas (20-26), vemos que todos apresentam a forma de plural explícita (-S) no último elemento.

Achamos pertinente, então, mostrar o cruzamento da variável *posição* com a variável *paralelismo formal*.

Tabela 13: freqüência de concordância verbal segundo a posição e distância do sujeito em relação ao verbo e o paralelismo formal no nível oracional.

Fatores	Freqüência	
	Anteposto imediatamente	Anteposto distante
- forma de plural explícita no último (ou único) elemento	129/445 = 29%	19/75 = 25%
- forma de plural zero no último elemento	16/131 = 12%	4/52 = 8%

Como esperado, as freqüências de concordância diminuem, ainda que discretamente (4 pontos percentuais apenas), quando o sujeito está anteposto distante. Mas, analisando a tabela na vertical, as diferenças são bem mais significativas, mostrando, mais uma vez, que o *paralelismo formal* é realmente um fator relevante para a concordância verbal de 3ª pessoa do plural.

Relembramos novamente que o critério do grupo de fatores *posição e distância do sujeito em relação ao verbo*<sup>25</sup> não é o número de sílabas<sup>26</sup> que separam materialmente o verbo de seu sujeito. O sujeito foi classificado como anteposto distante do verbo quando dele separado por uma oração inteira, no caso das relativas, ou por palavras com carga semântica decisiva para o sentido da frase. Portanto, o *que* relativo entra nessa categoria, mas não apenas ele. Em todos os exemplos citados abaixo (27-30), o sujeito foi classificado como anteposto distante:

- (27) dá pa sabê as pessoas que *faltaru...* (MEO)  
 (28) tem otos que *bate* (FNN)  
 (29) porque as muié também *vai* junto (MNC)  
 (30) então eles mesmo *cuida* da ropa deles... (FEP)

A categoria que representa o sujeito anteposto distante foi cruzada com a variável *presença ou ausência do 'que' relativo* e os resultados estão na tabela a seguir:

Tabela 14: freqüência de concordância verbal segundo a posição e distância do sujeito em relação ao verbo e a presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo.

Fatores	Freqüência	
	Anteposto imediatamente	Anteposto distante
- presença do <i>que</i> relativo	-	18/108 = 17%
- ausência do <i>que</i> relativo	145/576 = 25%	5/19 = 26%

Mesmo com poucas ocorrências, os resultados indicam que, quando não temos o pronome relativo *que* com o sujeito anteposto distante (cf. exemplos abaixo), o verbo tem mais chance de apresentar marcas explícitas de plural.

<sup>25</sup> Conforme já mencionado, usamos o critério adotado por Rodrigues (1987, p.161).

<sup>26</sup> Discutiremos esse critério em momento posterior de nossa análise.

- (31) elesu nunca *faze* (FEZ)
- (32) as/ as senhorasu assim *cantam...* (FEH)
- (33) elesu também não *fazem* por conta (MEO)
- (34) elesu não se *abateru* não (MNC)
- (35) os professor hoje em dia *são* muito capacitado né? (MEB)

Além de não possuírem o *que* relativo interferindo na realização da concordância, não podemos ignorar que, das cinco ocorrências, duas (34-35) pertencem ao 2º nível da escala da saliência fônica, mais saliente de um ponto de vista fonológico, quatro (31-34) possuem a marca explícita de plural no último elemento do sujeito e quatro, (31) (32) (33) e (35), são de informantes escolarizados. Há uma confluência de fatores favorecendo a marca explícita de plural no verbo, inclusive um fator social.

Veremos, a seguir, a configuração do grupo de fatores *distância em termos de sílabas entre o sujeito e o verbo*, e a maneira como o *que* relativo entra nesse grupo de fatores. Depois de algumas observações relevantes, faremos o cruzamento com a variável que controla o *que* relativo separadamente.

#### **4.2.6 DISTÂNCIA ENTRE O SUJEITO E O VERBO EM NÚMERO DE SÍLABAS**

Esse grupo de fatores focaliza o número de sílabas que separam os sujeitos antepostos de seus respectivos verbos. Naro (1981) subcategorizou a distância entre sujeito/verbo em termos do número de sílabas da seguinte forma: sujeito imediatamente anteposto (de zero a cinco sílabas separando o sujeito do verbo) e sujeito anteposto distante (mais do que cinco sílabas separando o sujeito do verbo). Com o objetivo de refinar esta variável, Naro e Scherre (1999a) desmembraram a primeira categoria em quatro, estabelecendo, portanto, cinco níveis. No nosso estudo não foi preciso estabelecer os cinco níveis, pois, como não trabalhamos com sujeito de estrutura

complexa, poucos dados teríamos no nível *presença de seis ou mais sílabas entre o sujeito e o verbo*. A tabela seguinte traz os quatro níveis por nós estudados e a frequência bruta de concordância para cada nível.

Tabela 15: frequência de concordância verbal em função do número de sílabas entre o sujeito e o verbo.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>
- zero sílaba	125/496 = 25%
- uma sílaba	34/159 = 21%
- duas sílabas	5/33 = 15%
- três ou mais sílabas	4/15 = 27%
Total	168/703 = 24%

Nas estruturas com ausência de material fonético entre sujeito e verbo o índice de frequência é 25%. Esse índice cai para 21% quando temos apenas uma sílaba, chegando a 15% quando temos presença de duas sílabas entre sujeito e verbo. Quando temos presença de três ou mais sílabas, os resultados da tabela nos mostram uma tendência contrária à que esperávamos: o índice de frequência aumenta para 27%. Nesse nível, computamos 15 ocorrências, sendo que 4 trazem a marca de plural nos seus respectivos verbos. Vejamos:

- (36) hoje tem muitos aproveitadores aí que num cantam na::da...  
(MEO)
- (37) eles também não fazem por conta (MEO)
- (38) os professor **hoje em dia são** muito capacitado né? (MEB)
- (39) muitos amigo **que hoje casaro** também né? (FNE)

Pensamos, primeiramente, que a saliência fônica estaria interferindo, mas temos dois verbos (36-37) que pertencem ao 1º nível da escala, ou seja, em que a oposição não marcada favorece a não-concordância. Talvez a explicação esteja em dois fatores que se mostram relevantes nos estudos de concordância verbal: o paralelismo formal (fator lingüístico) e a escolaridade (fator social). Das quatro ocorrências, três são de informantes escolarizados (36-38). Na única

ocorrência de uma informante não alfabetizada (39), o verbo é de alta saliência (*casaro*). Com os verbos de baixa saliência (*fazem* e *cantam*), os últimos elementos dos sintagmas nominais plurais sujeito exibem marca explícita de plural (*eles* e *muitos aproveitadores*, respectivamente).

Feitas essas observações, mostraremos o cruzamento desse grupo de fatores com o grupo *presença ou ausência do 'que' relativo*.

Tabela 16: frequência de concordância verbal em função do número de sílabas entre o sujeito e o verbo e a presença ou ausência do *que* relativo entre o sujeito e o verbo.

Fatores	Frequência	
	– presença do <i>que</i> relativo	– ausência do <i>que</i> relativo
- zero sílaba	-	125/496 = 25%
- uma sílaba	14/78 = 18%	20/81 = 25%
- duas sílabas	2/19 = 11%	3/14 = 21%
- três ou mais sílabas	2/11 = 18%	2/4 = 50%

Os resultados da tabela 16 evidenciam que o pronome relativo *que* inibe a marca de plural nos verbos nos três níveis de número de sílabas. Vale destacar a categoria com uma sílaba: quando essa sílaba é o *que* relativo, a chance de o verbo aparecer com a marca explícita de plural é menor (18%). Se a sílaba não for o pronome, a chance aumenta (25%).

Na tabela 17, a seguir, reproduzimos os resultados obtidos por Naro e Scherre (2003a) para o mesmo cruzamento que apresentamos na tabela 16.

Tabela 17: frequência de concordância verbal em função do número de sílabas entre o sujeito e o verbo e a presença ou ausência do *que* relativo no *corpus* de Naro e Scherre (2003a).

<b>Fatores</b>	<b>Frequência</b>	<b>Peso relativo</b>
zero sílaba (sujeito adjacente ao verbo)	1530/1858 = 82%	0,62
1-5 sílabas sem <i>que</i>	552/712 = 78%	0,58
1-5 sílabas com <i>que</i>	226/350 = 65%	0,47
Mais de 5 sílabas sem <i>que</i>	31/44 = 70%	0,42
Mais de 5 sílabas com <i>que</i>	30/52 = 58%	0,34

Diante desses resultados, os autores concluem:

De forma geral, as chances de marca decrescem com o aumento do número de sílabas, mas decrescem ainda mais se uma das sílabas for o *que* relativo. (NARO e SCHERRE, 2003a).

É importante observar que Naro e Scherre trabalharam apenas com três categorias de distância entre sujeito/verbo (zero sílaba, 1-5 sílabas, mais de 5 sílabas). Mas, em nota, os pesquisadores informaram que estavam incluindo as novas categorias com o objetivo de refinar este grupo de fatores.

#### 4.2.7 GÊNERO

A motivação para avaliar o papel do gênero sobre a variação lingüística pode ser sintetizada pelas palavras de Rodrigues (1987):

As variedades lingüísticas ligadas a sexo aparecem como resultado do fato de a língua, enquanto fenômeno social, estar intimamente relacionada com atitudes sociais. Homens e mulheres são socialmente diferentes, a eles são atribuídos diferentes papéis e, por isso, deles se esperam padrões de comportamento diferenciados... (RODRIGUES, 1987, p.199).

Muitas pesquisas sociolingüísticas já demonstraram que as pessoas do sexo feminino são mais sensíveis à norma de prestígio, por “quebrarem” menos as regras sociais estabelecidas (cf. OLIVEIRA e

SILVA & PAIVA, 1996). Em relação à concordância verbal de 3ª pessoa, no entanto, esse fato não fica tão evidente.

Tabela 18: freqüência e peso relativo de concordância verbal conforme o sexo do informante.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>PR</b>
- masculino	121/488 = 25%	0,45
- feminino	126/492 = 26%	0,55
<b>Total</b>	<b>247/980 = 25%</b>	

Os valores expostos na tabela evidenciam que o fator gênero não é relevante, já que homens e mulheres apresentam, praticamente, as mesmas freqüências, espelhando os resultados gerais. As ocorrências de concordância e não-concordância verbal estão disseminadas de maneira homogênea entre os falantes dos sexos masculinos e femininos. Em termos de peso relativo, a diferença é um pouco maior, mas ainda assim, os índices permanecem muito próximos da neutralidade.

Rodrigues (1987) também conclui que, na 3ª pessoa do plural, o fator sexo é inoperante. A título de comparação, vejamos os resultados encontrados por Rodrigues. Os nossos resultados são praticamente iguais aos encontrados pela pesquisadora, confirmando-se a irrelevância desse aspecto para a explicação da variação.

Tabela 19: freqüência de ausência de concordância verbal segundo o sexo do informante, no *corpus* sob análise e no *corpus* de Rodrigues (1987, p. 200).

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência de ausência de concordância</b>	
	<b>Nossos resultados</b>	<b>Rodrigues (1987)</b>
- masculino	367/488 = 75%	367/511 = 72%
- feminino	366/492 = 74%	591/845 = 70%

#### **4.2.8 ESCOLARIDADE**

Vale ressaltar, primeiramente, as condições de ensino dos informantes escolarizados da nossa amostra. Quando falamos em

condições, não queremos dizer que o ensino é ou foi de má qualidade, mas que se trata de pessoas jovens e adultas que estão tendo uma formação escolar supletiva. A especificidade desse grupo é apontada por Bortoni-Ricardo:

O indivíduo de pouca cultura formal possivelmente só chegará a ter consciência do caráter estigmatizado da concordância não-padrão depois de um período de escolarização e de convívio com o dialeto de classe média urbana. A duração deste período não é possível de se precisar, sem que se proceda a estudos experimentais. **Podemos, porém, prever que esse indivíduo adotará a certa altura de sua formação escolar supletiva as normas de avaliação da classe mais alta, mas tenderá sempre a usar a regra de concordância padrão com menos freqüência, posto que ele a assimilou tardiamente.** (BORTONI-RICARDO, 1981, p. 94, grifo nosso).

É sabido que na EJA (*Educação de Jovens e Adultos*), a cada seis meses, o aluno conclui uma série. Já no ensino regular, uma série corresponde a um ano de estudo. Não foi possível sabermos exatamente quantos anos de escolaridade nossos informantes têm. É certo que, no momento das entrevistas, todos estavam cursando a 8ª série na EJA. Como cada um deles possui uma experiência de vida muito diferente, também não temos conhecimento quanto aos intervalos de tempo em que eles ficaram longe da escola. Com base em um levantamento a respeito dos motivos pelos quais eles pararam de estudar, constatou-se que são diversos: tiveram de trabalhar e o horário coincidia com o horário das aulas; não tinham dinheiro; estavam cansados e desmotivados; não gostavam da escola; alguns tiveram problemas de saúde e muitas mulheres ficaram grávidas ou tiveram de parar por causa dos filhos/netos.

Tendo em conta esse quadro de escolarização, parece-nos que os resultados da análise se mostram ainda mais significativos. Ao contrário do *gênero*, diferenças quanto ao grau de *escolaridade* dos informantes se revelaram significativamente atuantes na variação da concordância verbal, como mostram os índices na tabela 20:

Tabela 20: freqüência e peso relativo de concordância verbal segundo o grau de escolaridade do informante.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>	<b>PR</b>
– não-escolarizados	94/491 = 19%	0,40
– escolarizados (EJA)	153/489 = 31%	0,60
Total	247/980 = 25%	

Como hipotetizado, vemos que há maiores chances de aplicação da concordância entre falantes escolarizados do que entre os não-alfabetizados.

Desse modo, da análise fica um indício de que a escolaridade, mesmo supletiva, influencia o fenômeno variável de concordância verbal. Cremos que é possível afirmar que a influência normativa da escola tem um papel importante na aquisição de formas verbais marcadas de número-pessoa; ou seja, da variedade padrão de concordância.

Como já se pôde notar, dentre os fatores lingüísticos, os estudos mostram que a *saliência fônica* é determinante no uso variável da concordância verbal. Já dentre os fatores sociais, a *escolaridade* se revelou como um dos fatores mais relevantes. A fim de observar a interação dessas propriedades, realizamos o seu cruzamento, cujos resultados vêm apresentados na tabela 21:

Tabela 21: freqüência de concordância verbal segundo o grau de escolaridade e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência de concordância</b>	
	– não-escolarizados	– escolarizados (EJA)
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	0/279 = 0%	12/250 = 5%
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	4/35 = 11%	6/36 = 17%
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	35/76 = 46%	55/93 = 59%
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	31/68 = 46%	42/60 = 70%
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	8/10 = 80%	14/20 = 70%
<b>W</b> – <i>é/são</i>	16/23 = 70%	24/30 = 80%

Encontramos um número maior de ocorrências na classe **R**, sendo 279 entre os não-escolarizados e 250 nos escolarizados. Essas

ocorrências estão bem distribuídas nas duas categorias de escolaridade. Os informantes não-escolarizados, todos não-alfabetizados, não realizam nenhuma concordância com verbos da classe **R**. O efeito da baixa saliência mostra que, com tais verbos, as pessoas não-escolarizadas deixam de concordar sujeito e verbo sistematicamente. Já nos escolarizados podemos observar uma frequência de 5% de concordância. É claro que a diferença não é tão significativa, mas, levando em consideração o grande número de ocorrências (279 e 250) e a baixa saliência que os verbos da classe **R** apresentam, é um sinal de que a escolaridade atua. Acreditamos que esse índice deva aumentar, conforme aumentarem os anos de escolaridade.

Nas classes **R**, **V**, **L**, **E** e **W** os não-escolarizados realizam menos concordância verbal do que os escolarizados. Na classe **F**, em que a diferença fônica das formas de singular e plural é bem perceptível, até os não-escolarizados realizam mais a concordância. Do mesmo modo, também na classe **W**, verificamos que a diferença é de apenas 10 pontos percentuais em termos de frequência. Isso indica que nas classes de verbos de oposição bem marcada, até os falantes não-escolarizados também utilizam com muita frequência a concordância verbal. Seria interessante, num futuro trabalho de pesquisa, analisarmos dados dessa natureza com informantes que possuem mais anos de escolaridade.

Os efeitos da interação do grau de saliência fônica e dos dois níveis de escolaridade ficam mais claramente evidenciados quando transpomos os índices apresentados na tabela 21 para uma representação como a do gráfico 4:

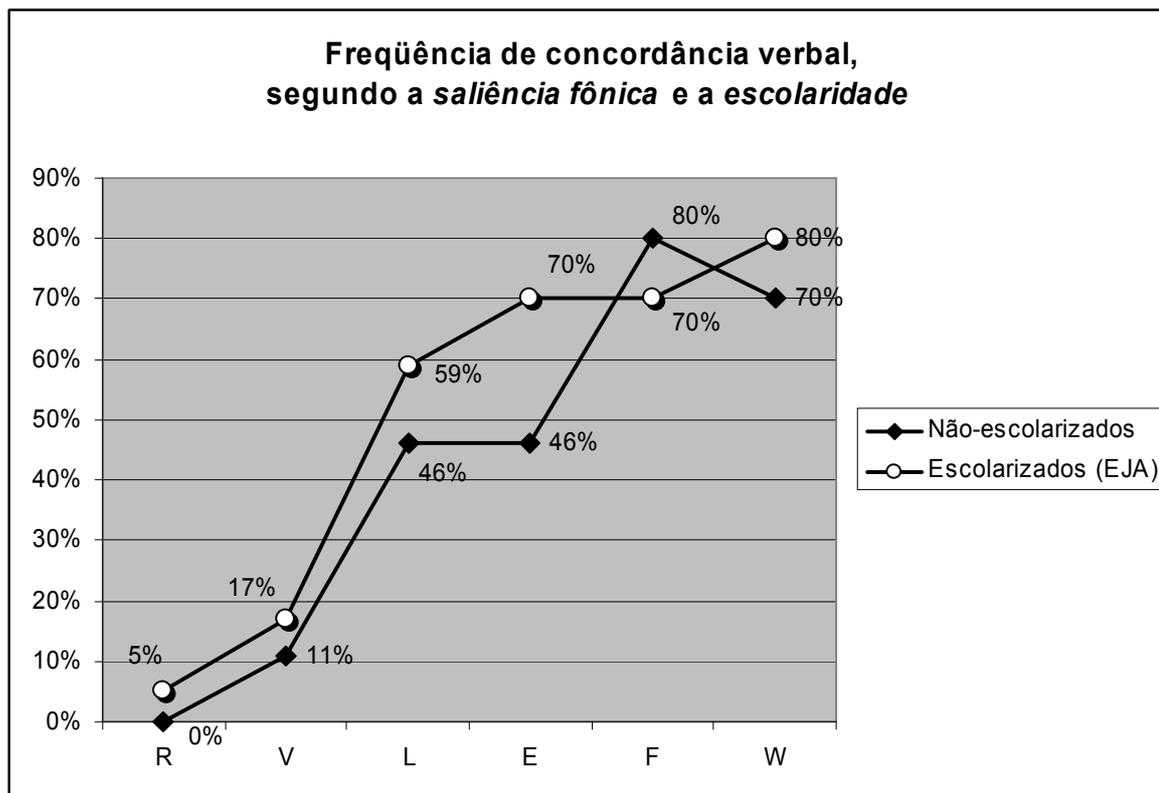


Gráfico 4

Observamos o aumento na freqüência de concordância seguindo a escala de saliência, qualquer que seja o nível de escolaridade. Esse movimento ascendente, no entanto, não anula as diferenças estabelecidas pela escolaridade, mostrando que os dois parâmetros agem conjuntamente.

O próximo gráfico nos mostra os resultados da atuação do princípio do paralelismo juntamente com o grau de escolaridade dos nossos informantes.

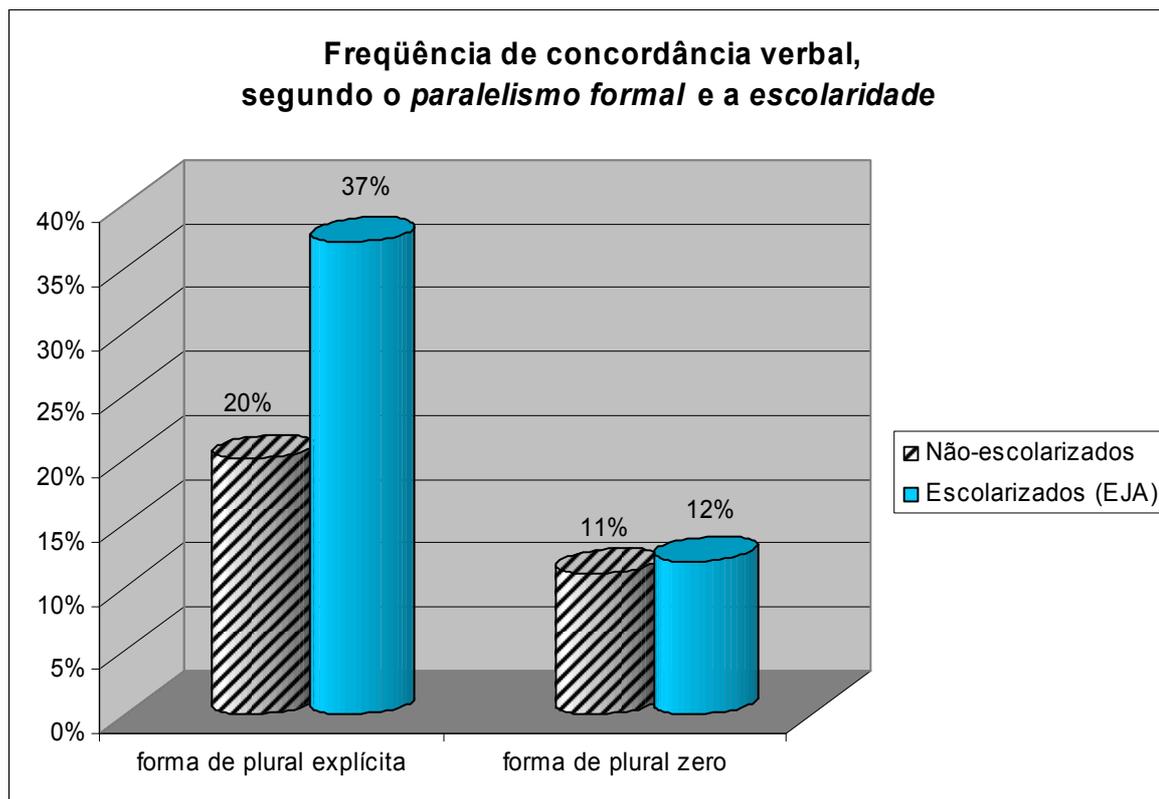


Gráfico 5

Quando temos a forma de plural zero no último elemento, os índices de freqüência são praticamente os mesmos nos não-escolarizados e nos escolarizados (11% e 12%). A diferença é notável quando temos a forma de plural explícita no último elemento. Nesse caso observamos claramente a tendência dos escolarizados a marcarem mais o verbo. Essa diferença em termos de freqüência é de 17 pontos percentuais. Podemos, assim, concluir que os grupos de fatores interagem, determinando, juntos, os índices de concordância apenas nos contextos em que há marca explícita de plural no último (ou único) elemento.

Por fim, para avaliar, uma vez mais, a influência da *presença/ausência do 'que' relativo*, realizamos o cruzamento desse grupo com a variável *escolaridade* (gráfico 6):

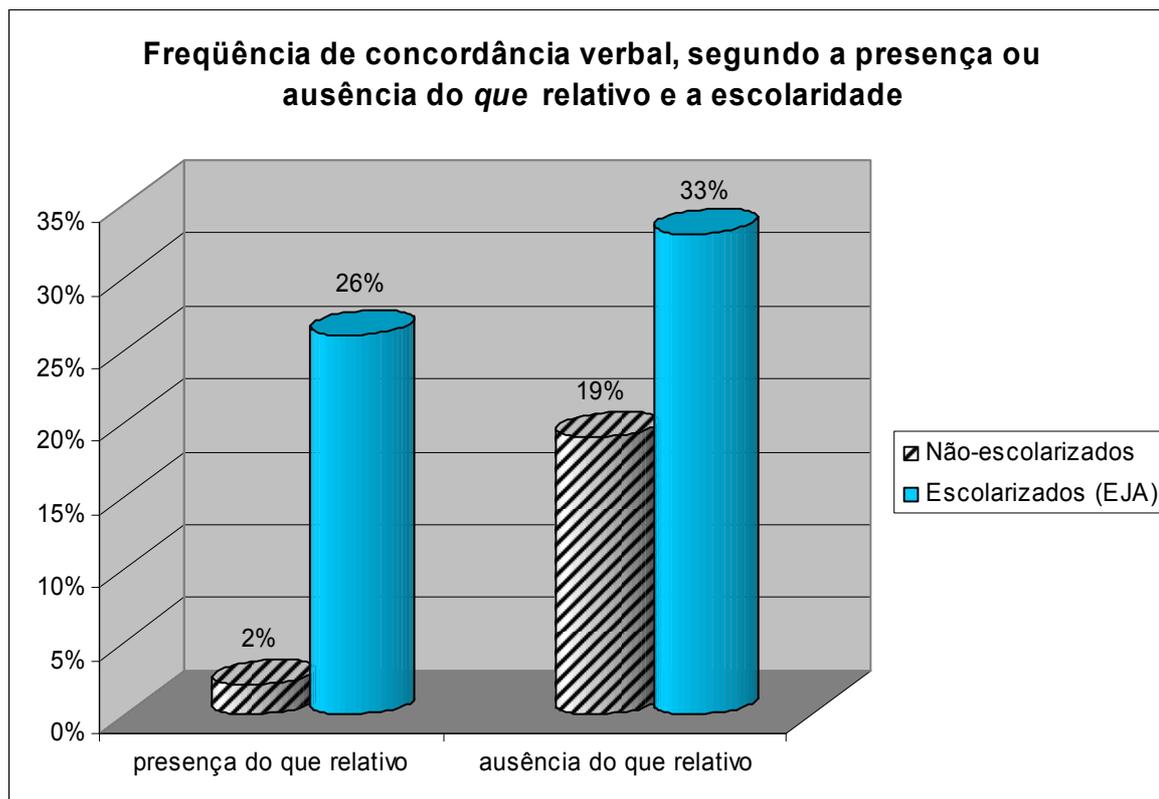


Gráfico 6

Observando os resultados, é possível verificar a atuação dos dois grupos de fatores. Os não-escolarizados tendem, como já verificamos, a marcar menos o verbo. Essa tendência é bem menor quando o *que* relativo está presente. Das 42 ocorrências com a presença do *que* relativo, entre os não-escolarizados, apenas 1 ocorrência traz a marca explícita de plural no verbo:

(40) muitos amigo **que** hoje *casaro* também né? (FNE)

Isso faz com que o índice de freqüência, no nosso *corpus*, seja de 2% para os não-escolarizados contra 26% nos escolarizados.

Por outro lado, nos contextos de *que* relativo ausente, observamos um aumento significativo na freqüência de concordância, que, embora obedeça à hierarquia entre os níveis de escolaridade, é bem mais acentuada entre os informantes escolarizados.

Motta (1979), em sua dissertação de Mestrado, estudou o efeito da escolarização sobre a concordância verbal na fala de adolescentes

de Salvador, Bahia. A pesquisadora trabalhou com dois grupos de adolescentes de nível socioeconômico baixo, da mesma faixa etária e mesma área habitacional. Os informantes de um grupo tinham pouca frequência à escola, eram semi-alfabetizados (grupo A); no outro grupo, todos estavam concluindo a oitava série do Primeiro Grau<sup>27</sup> (grupo B). Como nós também trabalhamos com informantes que estavam concluindo a oitava série, consideramos oportuno apresentar os resultados obtidos por Motta (1979)<sup>28</sup> em função dos níveis de saliência fônica:

Tabela 22: frequência de concordância verbal segundo o grau de escolaridade e o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural no *corpus* de Motta (1979, p.87).

<b>Fatores</b>	<b>Grupo A</b>	<b>Grupo B</b>
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	12,8%	52,7%
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	16,7%	59,6%
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	32,5%	73,9%
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	63,6%	81,5%
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	52,8%	76,5%
<b>W</b> – <i>é/são</i>	60,3%	78,4%

Como podemos observar, a frequência de concordância nos informantes semi-alfabetizados (grupo A) é sempre menor do que nos informantes da oitava série (grupo B). As diferenças aumentam, nos dois grupos, quando se passa das formas verbais com desinências átonas (**R,V**) para aquelas que apresentam desinências acentuadas (**L,E,F,W**).

Não faremos comparações do grupo A de Motta com os nossos informantes não-escolarizados justamente pelo fato de seus informantes serem semi-alfabetizados. No nosso *corpus*, todos os informantes não-escolarizados não são alfabetizados<sup>29</sup>.

<sup>27</sup> Hoje a denominação “Ensino Fundamental” substitui o termo “Primeiro Grau”.

<sup>28</sup> É importante informar que Motta (1979) não apresenta os resultados em termos de pesos relativos.

<sup>29</sup> A informação pode parecer óbvia, mas é possível encontrarmos pessoas que nunca freqüentaram os bancos escolares e são completamente alfabetizadas. O inverso também ocorre, ou seja, pessoas que já freqüentaram a escola e continuam analfabetas.

O que nos chama mais atenção é o grupo dos informantes que estavam concluindo a oitava série. Percebemos que os informantes do *corpus* de Motta apresentam uma freqüência maior de concordância, principalmente nas classes do nível 1 (**R,V**), comparada com a dos nossos informantes.

Tabela 23: freqüência de concordância verbal conforme o grau de saliência fônica da oposição entre as formas verbais do singular e do plural e a escolaridade, no *corpus* sob análise e no *corpus* de Motta (1979, p. 87).

Fatores	Nossos resultados	Motta (1979)
	8 <sup>a</sup> série - EJA	8 <sup>a</sup> série - regular
<b>R</b> – <i>fala/falam</i>	5%	52,7%
<b>V</b> – <i>quer/querem</i>	17%	59,6%
<b>L</b> – <i>vai/vão</i>	59%	73,9%
<b>E</b> – <i>falou/falaram</i>	70%	81,5%
<b>F</b> – <i>teve/tiveram</i>	70%	76,5%
<b>W</b> – <i>é/são</i>	80%	78,4%

A questão é: o que explicaria essa diferença significativa, sendo que todos estão no mesmo nível de escolaridade?

Para respondermos essa questão, cremos que temos de levar em consideração dois aspectos: 1) a época em que ocorreu a formação e 2) os anos de escolaridade da pessoa. No final da década de setenta, época em que Motta (1979) terminou sua pesquisa, talvez a pressão normativa da escola fosse bem maior do que nos dias atuais. Um estudo mais aprofundado nesse sentido seria importante para trazer mais luzes a respeito do assunto. Mas, com certeza, a segunda hipótese é mais plausível: os alunos, informantes de Motta, eram adolescentes do ensino regular, sendo que os nossos são alunos jovens e adultos do ensino supletivo. Como já mencionamos no início desta seção, cada série no ensino regular corresponde a um ano de estudo; já na formação supletiva, uma série corresponde a seis meses. Além disso, como bem lembra Bortoni-Ricardo (1981), o aluno do supletivo assimila tardiamente as regras da variedade padrão e, por isso, tende a usá-las com menos freqüência.

De qualquer forma, nos dois estudos, a exposição à escolaridade se revela positiva já que os informantes que freqüentaram a escola por mais tempo realizam mais concordância.

Ainda em relação à escolaridade, vale mencionar o estudo realizado por Naro e Scherre (2003b) que, numa amostra constituída por 16 falantes gravados na década de 1980 e regravados em 1999 e 2000<sup>30</sup>, mostraram que todos aqueles que aumentaram os anos de escolarização ultrapassaram os falantes que não freqüentaram a escola no período sob consideração. Os pesquisadores não deixam de salientar que há também casos de amplo aumento da freqüência de uso sem a influência direta da escola. Mesmo assim, fica evidente neste trabalho a relevância da variável *escolarização*.

#### 4.2.9 PROCEDÊNCIA

Com uma diferença de apenas 7 pontos percentuais em termos de freqüência entre Nordeste (21%) e Sul/Sudeste (28%), a variável social *procedência do informante* foi descartada pelos programas, ou seja, não foi estatisticamente significativa.

Tabela 24: freqüência de concordância verbal segundo a procedência do informante.

<b>Fatores</b>	<b>Freqüência</b>
– Nordeste	91/426 = 21%
– Sul/Sudeste	156/554 = 28%
<b>Total</b>	<b>247/980 = 25%</b>

Temos um indício de que a não concordância tende a ser um traço comum a todos os não-alfabetizados ou de baixa escolaridade de todas as regiões do Brasil. A diferença nos índices não é tão notável também no trabalho de Rodrigues (1987, p. 249):

<sup>30</sup> Esse tipo de amostra é composta para estudos do tipo *Painel*, que permite avaliar a trajetória do indivíduo através do tempo.

... a diferença entre os índices correspondentes à procedência dos informantes, em P6, não é tão notável, o que torna possível afirmar que os brasileiros analfabetos ou de baixa escolaridade tendem, em geral, a não fazer concordância do verbo com o sujeito da 3ª pessoa do plural.<sup>31</sup>

A hipótese, um pouco enviesada, de que falantes do Sul/Sudeste tenderiam a “errar” menos que falantes provenientes de outras regiões do Brasil não deixa de ser uma hipótese preconceituosa.

Esse recorte Sul/Sudeste vs Nordeste existe realmente em termos lingüísticos ou faz parte de um estereótipo? Essa análise está por fazer...

---

<sup>31</sup> Rodrigues (1987) analisou a variação na concordância verbal de 3ª e 1ª pessoas do plural. P6 refere-se à concordância verbal de 3ª pessoa do plural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ninguém segura a língua. Ela é dinâmica, plástica, aberta, em contínuo movimento, e não há dicionário ou gramática que consiga congelá-la.

Carlos Alberto Faraco

Por meio de um estudo sincrônico e quantitativo, analisamos a variação na concordância verbal de 3ª pessoa do plural na fala de vinte pessoas residentes numa comunidade da periferia urbana da cidade de São Carlos, localizada no interior do Estado de São Paulo. São jovens e adultos de 20 a 40 anos, de ambos os sexos, de procedência geográfica diversificada, diferenciados, também, com relação ao grau de escolarização: 10 não-alfabetizados e 10 concluintes da oitava série do ensino fundamental na EJA.

Como trabalhamos com pessoas de nula e pouca escolaridade, fato que justifica dizermos que são falantes do português popular, já era esperada a baixa frequência da concordância verbal. Apenas 25% dos verbos do nosso *corpus* apresentam a marca formal de plural. Ainda assim, fica evidente, por meio da análise estatística por nós realizada, que estamos diante de um caso de variação e que essa variação não é aleatória. De acordo com Scherre e Naro (1998b), é possível prever em que estruturas lingüísticas e em que situações sociais os falantes são mais propensos a colocar ou não a marca formal de plural no verbo. É uma variável lingüística condicionada tanto por fatores lingüísticos, como por fatores sociais.

Na análise dos resultados, algumas variáveis revelaram-se muito significativas para melhor compreendermos a variação na concordância verbal. Dentre os grupos de fatores lingüísticos considerados, a *saliência fônica verbal*, o *paralelismo formal* e a *presença/ausência do pronome 'que' relativo* foram os que se destacaram. Em seguida, teceremos breves comentários sobre os resultados obtidos com esses grupos de fatores na presente pesquisa:

a) Em relação à **saliência fônica na relação singular/plural da forma verbal**, os nossos resultados revelam claramente que os verbos cujos segmentos fonéticos que realizam a oposição são inacentuados (oposição menos saliente) tendem a não trazer a marca formal de plural. Já quando a diferença entre a forma singular e plural é muito perceptível, temos um forte fator condicionante para os verbos serem marcados. Observando a escala de saliência fônica utilizada na nossa análise, percebemos nitidamente a crescente freqüência de concordância na medida em que a saliência verbal vai aumentando:

2%	14%	53%	57%	73%	75%
/ <u>fala/falam quer/querem</u> / / <u>vai/vão falou/falaram teve/tiveram é/são</u> /					
menos saliente			mais saliente		

b) O **paralelismo formal** vem mostrar que marcas no sujeito geram marcas no verbo, e zeros conduzem a zeros, “evidenciando-se indubitavelmente a tendência de formas gramaticais particulares ocorrerem juntas” (SCHERRE e NARO, 1993). No presente trabalho, os resultados revelaram que há realmente maior freqüência de concordância verbal quando a marca formal de plural está presente no último ou único elemento do sujeito. A freqüência diminui sensivelmente quando tal marca está ausente. Scherre e Naro (1993) são levados a concluir que o princípio da economia lingüística não pode ser evocado para explicar o comportamento deste e de outros diversos fenômenos do português, bem como os de outras línguas naturais, com relação à influência da variável em questão.

O comportamento dos sintagmas por nós analisados constitui, portanto, evidência adicional para se levantar a hipótese a respeito da existência de um novo princípio de natureza universal associado ao funcionamento da variável paralelismo formal nas línguas naturais, ao lado de outros universais lingüísticos já conhecidos. (SCHERRE e NARO, 1993, p.12).

O próprio Labov (1996), tendo conhecimento dos resultados obtidos por Scherre e Naro, afirma:

Los resultados de Scherre y Naro no dejan dudas de que la constricción dominante sobre la variación en el mercado de los verbos portugueses no es de orden funcional. Desde el punto de vista del planteamiento funcional tradicional, lo que estamos viendo no es una tendencia a preservar información semántica sobre la superficie, sino más bien una tendencia a emplear marcas donde menos se necesitan, y a omitirlas donde más se necesitan. Lo que no es decir que este paralelismo de estructura quede sin su contribución a la economía del lenguaje. Más bien, inscribe el estudio de la variación en las flexiones al estudio general de la concordancia en el lenguaje, área donde se ha reconocido largamente que los planteamientos funcionales son muy difíciles de sostener. (LABOV, 1996, p. 864).

É importante informar que há trabalhos (cf. PEREIRA, 2004) que questionam a posição de Labov segundo a qual o paralelismo seria de natureza contrafuncional.

c) Resolvemos analisar, de acordo com Naro e Scherre (2003a), o efeito do pronome relativo *que* sobre a realização da concordância verbal. A hipótese levantada foi confirmada, ou seja, a presença do *que* relativo tem o efeito de diminuir as chances de os verbos apresentarem marca explícita de plural. Os resultados da pesquisa para a língua falada mostram que, quando há um sujeito plural separado de seu verbo por um *que* relativo, a taxa de uso das marcas explícitas de plural no verbo decresce. Em vez de recuperar seu antecedente, o *que* relativo mascara esta relação diminuindo as chances de concordância. Diante dos resultados, concluímos, juntamente com Naro e Scherre (2003a), que é legítimo tratar a presença do *que* relativo como uma variável independente.

Resta pontuar a variável social que mais se mostrou relevante: a *escolaridade*. Quando comparamos o desempenho lingüístico oral dos dois grupos do nosso *corpus*, podemos concluir que a escolaridade atua, determinando o uso da concordância verbal. Os jovens e adultos que passaram por um processo de escolarização, mesmo uma formação

supletiva, apresentam uma freqüência maior de marcas de concordância verbal.

Com os cruzamentos que realizamos entre os grupos de fatores foi possível verificar que um princípio não elimina o outro, mas acabam se conjugando na determinação do fenômeno variável em estudo. Não podemos deixar de ressaltar a importância dos cruzamentos nos estudos desta natureza, que revelam uma confluência entre os fatores determinantes na realização de uma variável lingüística.

Ainda em relação à *escolaridade*, destacaremos algumas questões que julgamos ser importantes. Para uma análise criteriosa dos efeitos, ou das correlações estabelecidas entre variação, continuidade e mudança lingüística, de um lado, e a variável *escolaridade*, de outro, Votre (2004) estabelece algumas distinções no interior de categorias presentes na dinâmica social em que interage a escola. A primeira é entre forma de prestígio social e forma relativamente neutra. Em relação à concordância verbal de 3ª pessoa do plural, fica evidente que gozam de um prestígio social maior os falantes que a utilizam. A segunda distinção é entre fenômeno socialmente estigmatizado e fenômeno imune à estigmatização. A concordância verbal é um fenômeno que não está imune à estigmatização, muito pelo contrário: se o falante não a realiza, principalmente com os verbos mais salientes da escala da saliência fônica, ele pode “sentir na pele” o preconceito lingüístico existente na nossa sociedade. Por fim, Votre compara os fenômenos que são objeto de ensino escolar e aqueles que escapam à atenção normativa da escola. A concordância verbal não escapa, com certeza, à atenção normativa da escola. É um dos tópicos gramaticais que os professores de Língua Portuguesa mais controlam e, dessa forma, “punem” com veemência os “erros” de seus alunos.

Mesmo assim, percebemos que não há reflexão e discussão significativas a respeito da concordância verbal com os alunos. Estamos de acordo com a observação que Carvalho (2005) apresenta:

Apesar dos quase trinta anos do trabalho de Tondo (1978), ainda pode ser considerada atual a sua declaração de que “algumas questões sobre o ensino da CV ainda hoje não chegaram na escola ou se chegaram não estão ainda vivenciadas na prática em plenitude”. (CARVALHO, M.C.M. 2005, p. 40).

Com isso, não estamos querendo dizer que a escola não deva ensinar a variedade padrão. De acordo com Soares (2006), a luta da escola contra as desigualdades sociais é, fundamentalmente, propiciar aos “desiguais” armas de luta contra essas desigualdades. No que se refere à linguagem, é fazer com que os dominados apropriem-se da linguagem dos dominantes, de modo que possam lutar contra estes em igualdade de condições lingüísticas. Essa aprendizagem deve se dar de uma maneira reflexiva e não preconceituosa; ou seja, os professores têm de saber lidar com as variedades lingüísticas estigmatizadas de modo mais consistente e cientificamente embasado.

Nesse sentido, nos apropriamos da reflexão de Scherre (2005):

Finalizando, considero que, com os resultados de que dispomos, não temos o direito de nos omitir diante das situações concretas de preconceito lingüístico. Mais do que isto: temos o dever de nos manifestar. É o exercício da cidadania. Enfatizo: não sou contra a gramática normativa (nenhum lingüista tem esta postura): sou contra, sim, sua veneração cega, que gera necessariamente seu uso equivocado, humilhando o ser humano por meio do que ele tem de mais característico: o dom de dominar a própria língua. (SCHERRE, 2005, p. 71).

Acreditamos que este trabalho tenha alcançado seu objetivo principal que é revelar, juntamente com os já existentes, a sistematicidade que existe na variação na concordância verbal da 3ª pessoa do plural. Mostramos que é uma variação altamente estruturada e não aleatória, caótica como muitos pensam ser. Para descrever e entender as estruturas lingüísticas em uso, “temos de voltar nossos olhos também para fatos do mundo extralingüístico” (NARO e SCHERRE, 1999a). Dessa forma, esperamos que os professores tenham acesso a este tipo de pesquisa para que possam realizar um melhor trabalho no que diz respeito ao ensino de Língua Portuguesa.

Consideramos importante a aplicabilidade dos resultados dos estudos sociolingüísticos na solução de problemas educacionais.

Considerando os resultados obtidos neste estudo, seria desejável ampliar esta pequena fotografia sociolingüística da cidade de São Carlos, a partir de uma estratificação mais detalhada, como também aprofundar a análise das variáveis lingüísticas e sociais que se mostraram mais relevantes e acrescentar outras variáveis que não estão nesta fotografia. Resta dizer, por fim, que este estudo não tem, e nem poderia ter, a pretensão de ser concludente, dada a complexidade do assunto.

## 6 REFERÊNCIAS

- BERLINCK, R. A. **A ordem V SN no português do Brasil**: sincronia e diacronia. 1988. 265 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- BORTONI-RICARDO, S. M. A concordância verbal em português: um estudo de sua significação social. In: COUTO, H. H. (Ed.). **Ensaio de lingüística aplicada ao português**. Brasília: Thesaurus, 1981. p. 79-101.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Educação em língua materna**: a sociolingüística na sala de aula. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.
- BRIGHT, W. As dimensões da sociolingüística. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 17-23. (Coleção Enfoque, 3).
- CAMACHO, R. G. Norma culta e variedades lingüísticas. In: CECCANTINI, J. L. C. T.; PEREIRA, R. F.; ZANCHETTA JUNIOR, J. (Orgs.). **Pedagogia cidadã**: cadernos de formação: língua portuguesa. São Paulo: UNESP, 2004. p. 47-60.
- CARVALHO, G. A. **A realização do sujeito na fala do araguiense**. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.
- CARVALHO, M. C. M. **Concordância verbal e variação no ensino fundamental e médio**. 2005. 110 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- CHILANTE, E. F. N.; NOMA, A. K. A educação de jovens e adultos pós 1990: reparação, equalização e qualificação. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO PPE, 2004, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 2004. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem\\_ppe\\_2004/pdf/02completo.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacao/sem_ppe_2004/pdf/02completo.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2007.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DECAT, M. B. N. Concordância verbal, topicalização e posposição do sujeito. In: SIMÕES, A. M.; REIS, C. A. (Orgs.). **Cadernos de lingüística e teoria da literatura**. Belo Horizonte: UFMG, 1983. ano V, n. 9.
- FARACO, C. A. **Português**: língua e cultura, ensino médio. Curitiba: Base Editora, 2003.
- FARACO, C. A. Ninguém segura a língua. **Discutindo Língua Portuguesa**, v. 1, n. 2, p. 20-23, s.d.

FISCHER, J. L. Influências sociais na escolha de variantes lingüísticas. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 87-98. (Coleção Enfoque, 3).

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 27. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

GAMEIRO, M. B. **A concordância verbal na língua falada da região central do estado de São Paulo**. 2005. 198 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara.

ILARI, R.; BASSO, R. **O português da gente**: a língua que estudamos a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2006.

LABOV, W. **Sociolinguistic patterns**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

LABOV, W. Estágios na aquisição do inglês *standard*. In: FONSECA, M. S. V.; NEVES, M. F. (Orgs.). **Sociolingüística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974. p. 49-85. (Coleção Enfoque, 3).

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Malden: Blackwell Publishers, 1994. v. 1: Internal factors.

LABOV, W. **Principios del cambio lingüístico**. Madrid: Gredos, 1996. v.1: Factores internos.

LABOV, W. **Principles of linguistic change**. Malden: Blackwell Publishers, 2001. v. 2: Social factors.

LUCCHESI, D. **Sistema, mudança e linguagem**: um percurso na história da lingüística moderna. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MARINI, F. **A relação entre a escola e as famílias de periferia urbana**: em busca de possibilidades de aproximação. 2003. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

MATEUS, M. H. M. et al. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa : Editorial Caminho, 2003.

MATTOS e SILVA, R. V. **O português são dois**: novas fronteiras, velhos problemas. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MONGUILHOTT, I. O. S.; COELHO, I. L. Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis. In: VANDRESEN, P. (Org.). **Variação e mudança no português falado na região sul**. Pelotas: Educat, 2002. p. 189-216.

MONTEIRO, J. L. **Para compreender Labov**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOTTA, E. C. M. **Escolarização e variação lingüística**. 1979. 125 f. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NARO, A. J. The social and structural dimensions of a syntactic change. **Language**, v. 57, n. 1, p. 63-98, 1981.

NARO, A. J.; LEMLE, M. Syntactic diffusion. **Ciência e Cultura**, v. 29, n. 3, p. 259-268, 1977.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Variação e mudança lingüística: fluxos e contrafluxos na comunidade de fala. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, n. 20, p. 9-16, 1991.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Influência de variáveis escalares na concordância verbal. **A cor das letras**. Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1999a. p. 17-34.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Sobre o efeito do princípio da saliência na concordância verbal na fala moderna, na escrita antiga e na escrita moderna. In: MOURA, D. (Org.). **Os múltiplos usos da língua**. Maceió: EDUFAL, 1999b. p.26-37.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. A hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas de sujeito composto. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Eds.). **O português brasileiro: pesquisas e projetos**. Frankfurt am Main: TFM, 2000. v. 17, p. 166-188.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. A relação verbo/sujeito: o efeito máscara do *que* relativo. In: HORA, D.; COLLISCHONN, G. **Teoria lingüística: fonologia e outros temas**. João Pessoa: Editora Universitária, 2003a. p. 383-401.

NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. Estabilidade e mudança lingüística em tempo real: a concordância de número. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. (Orgs.). **Mudança lingüística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003b. p. 47-62.

NEVES, M. H. M. As gramáticas: o usuário e a norma. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE GRAMÁTICAS DO PORTUGUÊS, 1., 2001, Recife. **Anais...** Recife: UFPE, 2001. p. 28-46.

OLIVEIRA, G. M. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito lingüístico. In: SILVA, F. L.; MOURA, H. M. M. (Orgs.). **O direito à fala: a questão do preconceito lingüístico**. 2. ed. rev. Florianópolis: Insular, 2002. p. 83-92.

OLIVEIRA, G. M. (Org.). **Declaração universal dos direitos lingüísticos: novas perspectivas em política lingüística**. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); Florianópolis: IPOL, 2003.

OLIVEIRA e SILVA, G. M. Coleta de dados. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolingüística: o tratamento da variação**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 117-133.

OLIVEIRA e SILVA, G. M.; PAIVA, M. C. A. Visão de conjunto das variáveis sociais. In: OLIVEIRA e SILVA, G. M.; SCHERRE, M. M. P. **Padrões sociolingüísticos: análise de fenômenos variáveis do português falado na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: Departamento de Lingüística e Filologia, UFRJ, 1996. Cap. 16, p.335-378.

PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. L. Quarenta anos depois: a herança de um programa na sociolingüística brasileira [Posfácio]. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 131-151.

PAIVA, V. P. **Educação popular e educação de adultos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Loyola, 1983.

PEREIRA, D. C. **Concordância verbal na língua falada nas trilhas das bandeiras paulistas**. 2004. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PEREIRA, D. C.; RODRIGUES, A. C. S. Algumas observações sobre a concordância verbal na fala de idosos do Projeto Filologia Bandeirante. **Estudos Lingüísticos**, v. 33, p.388-393, 2004.

PONTES, E. S. L. **Sujeito: da sintaxe ao discurso**. São Paulo: Ática, 1986.

PRETI, D. **Sociolingüística: os níveis da fala: um estudo sociolingüístico do diálogo na literatura brasileira**. 4. ed. rev. mod. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1982.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 36. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

RODRIGUES, A. C. S. **A concordância verbal no português popular em São Paulo**. 1987. 259 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, A. C. S. Concordância verbal e estratégias de pronominalização. Estudos lingüísticos. In: SEMINÁRIOS DO GEL, 18., 1989. **Anais...** Lorena: GEL / Prefeitura Municipal de Lorena, 1989. p. 546-554.

RODRIGUES, A. C. S. Concordância verbal e saliência social no português popular de São Paulo. In: GARTNER, E.; HUNDT, C.; SCHOMBERG (Eds.). **Estudos de sociolingüística brasileira e portuguesa**. Frankfurt am Main: TFM, 2000. p. 41-61. (Biblioteca luso-brasileira, 15).

SÃO CARLOS. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor do município de São Carlos: Lei nº 13.691 de 25 de novembro de 2005**. São Carlos: Prefeitura Municipal, 2005. 1CD-ROM.

SARAMAGO, J. **Viagem a Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle**: variação lingüística, mídia e preconceito. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Duas dimensões do paralelismo formal na concordância verbal no português popular do Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 9, n. 1, p. 1-14, 1993.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português. **Fórum lingüístico**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 45-71, 1998a.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RUFFINO, G. (Org.). **Dialettologia, geolinguística, sociolinguística**. In: CONGRESSO INTERNAZIONALE DI LINGUISTICA E FILOLOGIA ROMANZA, 21., 1998, Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1998b. v. 5, p. 509-523.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. A hierarquização do controle da concordância no português moderno e medieval: o caso de estruturas de sujeito simples. In: GROßE, S.; ZIMMERMANN, K. (Eds.). **O português brasileiro**: pesquisas e projetos. Frankfurt am Main: TFM, 2000. v. 17, p. 135-165.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolingüística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 147-177.

SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J. Passado e presente na concordância de número em português: evidências do português europeu moderno. In: MASSINI-CAGLIARI, G.; MURAKAWA, C. A. A.; BERLINCK, R. A.; GUEDES, M. (Orgs.). **Estudos de lingüística histórica do português**. Araraquara: Laboratório Editorial da FCL/UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2005. p. 31-71.

SOARES, E. P. M. O erro ortográfico, a intervenção do professor e o lugar da sociolingüística no ensino-aprendizado da língua materna. **Revista ECOS**, Cáceres, n. 2, p. 81-87, 2004.

SOARES, M. **Linguagem e escola**: uma perspectiva social. 17. ed. São Paulo: Ática, 2005.

SOARES, M. **Magda Soares**: todas as linguagens são corretas. Entrevistador: M. I. Razuk. São Paulo: Faculdade Cásper Líbero, 2006. Entrevista concedida ao Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em: <<http://www.facasper.com.br/jo/entrevistas.php>>. Acesso em: 15 mar. 2006.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolingüística**. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e lingüística**. Tradução Rodolfo Ilari. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (Orgs.). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 51-57.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical Foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (Eds.). **Directions for historical linguistics**. Austin-London: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.